WASHINGTON QUAQUÁ

Diálogos *com a* utopia

Um necessário debate sobre a estratégia da esquerda brasileira para construir um socialismo democrático

É a partir da política que foram desenvolvidos os melhores instrumentos e metodologias para alcançar objetivos desejados. A mudança social passa a não ser mais só um desejo e um sonho, mas um objetivo a ser alcançado por meio da luta social, da intervenção humana e das ciências sociais, como bússola para sua realização, com base na análise criteriosa das forças que operam na realidade para mudá-la — ou conservá-la.

Mas não vivemos tempos de método e racionalidade. Embora a ciência nunca tenha evoluído tanto como nesse início do século 21, a imbecilidade tomou conta da humanidade. A política e os políticos foram transformados em mercado e mercadoria, aprisionando-se na lógica do espetáculo, entrando em uma dinâmica de falsificação do real. Essa falsidade geral, de um lado, e a pasteurização dos interesses reais, econômicos e de classes sociais, de outro, são a causa da falência da política junto às classes populares.

A partir desse diagnóstico e do dilema da política atual — agir para agradar o mercado interno (de militantes e eleitores de esquerda) ou buscar uma tática que acumule forças para a obtenção do objetivo desejado? — Washington Quaquá levanta o debate sobre as estratégias que a esquerda brasileira deve buscar para construir um socialismo democrático no Brasil.

[DIÁLOGOS COM A UTOPIA]

WASHINGTON QUAQUÁ

Diálogos *com a* utopia

Um necessário debate sobre a estratégia da esquerda brasileira para construir um socialismo democrático

mórula
EDITORIAL

Copyright © Washington Quaquá.
Todos os direitos desta edição reservados
à MV Serviços e Editora Ltda.

REVISÃO
Natalia von Korsh

ILUSTRAÇÃO (CAPA)
Elias Lazaroni

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DE ACORDO COM ISBD
Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB 8/9949

Q1d Quaquá, Washington

Diálogos com a utopia: um necessário debate sobre a estratégia da esquerda brasileira para construir um socialismo democrático / Washington Quaquá. - Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

152 p. ; 14cm x 21cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-6128-066-2

1. Ciências políticas. 2. Democracia. 3. Socialismo. 4. Política. 5. Esquerda política. 6. Utopia. I. Título.

2024-4192 CDD: 320
CDU: 32

Rua Teotônio Regadas 26 sala 103
20021_360 _ Lapa _ Rio de Janeiro _ RJ
www.morula.com.br _ contato@morula.com.br
morulaeditorial morula_editorial

NARA LEÃO, CANTOU
O MESTRE ZÉ KETI

Podem me prender podem me bater
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião
Daqui do morro eu não saio não
daqui do morro eu não saio não

Se não tem água eu furo um poço
Se não tem carne eu compro um osso
E ponho na sopa
E deixo andar deixo andar

Fale de mim quem quiser falar
Aqui eu não pago aluguel
Se eu morrer amanhã seu doutor
Estou pertinho do céu

Podem me prender podem me bater
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião
Daqui do morro eu não saio não
daqui do morro eu não saio não

Podem me prender
Podem me bater
Que eu não mudo de opinião
Que eu não mudo de opinião

["OPINIÃO", NARA LEÃO]

NOTA INTRODUTÓRIA

Sou um admirador de Vladimir Maiakovski e de sua poesia revolucionária. Essa, por exemplo, carrego como lição para a vida:

> Para o júbilo
> o planeta está imaturo.
> É preciso
> arrancar alegria
> ao futuro.
> Nessa vida
> morrer não é difícil.
> O difícil
> é a vida e seu ofício.
>
> [MAIAKOVSKI, 2017, P. 187]

Como não faço política como carreira, nem como objeto de vaidade pessoal, mas como compromisso de classe com aqueles que têm a mesma origem social que eu; como minha crença política é unicamente no Brasil a ser realizado, como potência do sul a liderar o mundo com espírito de igualdade e alegria...

Me dou o direito de chutar os baldes do fundamentalismo, da burrice e da intolerância.

Escrevo aqui por amor ao debate, à política e à polêmica e por meu compromisso com a esquerda popular e democrática.

Dedico esse livro a quem, diferente de mim, precisa manejar o futuro para defender as melhores ideias. Porque tem mais tempo e talento que eu. Ao mesmo tempo, herdou minhas qualidades e não tem meus imensos defeitos:

Meu filho Diego.

Não posso deixar de homenagear também quem me ama, me atura e me dá força e foco para continuar caminhando. Embora 22 anos mais nova que eu, Gabi me ensina todo dia o que é o amor; o que é a vida em família; e, principalmente, a ser feliz. Devo muito a ela!

Como não poderia deixar de ser, dedico esse livro também a nossa linda e graciosa Helena.

E, obviamente, a meu pai e minha mãe, seu Carlinhos e dona Ione, que me formaram, criaram e me deram amor, régua e compasso.

Esse livro marca uma nova etapa na minha vida, mais voltada à investigação social e à contribuição de pensar o Brasil.

SUMÁRIO

9 PREFÁCIO
Para a utopia se transformar em realidade
José de Abreu

11 **Prolegômenos provocativos**

21 CAPÍTULO 1
A dialética do sonho e da realidade

31 CAPÍTULO 2
31 **A construção permanente de um bloco histórico, tático e estratégico: nem puritanismo histérico, nem pragmatismo estéril. Alianças à direita, mas sob hegemonia da esquerda**
56 A polêmica (ou a burrice) de priorizar pautas comportamentais

71 CAPÍTULO 3
O PT e o futuro do lulismo
75 O pacto Lula de 30 anos: democracia, distribuição de renda e soberania
91 Democracia, reforma e revolução

101 CAPÍTULO 4
O "sevirariado"

106 CAPÍTULO 5
A economia das pessoas e das famílias e o mercado
107 O mercado
113 Prosperidade e empreendedorismo

126 CAPÍTULO 6
O futuro da humanidade está aqui
127 Maricá como laboratório
129 Avante, porque foguete não dá ré

138 CAPÍTULO 7
O governo LULA 3 e o PT precisam mudar

145 REFERÊNCIAS

PREFÁCIO

Para a utopia se transformar em realidade

José de Abreu

> *"A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar."*
>
> **FERNANDO BIRRI** (1925-2017), cineasta, poeta e ator argentino; cofundador e primeiro diretor da EICTV — Escuela Internacional de Cine y TV de Cuba

Quando o companheiro Quaquá me falou desse livro pela primeira vez, pensei que se há alguém à altura do desafio no cenário político brasileiro certamente é ele. Porque é isso que este sociólogo, político e meu amigo faz de melhor: dialoga, conversa, discute, briga, troca ideias e transforma sonhos (e utopias!) em realidade. Somos privilegiados de viver no mesmo tempo que uma mente tão inquieta como a dele, e isso fica ainda mais evidente nas próximas páginas.

Daquele seu jeito tão característico, cheio de ideias e com poucas papas na língua, Quaquá nos brinda aqui com um documento histórico da época atual, um texto fundamental para

entender a esquerda e a política no Brasil do governo LULA 3. É um manifesto a favor da política utópica no dia a dia, aquela que todos e todas deveríamos perseguir, voltada para a transformação real de um país e de um povo e calcada em objetivos concretos, como criar uma economia voltada para as pessoas e para as famílias.

Há muitas razões para a população de Maricá tê-lo elegido prefeito pela terceira vez, em 2024. E sem fazer comício, carreata ou caminhada. Aliás, sem quase sair do sítio no Espraiado, onde gravávamos diariamente vídeos para as redes sociais. E só! Mesmo assim, Quaquá obteve quase 75% dos votos válidos. A cidade com pouco mais de 200 mil habitantes é uma das mais desenvolvidas do país, sendo a primeira deste tamanho a eliminar a fome entre seus moradores.

Maricá foi pioneira também na adoção da tarifa zero no transporte público, garantindo dignidade aos seus cidadãos. E que venham os arrecifes, a maria-fumaça, o lançamento de foguetes, a Escola de Cinema de Cuba, e o Ballet Nacional de Cuba, os seis prédios geniais de Niemeyer e todas as outras ideias deste homem que sabe que, com vontade e trabalho, nada é impossível!

Através das políticas públicas que transformaram Maricá em exemplo para o Brasil e o mundo, Quaquá mostra que é possível, sim, realizar o sonho do socialismo democrático. Os vermelhinhos, o passaporte universitário, as incubadores sociais, os programas de apoio aos pequenos e médios empresários, o hospital com nome de revolucionário... Utopias? Não, apenas a realização de um sonho que eu e muitos companheiros sempre tivemos, mas pela primeira vez testemunhamos.

Com a generosidade e a intensidade que lhe são caras, Quaquá dá, nos sete capítulos deste livro, praticamente um passo a passo para que essa utopia possa virar realidade também em outros cantos do país. Agora, cabe à esquerda e aos políticos brasileiros entrarem de cabeça nesse diálogo. Vamos juntos?

Prolegômenos provocativos

Sou adepto do imperativo ético do marxismo no entendimento de que "todos os filósofos trataram de interpretar o mundo de forma diferente, trata-se agora de transformá-lo (Marx, 1980, p. 210)

Então, o compromisso essencial com a mudança social, com a revolução social, cultural e econômica sempre me norteou.

Esse imperativo dialoga com todas as tradições revolucionárias do passado, inclusive as anarquistas, que acresciam a essa ética outras, como o desejo de justiça e a igualdade mínima entre os seres humanos. O marxismo foi além do simples compromisso ético de justiça e igualdade.

A grande contribuição de Karl Marx ao pensamento humano e à sociologia é justamente o seu método: o materialismo histórico e dialético. É o império da realidade sobre o pensamento, o dogma e o simples desejo.

Depois de sua morte, em 1883, muita água passou debaixo da ponte da história — a realidade mudou absurdamente e vários teóricos acrescentaram à sociologia e às ciências do homem em sociedade um conjunto de contribuições valorosíssimas para a análise dos fenômenos sociais.

Mas, hoje, 140 anos depois, os três pressupostos essenciais do marxismo continuam mais do que válidos:

1. O COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A filosofia não pode ser um instrumento de deleite e de erudição estéril. Ela é parte do esforço humano para o entendimento e o aprimoramento da realidade. A capacidade ampla e irrestrita de pensar criticamente a realidade no sentido de inventar formas de melhor viver sempre foi o que diferenciou o *homo sapiens* das demais espécies. Marx traz para o pensamento social a objetividade do pensamento científico — que se afirmou no seu tempo e no seu entorno, com o avanço das outras ciências —, fugindo do idealismo que buscava no mundo das ideias, e não na vida real, a razão de ser da filosofia e da nascente ciência da sociedade.

2. O COMPROMISSO COM OS POBRES E COM A LUTA POR JUSTIÇA E IGUALDADE

Absolutamente conectado ao seu tempo, Karl Marx não fez só uma opção científica e metodológica, mas, sobretudo, uma opção ética. Numa sociedade que desde os primórdios da civilização se dividiu em classes sociais e tornou uns melhores e mais bem aquinhoados material e culturalmente que outros, por meio do domínio econômico, político e militar, Marx viu nascer o capitalismo na Inglaterra, gerando riquezas nunca antes imagináveis — e que também produziu misérias com níveis de barbaridade jamais vistos.

> (O capitalismo) criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas, conduziu expedições que superaram mesmo as antigas invasões e as Cruzadas.
>
> A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de

> produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente; essa falta de segurança distinguem a época da burguesia de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens (Marx; Engels, 1998, p. 42-43).

Descreveu assim Marx o capitalismo e a capacidade da burguesia, a classe dominante do novo regime, de revolucionar a economia e pôr em marcha transformações nas relações sociais e culturais de maneira dinâmica e nunca vista. Mais à frente, vou falar sobre esta capacidade do capitalismo e sobre a fertilidade da iniciativa individual que advém do mercado, que o capitalismo inicialmente potencializou, e que são patrimônios da humanidade, mas que o próprio capitalismo monopolista vem matando. Cabe falar também sobre como a China e, antes, a Nova Política Econômica (NEP) de Bukharin, encampada por Lenin — infelizmente já doente e sem condições de conduzir os rumos da Revolução Russa —, apontaram caminhos mais próximos da dinâmica revolucionária proposta por Marx.

A contribuição ética científica de Marx foi denunciar a contradição essencial entre a imensa e extraordinária capacidade de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo e a brutalidade e a total injustiça das suas relações de produção. A situação da classe operária na Inglaterra daquele período era

desumana. O texto a seguir, de seu parceiro de lutas e investigação científica, Friedrich Engels, descreve esse drama estrutural do capitalismo:

> O proletariado é desprovido de tudo — entregue a si mesmo, não sobreviveria um único dia, porque a burguesia se arrogou o monopólio de todos os meios de subsistência, no sentido mais amplo da expressão. Aquilo de que o proletariado necessita só pode obtê-lo dessa burguesia, cujo monopólio é protegido pela força do Estado. Eis porque o proletariado, de direito e de fato, é escravo da burguesia, que dispõe sobre ele de um poder de vida e de morte. Ela lhe oferece os meios de subsistência, mas em troca de um "equivalente" — seu trabalho; e chega ao ponto de lhe dar a aparência de agir segundo a sua própria vontade, de estabelecer livremente com ela um contrato, sem constrangimentos, como se o proletariado fosse o autor de seu próprio destino. Bela liberdade, que deixa o proletariado, como a alternativa à aceitação das condições impostas pela burguesia, a chance de morrer de fome, de frio, deitar-se nu e dormir como animal selvagem! Belo "equivalente", cujo montante é inteiramente deixado ao arbítrio da burguesia! E se o operário for suficientemente louco para preferir morrer de fome a se submeter às "justas" propostas dos burgueses, seus "superiores naturais"? Ora, é fácil encontrar um outro que aceite, pois há muitos proletários no mundo e nem todos são insensatos o bastante para preferir a morte à vida (Engels, 2010, p. 118).

Engels e Marx conviveram física e politicamente com o proletariado e suas lutas — ajudando, inclusive, a organizar a Associação Internacional dos Trabalhadores —, o que lhes permitiu fazer uma análise da situação real. Foi, portanto, participando ativa e diretamente das lutas das classes oprimidas e

exploradas que os dois autores lapidaram o seu método científico. Sempre fruto da riqueza da realidade concreta e de suas frias e duras conclusões; e não do canto belo e imaginário das sereias dos contos de fada idealistas.

3. O MÉTODO

O método marxista faz da análise concreta da realidade o ponto de partida e de chegada de toda reflexão e ação social e política. Diferentemente do idealismo que imperou na filosofia até Hegel, de quem o próprio Marx foi discípulo, a filosofia de Karl Marx, que é a filosofia da práxis, como bem apelidou Gramsci, a superou criticamente, estabelecendo o primado da realidade como ponto de partida e de chegada da análise filosófica. Assim, ele criou o método materialista de análise. Fé, crença, inventividade criativa pura e desejo — simplesmente, sem interação crítica com a realidade — são objetos da religião e da literatura. Servem para alimentar a alma e o espírito, mas não para analisar a realidade da vida com o objetivo de transformá-la.

Infelizmente, grande parte da esquerda, nesses tempos de desorientação geral, ou virou adepta do pragmatismo sem objetivo ou do apego hegeliano, do dogma do desejo, do mundo do pensamento sem correspondência com a realidade e com o mundo real. Involuiu para um pensamento pré-marxista.

O primeiro defeito, o do pragmatismo sem objetivo, nos transforma em gestores do *status quo* e nos tira os objetivos revolucionários. O segundo, do idealismo dogmático, nos tira a capacidade de ver a realidade, estudar a correlação de forças, agir dialeticamente no embate entre a utopia sonhada e a realidade vivida, a ser transformada.

Os dois defeitos são absolutamente prejudicais às causas do povo. O primeiro por se embrenhar num compromisso com as regras do jogo e com o próprio jogo da política e das suas

instituições, normas e dinâmicas acomodadoras de tensões e conflitos, sem ter em conta a necessidade de resultados concretos que levem ao objetivo final: uma sociedade com o máximo de igualdade e de busca da felicidade coletiva.

É certo que a revolução, como transformação profunda das estruturas econômica, social e cultural de um povo em determinado espaço geográfico e tempo histórico, não é, desde meados do século XX, sobretudo em sociedades complexas, um assalto ao poder. Não se trata de uma obra estética, cinematográfica, como a tomada do palácio de inverno nos filmes de Eisenstein.

Ela é um processo social e cultural longo, que requer mudanças na base econômica das pessoas e das famílias; mobilidade social crescente e nas condições materiais de vida; transformações culturais de escolaridade e de mentalidade das classes trabalhadoras — no caso brasileiro, do nosso "sevirariado"[1].

Portanto, ser revolucionário em países complexos — e, em especial, no Brasil de um capitalismo tardio, mas 'avançado' e profundamente desigual, e de uma formação social culturalmente marcada pela escravidão e pelo patriarcado — requer um reformismo revolucionário, longo e ativo, sobretudo estratégico e permanente, como nos apontou o saudoso filósofo Carlos Nelson Coutinho (José; Côrrea Leite, 2006).

---

1 Termo que adotei para me referir ao povo brasileiro, ou mesmo latino-americano, que não se enquadra nos conceitos da sociologia clássica europeia ou no seu transplante norte-americano, pois tem uma formação histórica, econômica e social absolutamente distinta. Não nos formamos como classe operária ou camponesa tradicional, como na Europa. Somos um desmonte de povos negros e indígenas que se refundiram com base na escravidão ou no subtrabalho. Povos que, debaixo do chicote e do "rigor da lei" — ou do compadrio atenuante —, foram construindo sua vida, driblando as imensas dificuldades cotidianas e, literalmente, SE VIRANDO para sobreviver. Esse é o nosso "sevirariado".

Requer, também, um partido e um bloco histórico de mudanças, conscientes de sua missão política.

Requer organização política real, formação de exércitos militantes conscientes nos campos, periferias, comunidades e cidades, com estruturas de formação política e de intervenção ampla de disputa da vida social, cultural e econômica nos diversos setores e atores que operam no território — nos campos econômico, cultural, religioso, social, político e nas relações de aliança que se fazem necessárias para neutralizar ou superar as forças mais reacionárias e destrutivas que operam na vida real.

Sobre esse reformismo revolucionário, que não é nem o reformismo sem rumo nem o revolucionarismo de botequim e academia (histérico e estéril), é bom dar luz ao arguto pensamento de Coutinho:

> Enquanto existir capitalismo, o socialismo estará na agenda política. O capitalismo é uma formação social extremamente contraditória, que gera exclusão e desigualdade; e, nessa medida, nós, marxistas, sabemos que a alternativa ao capitalismo é o socialismo. Marx, no início dos anos 1870, dizia, referindo-se à fixação legal da jornada de trabalho, que esta tinha sido a primeira vitória da economia política do trabalho sobre a economia política do capital, porque introduzira regulação social onde só havia mercado. A partir de um certo momento, portanto, revelou-se possível importantes reformas no interior da ordem capitalista alterando a lógica do capital, ainda que não a derrotando plenamente. A social-democracia do início do século XX foi lúcida ao se dar conta de que era possível empreender reformas, e empenhou-se neste sentido. O conjunto dessas reformas configurou o Welfare State, a maior vitória da classe operária no quadro da ordem capitalista.

Mas a social-democracia não foi coerente com sua própria proposta reformista. A lógica da cidadania, da luta pelas reformas deveria levar ao socialismo. Era inevitável que seu desenvolvimento se chocasse com a lógica do capital. Quando isso se colocou, a social-democracia preferiu gerir o capitalismo a aprofundar o processo de reforma. A social-democracia foi pouco reformista. É aqui que entra minha idéia (que, de resto, não é minha, é do André Gorz no final dos anos 60, quando ainda era marxista) do reformismo revolucionário. Devemos lutar por reformas que entrem em contradição com a lógica do capital e possam levar à sua superação. Isso tem a ver com a configuração das sociedades ocidentais, complexas, que nos impõem uma estratégia de guerra de posição, em que se ganha e perde-se, há espaços que são ocupados e depois reconquistados pelo adversário de classe.

Vivemos um período em que temos sofrido derrotas políticas importantes, mas isso não nos deve afastar da ideia de que a estratégia possível ainda é a da guerra de posição e do reformismo revolucionário. A redução da jornada de trabalho foi uma vitória da economia política do trabalho, como dizia Marx; mas, num primeiro momento, revelou que não era incompatível com o domínio do capital. Mas, hoje, uma nova redução da jornada de trabalho é muito importante para entrarmos em contradição com a lógica do capital e, eventualmente, até o superarmos. Deu-se no interior do capitalismo um aumento da produtividade do trabalho de tal nível que hoje é possível reduzir drasticamente a jornada de trabalho mantendo-se os atuais níveis de produção.

Mas isso não acontece; em vez de uma redução da jornada de trabalho, temos um aumento do desemprego porque há uma contradição entre as forças produtivas atuais e as relações de produção capitalistas. Esta contradição, uma velha lei formulada por Marx, que parecia meio abstrata,

> manifesta-se hoje no chamado desemprego estrutural. O único modo de resolver este problema em favor do interesse coletivo é a redução da jornada de trabalho, com o que todos poderiam trabalhar e trabalhar bem menos. Redução que, aliás, é para Marx o pressuposto do comunismo. A redução da jornada de trabalho nos liga a um processo de transformação global da sociedade, inclusive à fundação de um novo tipo de sociabilidade, baseado não mais na produtividade do trabalho visando ao lucro individual, mas no desenvolvimento da criatividade humana que poderá ser desenvolvida no tempo livre possibilitado pela redução da jornada de trabalho. Essa redução, assim, é claramente uma reforma revolucionária (José; Côrrea Leite, 2006).

Portanto, como nos aponta Coutinho, o papel do partido que comanda o processo de transformação socialista numa sociedade complexa é o de aprofundar a democracia e, junto dela, avançar na implantação de reformas que consolidem uma economia do trabalho (e das pessoas, e das famílias), desconstruindo a lógica da economia do capital, do egoísmo, das corporações e da acumulação estéril e desnecessária de riquezas.

Uma esquerda revolucionária deve ser uma esquerda reformista, que opere no mundo real e, obviamente, no mundo político, econômico, cultural e social, no sentido de mudar efetivamente a vida do povo, fazendo com que as estruturas sociais sejam cada vez mais voltadas para o bem-estar das pessoas e para a melhoria concreta da vida das famílias.

Nesse alinhamento, insiro aqui uma observação crítica do meu querido amigo e grande mestre na vida, Vladimir Palmeira, com a qual concordo — aliás, concordei a vida inteira no estreito diálogo e aprendizado com ele —, mas não estava clara no texto e é essencial como espírito da revolução.

Ao ler o manuscrito deste livro, o Vladimir me alertou para este ponto que é, na verdade, uma espécie de espírito do tempo, as condicionantes da senhora realidade: ser revolucionário não é ser verborragicamente revolucionário; é sê-lo quando o período histórico revolucionário se apresenta.

Portanto, em tempos em que o horizonte da revolução social não está posto, somos todos reformistas. O que nos resta é o que a sensatez política nos impõe. Ou melhor, a senhora realidade.

Mas quando se colocam períodos de mudança revolucionária, que exigem fortes movimentos culturais, organização política popular, mudanças estruturais na economia e nos modos de viver e sobreviver... Aí, quando essas condições se reúnem, é que sabemos quem, qual partido e que movimento é, de fato, revolucionário. É nesse contexto que se distingue quem, qual partido e que movimento estará a serviço das transformações radicais de vida em busca de um mundo justo e verdadeiramente democrático dos que ficaram do lado do *status quo* e dos conservadores. Já uma esquerda lacradora, voltada quase exclusivamente para a disputa de frases de efeito tecladas nas redes sociais; engajada, preferencialmente, no debate de pautas comportamentais; sem presença efetiva no meio do povo, nas favelas, nas periferias e nos grotões do país — onde vive, em condições econômica, social e cultural precárias, a maioria do povo brasileiro —, nunca estará habilitada a dirigir um bloco histórico que lidere transformações revolucionárias no Brasil.

Como dizia o velho Leonel Brizola (1994), essa será sempre "a esquerda que a direita gosta".

CAPÍTULO 1

A dialética do sonho e da realidade

Uma sociedade mais justa, na qual todos tenham uma vida moderadamente boa (usando emprestado o conceito de Xi Ji Ping) e digna sempre foi um sonho, desde os tempos mais remotos. Desde a Antiguidade, filósofos, romancistas e escritores, como Thomas Moore, se dedicaram a pensar a sociedade ideal na "utopus". A sociedade que ainda não existe em lugar nenhum.

A religião também sempre prometeu e desejou o paraíso. Um lugar onde todos viveriam a plenitude da bondade e da felicidade. E não há nada de negativo nisso, pelo contrário! Religião e literatura têm um papel essencial para a humanidade. São construções sociais e culturais da mais alta importância para o espírito humano. O perigo é quando são confundidos com a ciência social.

A dialética é o método científico de relacionamento entre desejo e realidade, entre o sonho e o mundo real. Ela é a síntese entre o desejado — aquilo que se busca, por meio da ação, tornar realidade — e a realidade dura e áspera que se tem para mudar. Mas não se possui, no geral, as condições ideais para tal, porque forças de conservação da realidade também operam para mantê-la.

É a partir da política e da sua lenta transformação em ciência que foram desenvolvidos os melhores instrumentos e metodologias para alcançar objetivos desejados. A mudança social passa a não ser mais só um desejo e um sonho, mas um objetivo a ser alcançado por meio da luta social, da intervenção humana e das ciências sociais, como bússola para sua realização, com base na análise criteriosa das forças que operam na realidade para mudá-la — ou conservá-la como está.

Mas não vivemos tempos de método e racionalidade. Embora a ciência nunca tenha evoluído tanto como nesse primeiro quartel de século XXI, a imbecilidade tomou conta da humanidade. As máquinas, cada vez mais artificialmente inteligentes, parecem ter trocado de papel com os seres humanos. Vivemos no mundo do espetáculo. O mundo dos super-heróis da Marvel. O mundo dos Vingadores. Homens de aço, homens de pedra, homens-aranha, homens líquidos e homens gasosos. Seres enganosos e virtuais que tomam o lugar do real.

A política e os políticos foram transformados em mercado e mercadoria, aprisionando-se na lógica do espetáculo, entrando em uma dinâmica de falsificação do real. Essa falsidade geral, de um lado, e a pasteurização dos interesses reais, econômicos e de classes sociais, de outro, são a causa da falência da política junto às classes populares.

A fetichização geral transforma políticos em mercadorias a serem vendidas para os consumidores (eleitores) em seus nichos de mercado. Todos estão presos a essa lógica, inclusive a esquerda. É assim que muitos param de operar a boa tática que tem como bússola a correlação de forças da vida real, das alianças — necessárias ou não —, e das decisões mais radicais ou mais moderadas, avaliadas com base no poder concreto de mobilização das classes sociais em luta, na arena política e social real. E passam a operar apenas a lógica do espetáculo para seu eleitorado (mercado).

Esse é um problema e um dilema geral da política em tempos pós-modernos. Agir para agradar o mercado interno (de militantes e eleitores de esquerda) ou buscar uma tática que acumule forças para a obtenção do objetivo desejado?

Claro que uma posição mais dura pode ser a melhor tática em determinado momento de necessidade de autoafirmação. Foi assim, embora com algum exagero, mas de forma necessária, no período mais duro do avanço da extrema direita e do Estado policial, hegemonizado pelo juizado e pelo Ministério Público de Curitiba, feitos centro da política nacional a partir da Operação Lava Jato, montada inclusive com a colaboração e a parcimônia do PT e do governo Dilma Rousseff. Porque não podemos nos esquecer que o colchão do presidente Lula foi revirado, e o computadorzinho de seu neto foi levado de sua casa, invadida pela Polícia Federal do governo Dilma, comandada pelo ministro da Justiça José Eduardo Cardoso até 29 de março de 2016. Essa invasão aconteceu no dia 4 de março de 2016 (Conjur, 2016), e o processo de impeachment só foi aceito no dia 17 de abril de 2016.

Embora o então ministro da Justiça tenha pedido demissão em 29 de fevereiro de 2016, quatro dias antes de a Polícia Federal invadir ilegal e inconstitucionalmente a casa do ex-presidente Lula, foi na gestão de José Eduardo Cardozo e da ex-presidenta Dilma que a Lava Jato foi criada e realizou boa parte de suas atrocidades contra brasileiros e brasileiras e contra nossa ordem constitucional e legal (CNN Brasil, 2022). Toda essa barbaridade perpetrada contra a política e, em especial, contra o PT e o presidente Lula foi feita no governo Dilma, sob a área cujo ministro responsável era José Eduardo Cardozo. Em relação ao ministro da Justiça da Dilma, essas eram as palavras da edição brasileira do jornal El País no dia 29 de fevereiro de 2016:

> O *fogo amigo* do PT derrubou um petista de um dos principais ministérios da gestão Dilma Rousseff. José Eduardo Cardozo, o ministro da Justiça, informou à presidenta que pretendia deixar o cargo no início da manhã e sua saída foi confirmada pela presidenta na tarde desta segunda-feira. Ele vinha sendo pressionado a interferir na Polícia Federal para amenizar as investigações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que enfrenta ao menos dois inquéritos relacionados a imóveis ligados a ele. É a terceira vez que Cardozo cogitou deixar o cargo por reclamações de seus colegas de partido. Nas outras duas ocasiões, foi convencido por Rousseff a permanecer (A.B., 2016).

Foi no governo Dilma que se cultivou o adubo da criminalização da política e que se criaram as condições para a Lava Jato tentar destruir o país e desmontar o projeto democrático e popular conduzido por Lula e pelo PT. Eu não tenho medo de falar. Primeiro, porque sempre aprendi, como socialista e como cristão, que temos compromisso científico e ético com a verdade e que " a verdade vos libertará" (João 08:32). Depois, porque a crítica e a autocrítica são fundamentais para que os mesmos erros não voltem a ser cometidos.

Esse udenismo de 'esquerda' sempre existiu, desde o início do século XX, e a esquerda tem muitos, mas muitos, filhos de Carlos Lacerda. Esse falso moralismo é típico da classe média brasileira, seja ela de direita ou de esquerda, como bem nos narra os textos literários de Machado de Assis. Para ilustrar, vou reproduzir um trecho das magníficas "Memórias Póstumas de Brás Cubas", em que nosso mestre da literatura desnuda com sarcasmo e sagacidade antropológica o cinismo e a vagabundagem do comportamento social da pequena burguesia:

"É minha!" — disse eu comigo, logo que a passei a outro cavalheiro; e confesso que durante o resto da noite, foi-se-me a ideia entranhando no espírito, não à força de martelo, mas de verruma, que é mais insinuativa.

"É minha!" — dizia eu ao chegar à porta de casa.

Mas aí, como se o destino ou o acaso, ou o que quer que fosse, se lembrasse de dar algum pasto aos meus arroubos possessórios, luziu-me no chão uma cousa redonda e amarela. Abaixei-me; era uma moeda de ouro, uma meia dobra.

"É minha!" — repeti eu a rir-me, e meti-a no bolso.

Nessa noite não pensei mais na moeda; mas no dia seguinte, recordando o caso, senti uns repelões da consciência, e uma voz que me perguntava por que diabo seria minha uma moeda que eu não herdara nem ganhara, mas somente achara na rua. Evidentemente não era minha; era de outro, daquele que a perdera, rico ou pobre, e talvez fosse pobre, algum operário que não teria com que dar de comer à mulher e aos filhos; mas se fosse rico, o meu dever ficava o mesmo. Cumpria restituir a moeda, e o melhor meio, o único meio, era fazê-lo por intermédio de um anúncio ou da polícia. Enviei uma carta ao chefe de polícia, remetendo-lhe o achado, e rogando-lhe que, pelos meios a seu alcance, fizesse devolvê-lo às mãos do verdadeiro dono.

Mandei a carta e almocei tranquilo, posso até dizer que jubiloso. Minha consciência valsara tanto na véspera, que chegou a ficar sufocada, sem respiração; mas a restituição da meia dobra foi uma janela que se abriu para o outro lado da moral; entrou uma onda de ar puro, e a pobre dama respirou à larga. Ventilai as consciências! Não vos digo mais nada. Todavia, despido de quaisquer outras circunstâncias, o meu ato era bonito, porque

exprimia um justo escrúpulo, um sentimento de alma delicada. Era o que me dizia a minha dama interior, com um modo austero e meigo a um tempo; é o que ela me dizia, reclinada ao peitoril da janela aberta.

— Fizeste bem, Cubas; andaste perfeitamente. Este ar não é só puro, é balsâmico, é uma transpiração dos eternos jardins. Queres ver o que fizeste, Cubas?

E a boa dama sacou um espelho e abriu-mo diante dos olhos. Vi, claramente vista, a meia dobra da véspera, redonda, brilhante, multiplicando-se por si mesma — ser dez — depois trinta — depois quinhentas —, exprimindo assim o benefício que me daria na vida e na morte o simples ato da restituição. E eu espraiava todo o meu ser na contemplação daquele ato, revia-me nele, achava-me bom, talvez grande. Uma simples moeda, hem? Vejam o que é ter valsado um poucochinho mais.

Assim, eu, Brás Cubas, descobri uma lei sublime, a lei da equivalência das janelas, e estabeleci que o modo de compensar uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência. Talvez não entendas o que aí fica; talvez queiras uma cousa mais concreta, um embrulho, por exemplo, um embrulho misterioso. Pois toma lá o embrulho misterioso.

LII: O EMBRULHO MISTERIOSO

Foi o caso que, alguns dias depois, indo eu a Botafogo, tropecei num embrulho que estava na praia. Não digo bem; houve menos tropeção que pontapé. Vendo um embrulho, não grande, mas limpo e corretamente feito, atado com um barbante rijo, uma cousa que parecia alguma cousa, lembrou-me bater-lhe com o pé, assim por experiência, e bati, e o embrulho resistiu. Relanceei os olhos em volta de mim; a praia estava deserta; ao longe — uns meninos brincavam — um pescador curava as

redes ainda mais longe — ninguém que pudesse ver a minha ação; inclinei-me, apanhei o embrulho e segui.

Segui, mas não sem receio. Podia ser uma pulha de rapazes. Tive ideia de devolver o achado à praia, mas apalpei-o e rejeitei a ideia. Um pouco adiante, desandei o caminho e guiei para casa.

— Vejamos — disse eu ao entrar no gabinete.

E hesitei um instante, creio que por vergonha; assaltou-me outra vez o receio da pulha. É certo que não havia ali nenhuma testemunha externa; mas eu tinha dentro de mim mesmo um garoto, que havia de assobiar, guinchar, grunhir, patear, apupar, cacarejar, fazer o diabo se me visse abrir o embrulho e achar dentro uma dúzia de lenços velhos ou duas dúzias de goiabas podres. Era tarde; a curiosidade estava aguçada, como deve estar a do leitor; desfiz o embrulho, e vi... achei... contei... recontei nada menos de cinco contos de réis. Nada menos. Talvez uns dez mil-réis mais. Cinco contos em boas notas e moedas, tudo asseadinho e arranjadinho, um achado raro. Embrulhei-as de novo. Ao jantar pareceu-me que um dos moleques falara a outro com os olhos. Ter-me-iam espreitado? Interroguei-os discretamente, e concluí que não. Sobre o jantar, fui outra vez ao gabinete, examinei o dinheiro, e ri-me dos meus cuidados maternais a respeito de cinco contos — eu, que era abastado.

Para não pensar mais naquilo fui de noite à casa do Lobo Neves, que instara muito comigo não deixasse de frequentar as recepções da mulher. Lá encontrei o chefe de polícia; fui-lhe apresentado; ele lembrou-se logo da carta e da meia dobra que eu lhe remetera alguns dias antes. Aventou o caso; Virgília pareceu saborear o meu procedimento, e cada um dos presentes acertou de contar uma anedota análoga, que eu ouvi com impaciências de mulher histérica.

De noite, no dia seguinte, em toda aquela semana pensei o menos que pude nos cinco contos, e até confesso que os deixei muito quietinhos na gaveta da secretária. Gostava de falar de todas as cousas, menos de dinheiro, e principalmente de dinheiro achado; todavia não era crime achar dinheiro, era uma felicidade, um bom acaso, era talvez um lance da Providência. Não podia ser outra cousa. Não se perdem cinco contos como se perde um lenço de tabaco. Cinco contos levam-se com trinta mil sentidos, apalpam-se a miúdo, não se lhes tiram os olhos de cima, nem as mãos, nem o pensamento, e para se perderem assim tolamente, numa praia, é necessário que... Crime é que não podia ser o achado; nem crime, nem desonra, nem nada que embaciasse o caráter de um homem. Era um achado, um acerto feliz, como a sorte grande, como as apostas de cavalo, como os ganhos de um jogo honesto e até direi que a minha felicidade era merecida, porque eu não me sentia mau, nem indigno dos benefícios da Providência.

"Estes cinco contos", dizia eu comigo, três semanas depois, "hei de empregá-los em alguma ação boa, talvez um dote a alguma menina pobre, ou outra cousa assim... hei de ver..."

Nesse mesmo dia levei-os ao Banco do Brasil. Lá me receberam com muitas e delicadas alusões ao caso da meia dobra, cuja notícia andava já espalhada entre as pessoas do meu conhecimento; respondi enfadado que a cousa não valia a pena de tamanho estrondo; louvaram-me então a modéstia — e porque eu me encolerizasse, replicaram-me que era simplesmente grande (Assis, 2009, p. 91-93).

Como vemos, o mestre Machado de Assis, com sarcasmo e imensa capacidade de análise crítica sobre a sociedade brasileira, já bem descrevia em seus romances a grande característica nacional, obviamente da sociedade formal brasileira: a hipocrisia.

No contexto da prisão do presidente Lula, quase que milagrosamente, demostrando a imensa força política, moral e simbólica de sua figura épica, ele soube não perder o fio da dignidade e da verdade para suportar as dores e colher mais à frente as " flores". Isso mostrou sua capacidade de tomar decisões duras e estratégicas nos momentos mais difíceis e trágicos, como o da decretação de sua prisão, olhando com olhos da política para além do alcance dos normais. É verdade que também pelo grande papel mobilizador de uma incansável militância, superamos essa fase e agora devemos voltar ao objetivo de implantar novamente o projeto democrático, popular e nacional no Brasil. Essa é nossa tarefa nacional-civilizatória.

Polarizada e hegemonizada por essa visão falso moralista, ou melhor, pela hipocrisia nacional, a esquerda deixa de discutir e agir em torno dos temas essenciais para o povo e a nação — a distribuição de renda e riqueza; a soberania do país sobre suas imensas riquezas naturais; e a consolidação de uma democracia inclusiva e participativa — e se se deixa seduzir pelo canto da sereia da corrupção como suposto grande mal nacional quando, historicamente, essa tem sido a poeira que as elites nacionais, aliadas aos interesses dos impérios internacionais da vez, utilizam para que o povo não se empodere e lute contra os verdadeiros males da nação, que são: a desigualdade, a dependência, a exploração externa e o autoritarismo de um estado privatizado.

A esquerda brasileira, muito presa à sua hegemonia social na classe média, tende a ter uma visão excessivamente moralista da vida. Não percebe que a política e as coisas de Estado são, como dizia o sociólogo alemão Max Weber, presididas não

pela ética individual, mas pela ética coletiva, de Estado, pela ética da responsabilidade. Portanto, o movimento, o partido ou o líder que conduz os destinos coletivos ou os destinos de Estado precisa pensar na construção dos desígnios históricos e coletivos de longo prazo. Não se apega a veleidades passageiras ou filigranas de detalhes, mas assume responsabilidades de grande alcance.

Um país que se pretende alçar à condição de potência mundial e de liderança hegemônica de blocos econômicos e culturais precisa ter coesão interna e assertividade externa para se pôr nesta condição. Líder lidera, não fica de conversa fiada e preso a questiúnculas.

CAPÍTULO 2

A construção permanente de um bloco histórico, tático e estratégico

Nem puritanismo histérico, nem pragmatismo estéril. Alianças à direita, mas sob hegemonia da esquerda

Não devemos ter medo de fazer política e de liderar um bloco histórico de transformações sociais no Brasil. Alianças são sempre necessárias e são movimentos, ou melhor, instrumentos da política conjunturais/estruturais de determinada sociedade. A esquerda atual é que é pouco afeita à política e muito presa à doutrina, tendo a péssima mania de ideologizar a política de alianças.

Lenin, como um dos maiores estrategistas políticos de todos os tempos, não tinha o mínimo compromisso com a doutrina, mas o tinha com a realidade, como bom marxista. Foi assim que subverteu e escandalizou a esquerda ortodoxa e seu establishment ao propor uma aliança entre os operários e os camponeses na Rússia czarista, contrariando o marxismo vulgar, economicista, ortodoxo e oficial.

O camponês era tido pelo marxismo como uma classe atrasada e contrarrevolucionária, porque ligada à ideologia e à base econômico-material do Antigo Regime. Era, portanto, para uma concepção economicista e evolucionista da história, uma classe

necessariamente contrarrevolucionária. Mas os grandes políticos, como Lenin, não se prendem a dogmas. Política é feita de movimento e de oportunidades táticas para atingir objetivos estratégicos ou que contribuam para isso.

Ele soube captar na estrutura de classes da Rússia do início do século XX as condições de formação de maioria social para vencer a disputa política contra o regime czarista. A classe operária, que não representava senão uma ínfima minoria da sociedade russa, necessitava de alianças para constituir um bloco social majoritário e revolucionário. Revoluções e mudanças sociais profundas podem ser conduzidas por vanguardas minoritárias, desde que culturalmente hegemônicas, mas precisam de apoio das maiorias sociais para vencer o jogo político e consolidar regimes.

Foi por isso que, nas "Teses de Abril", Lenin consolidou a ideia da aliança operário-camponesa e defendeu junto ao partido que a Rússia estava pronta para realizar uma revolução social, comandada por operários em aliança com camponeses, formando um bloco histórico revolucionário. Colocar uma foice com um martelo, nessa época, constituía uma heresia na esquerda! Mas assim agiu Lenin (1978, p. 87):

> Na medida em que a revolução proletária que começa a surgir na Europa não exercer uma influência direta e poderosa sobre nosso país, a sorte e o desenlace da revolução russa dependerão de se o proletariado urbano conseguirá levar atrás de si o proletariado rural e ligar a esse a massa de semiproletários do campo, ou se essa massa seguirá atrás da burguesia camponesa, propensa a aliar-se com Gutchkov e Miliukov, com os capitalistas e latifundiários e com a contrarrevolução em geral.

Não havia dogma a ser seguido como uma bula papal ou uma prescrição de remédio, mas um movimento para formação de maioria na luta de classes, em que o polo da transformação social (o proletariado e seu partido) precisava forjar na sociedade real existente uma maioria que lhe desse as condições de vitória sobre o inimigo principal.

E isso foi feito, sob a liderança de Lula, pelo PT no Brasil do início do século XXI, comandado pela geração de ouro de dirigentes da envergadura de Zé Dirceu (o maior, mais completo e brilhante de todos), Marco Aurélio Garcia, Delúbio, Rochinha, Dulci, Genoíno etc. Eles tiveram a capacidade de inverter a lógica histórica e articular uma aliança ampla, pela primeira vez na história do país, comandada pela esquerda e por um líder operário.

A esquerda, hegemonizada pelos comunistas, em alguns de seus momentos históricos, optou por fazer alianças com a burguesia, mas nunca hegemonizando o bloco político e social, sempre indo a reboque de algum projeto democrático/conservador. Com exceção da experiência da Aliança Nacional Libertadora, na década de 1930, que durou muito pouco tempo e foi substituída pela visão "putchista" que culminou na "intentona comunista". Foi o PT dos anos 2000 que implantou a extraordinária experiência aliancista que originou os dois governos Lula e a subsequente experiência petista no primeiro governo Dilma. No entanto, infelizmente, essa política foi sendo abandonada paulatinamente em seus governos, por ela e por seus operadores políticos.

Lula e o PT são responsáveis por um processo de afirmação da cidadania e da economia popular nunca visto em nossa história. Processo que, de certa forma, é um fio de continuidade da experiência de construção nacional getulista, tendo no Lula e no PT um viés mais de esquerda, operário e popular.

Nesse debate, a esquerda involuiu muito com o abandono da política de alianças de 2002, já no primeiro governo Dilma, que culminou na tragédia do impeachment. Claro que o processo do impeachment foi uma total quebra do pacto democrático e uma ação que levou o Brasil ao desastre, mostrando que a direita e o centro não têm qualquer compromisso com a democracia quando seus interesses não são atendidos. Mas não podemos varrer a poeira para baixo do tapete. O impeachment também foi fruto da falta de capacidade do governo Dilma de conseguir maioria na Câmara dos Deputados, devido ao esgarçamento das relações com o centro; de uma política de alianças deliberadamente feita para privilegiar uma minoria no parlamento (de centro-esquerda e matematicamente impossível) e nos afastar da necessária aliança com o centro para se obter maioria; do avanço do lava-jatismo e da criminalização da política, que tinha apoio no Ministério da Justiça e no Ministério Público nomeado pela presidenta; e de uma tentativa de parte da esquerda de deixar que o presidente Lula fosse criminalizado.

Temos mania, na vida humana e na história, de querer apagar os fatos traumáticos. Mas tanto a psicologia e a psicanálise quanto as ciências sociais ensinam a encarar nossos fantasmas e exorcizá-los com a busca da verdade. Nesse sentido, como exercício analítico e prático, trago para a discussão algumas notícias veiculadas na ocasião do segundo mandato da presidenta. Começo pelo seguinte artigo da revista Época Negócios:

Notícia • Estadão / Política

Dilma deixa Lula e ala majoritária do PT de fora do núcleo do novo governo

Ao confirmar Pepe Vargas na pasta da articulação política, não cede às reivindicações do padrinho e da corrente Construindo um Novo Brasil

Funcionários fazem manutenção na área externa do Palácio do Planalto em preparativos para a posse da presidente Dilma Rousseff. Foto: André Dusek/Estadão

BRASÍLIA — Ao anunciar ontem mais sete nomes para a Esplanada dos Ministérios do segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff afastou ainda mais a influência do padrinho político, Luiz Inácio Lula da Silva, e da corrente majoritária do PT, Construindo um Novo Brasil, do núcleo de comando do governo. A escolha do deputado Pepe Vargas (RS) para ocupar a Secretaria de Relações Institucionais, que lida com o Congresso Nacional, selou esse distanciamento.

Ex-ministro do Desenvolvimento Agrário entre 2012 e 2014 e integrante da tendência Democracia Socialista (DS) — mais à esquerda do que a hegemônica Construindo um Novo Brasil (CNB) no espectro ideológico do PT —, Vargas será o segundo gaúcho na "cozinha" do Planalto.

O deputado substituirá Ricardo Berzoini, transferido para o Ministério das Comunicações, e foi escalado por Dilma para fazer

dobradinha com Miguel Rossetto, o novo chefe da Secretaria-Geral da Presidência. Rossetto também é gaúcho e integra a mesma corrente de Vargas no PT.

Embora a cúpula do PT quisesse deslocar Berzoini para Comunicações — uma vez que ele é mais identificado com o projeto de regulamentação da mídia —, a escolha de Vargas para sua antiga cadeira foi considerada por dirigentes do partido como um duro golpe na CNB, a corrente de Lula.

Com a decisão de Dilma, o núcleo duro do Palácio do Planalto não terá mais nenhum nome próximo a Lula

Como se pode observar na notícia, o caminho do segundo governo Dilma foi, desde o início, na contramão da política de alianças de 2002. O governo deu poder de comando a setores do PT que sempre foram contra a ampliação de alianças para o centro como forma de obter maioria eleitoral e, depois, ampliar o quanto necessário as alianças no parlamento para poder governar com certa estabilidade, mesmo que ao preço de moderação e calibragem no ritmo das reformas transformadoras.

Setores importantes da dita intelectualidade de esquerda — que têm ligações diretas com certas correntes internas do PT que, inclusive, erradamente se autodefinem como "mais à esquerda" — não cansaram, assim que a presidenta Dilma Rousseff assumiu o poder, de buscar construir um discurso de que ela estaria à esquerda de Lula e que, até os governos do ex-presidente, a estratégia do PT havia sido de complacência com a corrupção. Essa esquerda lacerdista, ou udenista, como chamava Brizola, sempre teve presença nos meios de comunicação burgueses, por razões óbvias, mas também internamente no PT, onde a classe média intelectualizada tem influência.

A título de exemplo, vejamos agora este artigo publicado no blog Outras Palavras, que está ligado a intelectuais "de esquerda" do Sul do país.

O sentido politico da "faxina" de Dilma

Ao agir de modo aberto contra corrupção, presidente pode deixar direita sem discurso. Mas até onde ela levará sua ofensiva?

OUTRASPALAVRAS SEM CATEGORIA

O que a "faxina" que a presidente Dilma Rousseff está realizando nos ministérios tem a dizer sobre a conjuntura social do Brasil contemporâneo? Num sentido amplo, é um fenômeno político implicado na trajetória de crescimento econômico com equidade social promovida desde 2003 pelas administrações do PT. Ao longo desta trajetória, as forças sociais conservadoras foram esvaziadas de um discurso crítico sobre política econômica e social, tendo que concentrar seus esforços em ataques à corrupção. Por outro lado, à medida em que a democracia se fortalece e problemas socioeconômicos são minimizados, segmentos politicamente conscientes da sociedade tendem a apresentar novas demandas ao Estado, tal como o combate à corrupção.

A novidade de Dilma pode ser a passagem de uma estratégia defensiva para outra de ataque, capaz de enfraquecer ainda mais as forças conservadoras. A "social-democracia globalizada" de Lula trouxe aumento da massa salarial e do nível de emprego, redução das desigualdades e incorporação de milhares de brasileiros à classe média. Como estratégia politicamente moderada de desenvolvimento, envolveu a criação de uma ampla coalizão de centro-esquerda, tendo PT e PMDB como componentes principais. Para os intelectuais de esquerda e movimentos sociais mais

radicais, a agenda meramente reformista de Lula foi uma decepção. O que estes talvez não tenham percebido é que foi justamente a "moderação" de Lula uma das principais causas de uma grande vitória da esquerda brasileira: a anulação do Democratas, principal representação partidária do neoliberalismo no país. O reformismo de centro-esquerda de Lula atraiu a classe média, trouxe benefícios aos pobres e, num momento de prosperidade, deixou a oposição sem um discurso que veiculasse um projeto alternativo ao país.

Na falta de uma estratégia focada em políticas econômicas e sociais, à oposição restou o ataque à corrupção. Isto não foi fácil. Em primeiro lugar, era preciso convencer a sociedade de que a corrupção era um traço distinto da administração do PT, ao invés de uma prática arraigada no Estado brasileiro que, por séculos, foi comandado por aquelas mesmas forças conservadoras em benefício das elites do país. Em segundo lugar, era preciso que tais ataques enfraquecessem não apenas o governo ou o partido, mas Lula, pessoalmente. Não funcionou. Apesar do mensalão, Lula derrotou Geraldo Alckmin.

Entretanto, não era nem o Democratas, nem o PSDB, o grande articulador da estratégia conservadora focada no ataque à corrupção. Foi a grande mídia tradicional, através de reportagens baseadas em versões e boatos, e de uma cobertura tendenciosa e desproporcional dos fatos. Seja em sua forma partidária ou em sua versão midiática, o ataque conservador à corrupção contribuiu mais para gerar crises de governabilidade do que para combater este terrível problema. Afinal, o ataque era muito mais fruto do oportunismo das forças sociais conservadoras do que de um compromisso com a ética no serviço público. Fosse isto teriam expurgado a corrupção do aparato estatal durante os 500 anos em que governaram o país, certo?

Bom, mas há um lado positivo nisso tudo. À medida em que o brasileiro se acostuma com a democracia, consegue emprego formal, obtém aumento salarial, e alcança um padrão de consumo de classe média, outros problemas — como a corrupção — passam

a ganhar mais destaque em sua "agenda de preocupações". Isso provavelmente aconteceria mesmo sem a pressão da mídia e me remete a algo que o Fernando Henrique chamou uma vez de "pedagogia da democracia". É a este aspecto do problema que a administração de Dilma deve se voltar. Mais especificamente, é salutar que deixe a estratégia defensiva adotada no governo Lula (de tentar "blindar" o governo sem promover uma "faxina") para uma estratégia ofensiva (promovendo de fato a "faxina").

As dificuldades da nova estratégia estão na manutenção do apoio ao governo no Congresso, pois lideranças políticas envolvidas em casos de corrupção acabam afastadas da administração federal, e na perda do foco em outras prioridades do Estado (como o enfrentamento da crise mundial através de ajuste fiscal e política industrial). Por outro lado, seus benefícios estão em satisfazer demandas genuínas do eleitorado contra a imoralidade no serviço público, em aprimorar a gestão pública, e em esvaziar o conservadorismo do único discurso que lhe restou (o do combate a corrupção) (Estadão, 2014).

O posicionamento do sociólogo e economista Felipe Umin Filomeno no blog Outras Palavras é um exemplo do apoio que a Lava Jato teve de um importante setor da esquerda. Ou ninguém se lembra dos principais quadros do PSOL do Rio de Janeiro à época, junto a Caetano Veloso e outros, indo receber o juiz Marcelo Bretas com faixas e beijos no aeroporto? Esse mesmo setor apoiava publicamente o juiz Sergio Moro e sua 'faxina ética'. Termo, aliás, cunhado, difundido e amplamente propagandeado no governo Dilma. O próximo artigo que recupero confirma isso. Vejamos:

Analistas: 'faxina ética' de Dilma ameaça coalizão do governo

A "faxina ética" liderada pela presidente Dilma Rousseff, que já custou o cargo de três ministros por suspeitas de corrupção, pode ameaçar sua diversificada coalizão de governo, segundo analistas políticos. A última queda foi do ministro da Agricultura, Wagner Rossi, influente dirigente do PMDB, que renunciou na quarta-feira ao cargo que tinha desde o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Para substituí-lo, Dilma designou nesta quinta Mendes Ribeiro Filho, também do PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer.

No dia 15 de março, a presidente Dilma Rousseff fez sua primeira substituição na Esplanada dos Ministérios em 2013, trocando o pedetista Brizola Neto (dir.) pelo secretário-geral da legenda, Manoel Dias (SC), no comando do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ele já havia sido cotado para comandar o MTE quando Carlos Lupi caiu por denúncias de corrupção. Dias é um pedetista histórico e ajudou a fundar o partido em 1980 ao lado de Leonel Brizola e de Dilma Rousseff.

O primeiro a cair nesta "faxina ética" foi o influente Antonio Palocci, histórico dirigente do PT que renunciou como ministro da Casa Civil em junho, após escândalo de aumento de patrimônio. No mês seguinte, foi a vez da demissão de Alfredo Nascimento, até então ministro dos Transportes e presidente do PR, que nesta semana retirou a legenda da coalizão governante para adotar uma posição de "independência" e "apoio crítico".

À margem das denúncias, Dilma perdeu também o ministro da Defesa, Nelson Jobim, também "herdado" de Lula, que renunciou após confessar que nem sequer tinha votado nela nas eleições de 2010.

Rossi caiu, mas nada indica que a "faxina" acabe por aí, pois a oposição exige a saída do titular de Turismo, Pedro Novais, cujo secretário-executivo Frederico Silva da Costa foi detido na semana passada com suspeito de fraudes.

Em relação a corrupção, imprensa e analistas destacaram sua decisão de não interferir na atuação da polícia e dos órgãos controladores do Estado, além do contraste em relação à gestão Lula, que foi alvo da oposição que acusou de "amparar" corruptos para garantir a governabilidade.

Se agora a palavra é limpeza, será difícil frear este processo perante essa sujeira acumulada durante os oito anos de um governo cúmplice, afirmou nesta quinta-feira o editorial o jornal O Globo. O periódico paulista Folha de S.Paulo também dedicou seu editorial à situação política e afirmou que Dilma tem pleno apoio popular. No entanto, disse que o PMDB, que durante os últimos anos se envolveu em diversos escândalos, "segue no governo" e agora é "menos confiável do que nunca", pois um de seus dirigentes, como Rossi, foi alcançado pela "vassoura" de Dilma.

Segundo Rudolfo Lago, editor do portal de análise política Congresso em Foco, Dilma deve ser "cautelosa", pois pode "perder o controle das vassouras" e ver uma faxina "muito maior do que gostaria". Os temores na base de apoio à mandatária são compartilhados e expressados por parlamentares até do governo, como o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que afirmou que "Dilma corre o risco de ter problemas por seus acertos e não por seus erros", o que qualificou de "horrível".

O pedetista disse confiar, no entanto, na "sensatez" dos partidos e citou como "esperança" uma frente suprapartidária criada nesta semana no Congresso para apoiar a cruzada de Dilma contra a corrupção. Já o senador Pedro Simon (RS), também dessa frente e expoente histórico do PMDB, afirmou nesta quinta-feira que o grupo tentará gerar um movimento na sociedade civil para "impedir que Dilma fique só". Segundo Simon, a presidente "está fazendo contra a corrupção tudo o que seus antecessores não fizeram em mais de 20 anos", por isso que "é preciso tirar as pessoas à rua para apoiá-la" (Terra, 2011).

Fato é que essa lógica da "faxina ética", encampada pelo governo Dilma Rousseff sob o argumento de resposta ao clamor popular por integridade e transparência na administração pública, foi capturada e explorada pela mídia e pela elite econômica, transformando-se em um instrumento para enfraquecer forças políticas de esquerda. Ainda assim, a esquerda teima em cair no falso moralismo da mídia empresarial e da classe média ressentida, onde muitos de nossos quadros têm origem. Não entendem que esse (corrupção e costumes) sempre é o pântano em que a direita e a burguesia se labuzam — embora elas não pratiquem, porque, como dizia Nelson Rodrigues, "atrás de todo paladino da moral, vive um canalha". Foi assim com Getúlio Vargas e a república do Galeão; com JK e com Jango. Foi assim com Lula e o PT. Essa será sempre a cortina de fumaça da direita. Primeiro, para nos impedir de fazer política atraindo o centro e parte do empresariado. Depois, para poder ter uma bandeira falsa que fuja da questão central, que é a distribuição de renda, riqueza, cultura e poder.

Voltando ao velho Marx, a história se repete como tragédia ou como farsa, vide editorial do Estadão de 29 de setembro de 2023. Vejamos como é recorrente na burguesia a tentativa de nos emparedar nos temas morais e nos encurtar a margem de manobra para a formação do que importa e interessa, que é a maioria política para realizar, por exemplo, com apoio do parlamento, uma reforma tributária. Ainda que não a reforma ideal, uma que distribua mais equanimemente a renda e a riqueza no Brasil, contribuindo, portanto, para o objetivo reformista revolucionário de melhorar as condições materiais e culturais de vida do povo brasileiro.

Os insaciáveis glutões da República

Nada parece saciar a voracidade do Centrão por sinecuras. Isso seria um problema exclusivo de Lula, não fosse o fato de que a chantagem de um grupo de parlamentares prejudica todo o País

Uma pergunta se impõe: o que afinal saciará a voracidade do Centrão, em particular do grupo chefiado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), por cargos e recursos públicos? Qual seria esse ponto de equilíbrio em que a mágica acontece, isto é, o que ainda precisa ser entregue aos glutões da República para que estes se deem por atendidos em suas exigências, nem sempre inspiradas pelo melhor interesse público? São perguntas retóricas, claro.

Não faz muito tempo, após longa e tediosa espera, o presidente Lula da Silva entregou dois Ministérios — Esportes e Portos e Aeroportos — para o grupo de Lira. Porém, por mais que o governo ceda às imposições do Centrão, parece sempre haver uma nova demanda a ser atendida. E, se o Executivo ousar não ceder no tempo e nos termos que os deputados desejam, estes cruzam os braços e simplesmente obstruem o funcionamento da Casa, nada menos, como ocorreu há pouquíssimos dias. E que se dane o País.

Eis o ponto central dessa barafunda. Formar uma base de apoio ao governo no Congresso é problema exclusivo de Lula. Mas isso passa a ser um problema do País inteiro quando os impasses entre Executivo e Legislativo levam à paralisação da agenda legislativa até que os caprichos de uns e outros sejam acolhidos. Isso é inaceitável.

Com a maior naturalidade, fala-se abertamente no fatiamento de Ministérios, na criação de outras pastas ou na ocupação, de "porteira fechada", de autarquias e bancos públicos sem que esses movimentos sejam orientados por essas chatices como eficiência ou interesse público. O dínamo é o furor do Centrão para ocupar um espaço cada

vez maior na administração pública, de modo a ter acesso igualmente maior aos recursos do Orçamento — o que se traduz, basicamente, na perpetuação do poder político-eleitoral da casta.

O "resgate" da hora em troca de uma suposta governabilidade é o comando da Caixa, mas não só. O Centrão quer liberdade para ocupar todas as diretorias do banco. Mas isso é hoje. Amanhã, a imposição decerto será outra.

Tal é o despudor dessa turma que a coação passou a ser física. No dia 26 passado, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, foi literalmente emparedado por deputados do PSD na saída de um evento no Palácio do Planalto. A parede contra a qual Padilha foi pressionado pelos parlamentares foi transformada num muro de lamentações. Acossado, o ministro teve de ouvir um rosário de cobranças por cargos — em especial na Fundação Nacional de Saúde (Funasa) — e repasses de recursos federais aos Estados.

Uma das deputadas participantes do cerco, Laura Carneiro (PSD-RJ), ameaçou abertamente o governo federal. "Se a gente dançar, a Nísia (_Trindade, ministra da Saúde_) vai dançar também", disse a parlamentar ao ministro, de acordo com um áudio captado pela Rádio CBN. Ora, o que a veterana parlamentar quis dizer com isso? Padilha chegou a comparar a abordagem de parte da bancada do PSD a uma batida policial. "Vocês (_os repórteres_) viram o verdadeiro 'baculejo' que a Delegada Katarina deu em mim, vocês viram, né?", disse o ministro, referindo-se à deputada Delegada Katarina (PSD-SE). Aos que se chocaram com a cena, Padilha ainda fez graça: "Vocês não têm ideia do que eles fazem comigo a portas fechadas".

Assim, já não se pode falar mais em presidencialismo de coalizão, que já era ruim por resultar da incapacidade do Executivo de formar maioria sem fazer concessões a grupos políticos pouco ou nada identificados com a plataforma política vencedora da eleição. O País agora parece ter entrado de vez no presidencialismo do esbregue, em que o governo é chantageado à luz do dia, sem qualquer constrangimento e com um grau de agressividade típico das máfias. Isso obviamente nada tem a ver com política. É extorsão.

> Diante disso, fica fácil responder às perguntas do início deste editorial. Lula (ou qualquer outro presidente) pode criar dezenas de Ministérios e escancarar porteiras em apetitosas autarquias, mas nada disso parece suficiente para essa turma – que, na hora do voto, nem lembra que é base do governo (Estadão, 2023).

Nossa pauta é, sempre será e deverá ser a luta de classes, a luta real pela elevação das condições materiais e, pari passu, culturais de nosso povo. Mudar as práticas da política e da vida econômica em uma sociedade capitalista e em um estado de classes privilegiadas não é tarefa para um dia, um ano, um mandato ou uma década. É tarefa para gerações de mudanças nas bases econômica, social, política e cultural da sociedade. A adesão da esquerda à institucionalidade burguesa requer a sabedoria do tempo e da correlação de forças — claro que sem perder a bússola socialista, que nos dá a certeza de que cada passo que damos é em direção à longa caminhada revolucionária. Caminhando na mesma direção, mesmo que a passos mansos, rumo à nova sociedade que queremos e pela qual lutamos.

Precisamos entender, por exemplo, que, por mais divergências que tenhamos, o Congresso, com seus deputados e senadores, foi eleito pelo povo. E precisamos nos enraizar, trabalhar mais na luta cultural e na organização do povo no território — coisa que temos feito pouco e de forma insuficiente — para que possamos ter melhores resultados eleitorais. Mas não podemos simplesmente desconsiderar um dado da realidade: esse Congresso conservador foi eleito pelo povo, e temos que aprender a trabalhar com ele, a mediar e amortecer os conflitos para fazer a luta do povo e as nossas questões principais avançarem, sabendo abrir mão de questões que não possam ser aprovadas, sem ficar cultivando derrotas desnecessárias.

O pior dos mundos é fazer o que se tem feito nesses primeiros dois anos de nosso governo. Nem fazemos um acordo estável e com pautas definidas com o Congresso e seus líderes, o que se expressa na relação com os presidentes Lira e Pacheco e na convivência próxima e fraterna com cada deputado e deputada; nem temos instrumentos fortes de governo — como orçamento e programas do governo na mão dos nossos deputados da bancada petista e de esquerda e nos nossos diretórios e lideranças no território — para fazer a disputa real de hegemonia política e cultural no território onde se dá a luta política diária.

Optamos pelo pior dos mundos: uma relação fraca e de desconfiança permanente com o centro e nenhum instrumento de organização popular nas mãos de nossos agentes políticos no território. É a repetição da fórmula burra que levou ao impeachment de Dilma. A sorte é que o presidente é o Lula, que não hesitará em mudar essa política se vir a tempestade se formar.

Modéstia à parte, eu venho lutando e pagando um preço dentro do PT para que a dinâmica da política e das condições reais da luta de classes se imponham contra a tendência a um idealismo isolacionista. Talvez valha a pena resgatar esse artigo escrito por mim para responder à polêmica em torno do apoio do PT ao candidato Waguinho em Belford Roxo, em 2020, ocasião em que defendi o apoio no Diretório Nacional do PT e fui demonizado por isso. Dois anos depois, na eleição presidencial, Waguinho foi fundamental para conter o bolsonarismo na Baixada Fluminense, caindo de cabeça na campanha de Lula para presidente. E sua esposa, Daniela Carneiro, acabou se tornando, por seis meses, ministra do Turismo do Lula. Segue o artigo:

Washington Quaquá

Ex-prefeito de Maricá e ex-presidente do PT-RJ

15 artigos

HOME » BLOG

Entre ser de esquerda e se dizer de esquerda

Nossa estratégia é a constituição de maiorias sociais e políticas. Não existe revolução sem maiorias sociais organizadas e conscientes do papel de transformar a sociedade

Eu costumo dizer que o discurso esteticamente de esquerda, ou revolucionário, nem sempre leva a uma prática de esquerda e revolucionária. No mais das vezes, leva mesmo a um retrocesso e à derrota das classes populares no embate da luta de classes. Ou seja, acabam servindo à direita.

Não se ganha uma guerra no isolamento. Como na guerra, na luta de classes, na luta política real, se ganha o embate identificando claramente quem é o inimigo principal e quem é o secundário. Daí é preciso buscar aliados para vencer esse inimigo principal, atraindo inclusive os secundários e explorando eventuais contradições e desacordos que estes tenham como o inimigo principal. Pode-se nem mesmo trazê-lo para nosso lado, mas dividi-lo e neutralizá-lo já é de grande utilidade.

No Brasil a esquerda sempre possuiu em torno de 25 a 30% de apoio social e de voto nas eleições. São os votos que o PT anteriormente à intervenção de 1998 tinha e depois o PSOL, com Freixo, passou a ter na capital do Rio, por exemplo. Eram os votos que Lula tinha nacionalmente, um pouco mais, um pouco menos, dependendo da eleição: 1989; 1994; 1998...

A grande contribuição que a CNB (a corrente Interna majoritária do PT — Construindo um Novo Brasil) deu ao partido, e o PT deu à história do Brasil, e à história da esquerda brasileira, foi a mudança na tática eleitoral e na efetivação da estratégia democrática e popular em 2002.

Muitos foram contra e foi difícil aprovar internamente a aliança com o PL e garantir a vice do Lula para Zé Alencar. Sem a tática de atrair o centro, dificilmente Lula teria sido eleito presidente da república em 2002. Teríamos continuado a correr atrás do próprio rabo. A disputar apenas os 30% do eleitorado progressista e de esquerda tradicional do Brasil.

Na época, os dirigentes que conceberam e efetivaram a ferro e fogo essa política, Zé Dirceu, Delúbio, Genoíno etc. foram acusados de traidores e direitistas pelos mesmos que hoje advogam (e também advogavam naquela época) o isolamento do PT, para no máximo, até os partidos de esquerda. A turma que se contenta a disputar os 30% e a perder abraçados na fé e na pureza.

O fato é que a política foi correta e nos deu a vitória eleitoral em 2002. Pela primeira vez se elegeu um operário presidente do Brasil. Pela primeira vez um presidente oriundo de uma organização de esquerda e do movimento de organização popular e operária foi eleito presidente do país. Um fato histórico, a partir de uma política de alianças e de uma estratégia correta. Tivéssemos seguido o que os pseudo-revolucionários e o que a pseudo-esquerda advogava, teríamos perdido a eleição e Lula não teria sido presidente do Brasil.

Essa pseudo-esquerda anda tendo como parâmetro a nova esquerda europeia, ou Bernie Sanders, no Partido Democrata americano. Transplantam, como sempre, de lá para cá o universo conceitual e as fórmulas prontas de explicação dos fenômenos políticos e sociais. Primeiro erram, porque lá na Europa e nos EUA, é verdade que a esquerda hegemônica desde o século XX: a social-democracia integrou-se ao regime e fez uma aliança orgânica com a burguesia depois do pós-guerra. Com a quebra do pacto social democrático pela burguesia, os partidos da esquerda hegemônica europeia ficaram ao lado da burguesia contra os trabalhadores e embarcaram na defesa desavergonhada das contra-reformas neoliberais.

Mas é sociologicamente incorreto transplantar essa análise para o Brasil, como sempre fazem com seu pensamento colonizado

e dogmático. A esquerda hegemônica no Brasil, o PT, não fez acordo orgânico com a burguesia, e não atuou para destruir o pouco de conquistas sociais dos brasileiros e brasileiras. Pelo contrário, foram os governos Lula e petistas que avançaram com direitos em um momento difícil da esquerda mundial. Quando a esquerda sucumbia ao neoliberalismo e à tal terceira via, que nada mais era do que a submissão às políticas neoliberais, Lula e o PT no Brasil apontavam um caminho de mudança sociais e incorporação dos trabalhadores e do povo à economia e à sociedade, sem paralelo naquele momento, no mundo.

Não foi o Podemos na Espanha; não foi o Syriza na Grécia; nem o PS renovado de Portugal com sua política vitoriosa; nem o chavismo na Venezuela; nem os Democratas nos EUA; na época. quem tirou 30 milhões de pessoas da miséria em seu país; ou incorporou 4 milhões de jovens das classes populares às universidades... Aqui se produziu na prática o efeito civilizatório de 3, 4 revoluções cubanas. Foi esse o legado do Lula e do PT, fruto da política majoritária levada ao fim e ao cabo pela CNB. Não foi à toa que praticamente toda a nova esquerda europeia e os líderes dos movimentos de renovação da social-democracia europeia têm Lula como exemplo e possuem por ele imensa admiração e solidariedade.

Claro que cometemos o erro de não organizar o povo. De achar que a democracia brasileira tinha alguma solidez e que a burguesia brasileira pudesse ter o mínimo de compromisso com o jogo democrático. Mas não fomos só nós da CNB que não organizamos o povo para o embate pela democracia. Quem na esquerda fez isso? Ou seja, os que se autoproclamam mais revolucionários que os outros organizaram 1, 2, 1000 ou 100 mil pescadores no Ministério da Pesca, que foi pela maior parte do tempo dirigido pela Articulação de Esquerda? Todas as correntes internas do PT tiveram espaço no governo Lula e Dilma. Quantos exércitos organizaram? Quantos milhões de brasileiros e brasileiras organizaram? Quantos milhares? Sejamos mais modestos... quantas centenas de pessoas organizaram?

Há uma divergência essencial entre a estratégia da CNB (e de seus aliados internos, como o MPT por exemplo) e a da autoproclamada esquerda petista em relação à estratégia de transformação social. Em relação a como se dá o processo revolucionário no Brasil. Para eles a revolução é um ato apoteótico, quase carnavalesco... O povo desperta numa sexta-feira, se dá conta do carnaval e vai pra avenida tomar o palácio de inverno. São presos ao enredo da Rússia de 17. Todo ano e o ano todo o mesmo enredo. Pra nós a revolução é construída na vida, em processo, a cada dia, avançando a cada vitória e superando cada derrota.

Nossa estratégia é a constituição de maiorias sociais e políticas. Não existe revolução sem maiorias sociais organizadas e conscientes do papel de transformar a sociedade. Revolução de vanguarda não é revolução, ou é golpe ou é uma tomada de poder que se transformará em ditadura. Nossa estratégia, a da CNB (e seus aliados internos) e a do PT, é a estratégia democrática de formação de maioria e qualificação substantiva permanente da democracia, ampliando-a, incorporando o povo, avançando na formação cultural do povo, abrindo espaços de participação e politização. Sendo assim, cada prefeitura que ganhamos, cada governo do Estado, cada vez que ocupamos a Presidência da República e mudamos a vida concreta e real de milhões de seres humanos concretos, estamos jogando água no açude da revolução brasileira.

Até acredito que não é por pura maldade que boa parte da pseudo-esquerda petista que critica a CNB, com o mesmo discurso da direita mais raivosa e ideológica, que dizia que quando Lula criou o Bolsa Família, aquilo era política assistencialista; ou que o ProUni era errado, pois fortalecia as universidades privadas. É porque eles têm uma visão idealista, hegeliana, e, no frigir dos ovos, elitista do mundo. A revolução é um ato ideal, um ato puro, um ato teatral e carnavalesco, puro, controlado pelas ideias e pela estética que se forma na cabeça deles. Assim, dá pra voltar e corrigir o que não está bonitinho no texto... Não interage com o povo, não interage com a realidade. O povo na verdade não é o agente concreto e principal. O povo é só o glacê e a decoração de um bolo sem massa.

A nossa estratégia é a da revolução das maiorias; da revolução democrática; da revolução com o povo; da estratégia democrática e popular que pressupõe mudar a vida do povo; melhorar suas condições materiais de vida; elevar sua condição de apropriação dos bens culturais. Pressupõe casa melhor; bairros melhores; salários melhores; mais tempo livre; mais educação; mais saúde; mais condições de valorização, produção e consumo crítico de bens culturais, os populares e os clássicos universais. Esse é um processo longo, extenso e em rede. Se dá, na organização popular nos bairros e periferias; se dá na organização nas fabricas e escolas; se dá nas nossas prefeituras e nas políticas transformadoras que realizamos, também em maior escala nos nossos governos estaduais.

Temos muito que melhorar? Temos! Nosso partido precisa ser mais orgânico e estar mais presente de forma militante e organizado nas periferias? Precisa! Devemos ser menos inorgânicos e menos comitês eleitorais e sermos mais partido movimento e partido escola de formação do povo? Precisamos! Mas onde a dita esquerda dirige os diretórios estaduais e municipais fazem diferente? Não! Então a tarefa de organização do PT é de todos nós! E a culpa polos erros também!

Não será com o abandono da política de alianças que foi vitoriosa em 2002 que vamos corrigir os erros de não termos fortalecido a Frente de Esquerda no âmbito da coalizão maior de nossos governos; e de não termos organizado o povo para sustentar a democracia. Corrigir os erros não significa jogar fora a criança junto com a água do banho. Significa antes, e sobretudo, reter o que foi positivo e corrigir os erros.

Infelizmente é isso que a pseudo-esquerda petista quer fazer. Aliás vem fazendo desde que ganhou força ainda no governo Dilma. Foi essa inclusive uma das causas de nossa derrota, porque esse pessoal tem vocação para o isolamento.

Me lembro de um episódio que vivi como prefeito no governo Dilma. Fui ao palácio numa audiência com o ministro da Articulação Política do governo, o deputado federal Pepe Vargas do PT do RS

e da DS. Fui inclusive muito bem recebido pelo chefe de gabinete, que havia sido prefeito de uma simpática cidade do Rio Grande do Sul, com quem fiquei conversando por meia hora antes de ser recebido pelo ministro. Ele me contou que também tinha sido prefeito e que havia perdido a reeleição por apenas 3%. E emendou: o PP queria aliança conosco, e o candidato deles teve 6%, não aceitei fazer aliança com a direita. Perdemos, mas mantivemos nossa posição ideológica! Saí de lá dizendo: Fudeu! Isso não pode dar certo! Essa é a visão de nossa articulação política? O resultado nós vimos qual foi…

De lá pra cá tem sido essa a tônica. Melhor ser derrotado mas não perder a pureza ideológica. Eu pergunto: e o povo da cidade? Que certamente teve a vida melhorada por um governo petista e de esquerda? Não se levou em conta? A mesma coisa serve para o Brasil. As alianças, num país onde o nível de consciência do povo é arcaico, fruto de anos de escravidão e iniquidades por parte das elites, que produziu um imenso embrutecimento das classes populares, levam em conta não uma vontade de pureza, mas uma necessidade política. Levam em conta a análise concreta da realidade nacional. Da diversidade da realidade nacional.

Nessas eleições municipais fomos nós da CNB, instados pela liderança do presidente Lula, que defendemos a tática de lançar candidaturas próprias nas capitais e nas cidades reprodutoras de TV e as acima de 200 mil eleitores. Em Recife, por exemplo, a DS apoiou a intervenção contra Marília Arraes. Como correntes que se autoproclamam "mais à esquerda" defenderam alianças com o "Republicanos" em Caxias, no Maranhão. Então não venham querer transformar Belford Roxo no centro do mundo! Porque Belford Roxo, aquela cidade abandonada da Baixada Fluminense, onde Lula tinha 67% das intenções de votos mesmo na cadeia (injustamente, diga-se com todas as letras), e, quando foi impedido de concorrer, e os votos "dele" migraram para Bolsonaro, é parte de uma complexa rede de cidades onde o PT precisa definir a melhor tática para o povo local e para nosso fortalecimento para a disputa de 22.

Waguinho não é bolsonarista. Muito menos é de esquerda. Doutor Tancredo disse uma vez, perguntado se o PSD era comunista como Jango ou reacionário como Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, ele respondeu: "Meu filho, entre a Bíblia e O Capital, o PSD fica com o Diário Oficial". Não entender esse caráter histórico de uma parcela da política e dos políticos brasileiros é se abster de disputar a maioria e ficar preso aos 30% da esquerda. É deixar que nossos adversários da direita e do fascismo os atraia, rompendo as relações com o mundo e a vida real.

Tentar demonizar os adversários internos. Usar imagens e episódios pontuais como verdade. Atacar e difamar oponentes do mesmo campo nas redes é tática tão fascista como a dos bolsonaristas. Eu mesmo fui alvo de ofensas de pseudomilitantes de esquerda até em postagem familiar do dia dos pais, em foto com meu neto e meu filho... Isso é prática de gente de esquerda? De gente que se diz libertária? São práticas tão fascistas quanto as dos bolsonaristas!

Um anacrônico e caricatural dirigente de uma das correntes da pseudo-esquerda petista me chamou de traidor e disse que não me chamaria de companheiro. Como se eu não fosse dormir por conta disso... Atitudes como deste personagem, que parece ter saído tardiamente de uma adaptação mal-feita para o teatro nacional dos "10 dias que abalaram o mundo", onde essa espécie de Peter Pan jacobino vem incentivando sua minguada Ospália a agredir todos os que não usam seu nariz vermelho (Podia ser uma suástica....) não se diferencia da empáfia dos filhos de Bolsonaro.

Essas figuras minoritárias e sem importância na vida real eu entendo, como entendo o universo mágico e lúdico das crianças. Mas ver ex-presidentes do PT assinando um manifesto sobre Belford Roxo? Um ato dessa magnitude, da junção urgente e imperativa de ex-presidentes, uns que até defenderam a expulsão de outros do partido, só se explicaria se houvesse uma ameaça a história do PT. Será que a desejo de arrivismo com a atual presidência vale o ridículo? Vale o apequenamento? Cheguei a brincar que a esquerda teve na história sua batalha contra o fascismo em momentos dramáticos e decisivos. Trotsky venceu os exércitos

brancos e a sanha fascista (quando o termo ainda nem tinha sido cunhado historicamente) de restauração; Stalin venceu e derrotou os nazistas na Batalha de Stalingrado; Fidel expulsou os mercenários e agentes da Cia em Praia Girón. Nossos presidentes escolheram a Batalha de Belford Roxo...

A CNB (e seus aliados) precisa dirigir o PT e o PT dirigir o Brasil rumo a revolução democrática e popular. Não podemos ficar presos a um esquerdismo infantil. Temos vocação para a disputa do poder. Temos vocação para, ao ganhar governos, mudar a vida das pessoas concretas. De um povo real que vive na total precariedade e, com nossos governos, passa a ter um mínimo de dignidade. Esse mínimo de dignidade possibilita que milhões consumam, comam, morem, estudem, acreditem em si próprios, deem passos rumo à dignidade humana. Primeira etapa de uma luta por emancipação.

Quem sonha, vive e atua em favor de uma revolução sem povo, construída nas nuvens e na sua teoria pura, pode não querer se embrenhar no mato e pisar na lama das periferias, da Baixada Fluminense, do Capão Redondo ou de qualquer periferia desse país, onde o povo sofre e a vida é torta. Quem quer uma revolução democrática e popular atua na realidade, identifica no território os adversários principais e os aliados circunstanciais; fortalece sua organização e sua militância. Prepara as vitórias futuras e atrai aliados para isso.

Nós queremos construir desde já a vitória do Lula ou do Haddad em 2022. Não podemos perder tempo com lutas intestinas e com a transformação do secundário em principal. Transformar Belford Roxo na sua batalha pessoal de Stalingrado é além de obtusidade, má fé e falsificação histórica. A CNB precisa dar rumo a essa nau do PT. Caso contrário esses marinheiros de video-game da pseudo-esquerda petista vão nos fazer ficar parados no porto, à deriva, uma espécie de deriva da inércia, sem sequer ter saído no mar pra navegar. Afundaremos parados no cais. Se os lusitanos, a quem tanto acusam pelos males nacionais, têm algo a ensinar é que "Navegar é preciso"! (Quaquá, 2020).

Como mostra esse artigo publicado pelo 247 em 2020, não é de hoje que venho dizendo que a luta política real exige ações práticas e alianças concretas para promover mudanças duradouras. Canso de dizer, e falo isso desde os 18 anos, quando era estudante — no momento desta escrita estou com 53 —, que discurso esteticamente radical não produz política real radical e revolucionária. A política é essencialmente medida e validada pelo resultado de nossa ação prática. Discursos, se não são acompanhados de resultados práticos e efetivos, são só discursos ao vento. E ainda têm a consequência prática de desmoralizar a esquerda e a política no geral a médio e longo prazos.

Nosso objetivo essencial é mudar a vida do povo, das maiorias que foram usadas como força muscular da engrenagem colonial e viraram força de trabalho descartável no capitalismo dependente e desigual brasileiro. Dar a essa massa popular — o nosso "sevirariado" — condições de habitação digna; saúde de qualidade; salários decentes; empregos dignos ou condições de empreender em uma economia popular e em um mercado de massas com apoio financeiro e assistência técnica; acesso à educação pública de qualidade, ao aprendizado de línguas estrangeiras, ao conhecimento acumulado pela humanidade e ao desenvolvimento de suas habilidades práticas e artísticas; condições de produzir, acessar a cultura universal e desenvolver e preservar a comunitária, local e popular; entre outras coisas. Garantir uma vida digna para as massas populares apartadas do projeto colonial é um imperativo para a construção do projeto de nação — que ou será liderado pela esquerda ou não será realizado.

Esse projeto não será fruto de discursos fantásticos e pseudo-radicais, com objetivos fugazes de atender a seu público de rede social. Ele é trabalho de artesanato político, tecido nas relações amplas do território e na feitura de alianças necessárias no mundo da grande política nos grandes espaços de poder. A

observância do programa de melhoria da vida do povo é precondição. Nada mais o é! Esse fato é em si revolucionário, o restante é conversa fiada.

A POLÊMICA (OU A BURRICE) DE PRIORIZAR PAUTAS COMPORTAMENTAIS

Nosso eixo essencial, que deve mover o Brasil e os brasileiros e as brasileiras, é a defesa da vida, da paz, da tolerância, da prosperidade e das condições melhores de vida das famílias. Não devemos cair na pauta do inimigo. Quando a gente entra na pauta do inimigo, já entra perdendo de 1 a 0. Ele vai nos levar para o canto do ringue, para a discussão moral, para a discussão de costumes, para a lama ou para a cama. Nós temos que trazer a nossa discussão para o centro do ringue. Para a cozinha e para a mesa do jantar. Para as pautas econômicas e sociais.

A esquerda antiga e ortodoxa errava ao achar que a luta de classes, reduzida apenas à luta econômica, dava conta de todas as dimensões da vida. É verdade que não dá. Frei Betto nos alertou há tempos que, lá atrás, Jesus já havia observado que nem só de pão vive o homem e a mulher. Nós vivemos de emoções, de brilho, de desejos, de cultura e de toda uma dimensão subjetiva da vida.

Mas a esquerda moderninha e lacradora também erra profundamente ao transformar pautas identitárias e comportamentais nas pautas prioritárias do debate político. E o pior é que o faz de forma histérica e autoritária. Existe quase uma Gestapo a vigiar, avaliar e punir com linchamento público os discordantes de seus pormenores, cada vez menores e detalhados.

A frase do velho Brizola a respeito do PT do Rio ("A esquerda que a direita gosta") bem que dava conta de nosso comportamento na época. Fomos contra os CIEPs e fizemos oposição ao

velho líder trabalhista, inclusive lançando Fernando Gabeira candidato a governador e ajudando a derrotar Darcy Ribeiro na eleição vencida por Moreira Franco. Não à toa, o grupo hegemônico do PT de que fiz parte quando era jovem — sendo da direção da corrente Refazendo com meu querido e respeitado líder Vladimir Palmeira e meu dirigente orientador e "irmão mais velho" Antônio de Neiva Moreira Neto, além de Chico Alencar, Milton Temer e outros —, acabou, com exceção de Vladimir e Neiva, fundando o PSOL. Fundamentalismo hegeliano e moralismo lacerdista se fundem num jeito classe média de ver o mundo e fazer política.

Aliás, esse papo de politicamente correto está chato demais. É claro e óbvio que temos uma disputa cultural e estrutural para fazer na sociedade, e o partido tem que ser o pedagogo coletivo, fazendo avançar a consciência popular. Mas a disputa eleitoral, sobretudo nesses tempos de vigoroso retorno da ultradireita radical, que bebe nas águas do fascismo, se trata prioritariamente da manutenção da democracia brasileira, e isto requer sabedoria, ciência, prudência e caldo de galinha. Pesquisas precisam ser feitas, sobretudo qualitativas, para saber quais as prioridades do povo em cada grande estado e nas regiões; quais os temas polêmicos e sensíveis e em que temas devemos aprofundar ou quais devemos evitar. Não podemos ficar cometendo erros primários.

Não podemos nos transformar em uma ONG ou em um partido de temas. As pesquisas qualitativas, feitas pela Fundação Perseu Abramo e pelo Diretório Nacional do PT, mostram que o povo mais pobre, das periferias, tem se afastado do partido, porque não identifica mais nele a defesa do povo trabalhador, mas vê o partido enroscado na defesa de temáticas comportamentais.

Reproduzo aqui alguns trechos da pesquisa " Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo", da Fundação Perseu

Abramo[2]. As entrevistas foram realizadas entre 22 de novembro de 2016 e 10 de janeiro de 2017. Entre as conclusões, a constatação de que o campo democrático-popular precisa produzir narrativas contra-hegemônicas mais consistentes e menos maniqueístas ou pejorativas sobre as noções de indivíduo, família, religião e segurança. Vejamos os depoimentos abaixo:

> **GÊNERO MASCULINO, 50 ANOS, NEGRO — FAIXA DE RENDA 3:** "Mil por cento! Se você não tiver essas duas coisas (Deus e família) conciliadas, ao mesmo tempo, não dá muito certo não. Vai meio que 'balangando'. Você entendeu? Você tem que ter essa estrutura, essa fé. É o que te anima, cara, pra você enfrentar o dia a dia, os problemas do cotidiano".
>
> **GÊNERO MASCULINO, 41 ANOS, BRANCO — FAIXA DE RENDA 2:** "Tudo aquilo o que você me perguntou antes de família, lá na igreja é a verdadeira família: aquela te liga, que chega no domingo, senta no chão, almoça, janta... que fala dos problemas. Que se você estiver passando por um problema, uma situação difícil, ele vai, não meu irmão, a gente vai te ajudar. Vamos vê o que a gente faz, a gente vai te ajudar, se você estiver precisando de uma cesta básica todo mundo corre. Cada um traz um açúcar, um café, um exemplo, é isso, para mim família é isso, é a religião".

Há um pensamento hegemônico e único que raia a beira do totalitarismo comportamental e politicamente correto, que demoniza todos que se põem a discutir essa questão. Estamos todos obrigados a concordar com essas pautas e seus mínimos

---

2 Disponível em: **https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf**. Acesso em: 23/01/2024.

detalhes e defendê-los com ardor, sob pena de sermos qualificados por palavras que sequer são inteligíveis para o povo. Homofóbico! Misógino! Fascista!

É claro que vivemos um período de crise geracional, em que as formas de viver do ser humano estão mudando totalmente. As novas gerações já não pensam mais como as antigas gerações. O comportamento dos pais já não cabe no modo de vida dos filhos e vice-versa. Os avós, então, viveram em um mundo que não existe mais. Telefone orelhão com ficha; impressora matricial, computador 286. Há trinta anos, não havia telefone celular portátil!

Imagina para um avô que viveu nos anos 1950, numa cultura homofóbica, ver dois homens se beijando? É um choque! E, ao se chocar, seria esse avô um fascista a ser execrado publicamente, preso e abatido? Vamos usar a pedagogia da palmatória, do ajoelhar no milho e da punição dura ou vamos tratar de estabelecer laços de diálogo e convencimento baseados na cultura e na tolerância? Vamos de palmatória ou de Paulo Freire?

O que estamos estabelecendo, de mãos dadas com a ultradireita, é a sociedade da lacração e do cancelamento. Esse nunca deveria ser o terreno da esquerda. O terreno da esquerda e do combate ao fascismo deve ser o amor, a tolerância e o diálogo argumentativo sempre e acima de qualquer coisa.

Uma passagem que vivi na última campanha do Lula em 2020 dá conta disso. Conheci um dia o "Cabeludo", empresário do CEASA. Diziam, e é verdade, que ele era um dos maiores empresários do local e que queria me conhecer. Marquei com ele no Velho Adônis, bar e restaurante tradicionalíssimo da esquerda carioca, no subúrbio de Benfica, que frequento desde a juventude. Para variar, cheguei atrasadíssimo até para nosso padrão carioca. Ao entrar, o "Mosquito", garçom do bar, correu para me trazer uma garrafa de cachaça.

Cheguei na mesa do Cabeludo com a cachaça em punho. Fui apresentado àquela figura, sorridente, baixinho igual a mim e cheio de amor para dar. Apertamos a mão e nos abraçamos. Logo de prima eu vi uma pessoa simpática e gente boa. Ao sentar, ele foi logo dizendo: "Olha, eu voto em Bolsonaro!". Meio que em tom de alerta e demarcação de terreno, meio como provocação brincalhona.

Depois de minha resposta lacônica — "Fazer o que, né?" —, conversamos longamente, até derrubar duas garrafas de cachaça.

Fiquei sabendo que Cabeludo tinha vindo da Paraíba ainda criança e, "sem um puto no bolso", foi morar na favela. Ficava na Avenida Brasil catando ferro velho para vender. Depois, foi trabalhar como "burro sem rabo", aqueles caras que carregam as compras dos clientes puxando carroça. Mais tarde, comprou várias carroças e, de empregado, virou patrão. Aliás, o seu primeiro patrão faliu. Sem ressentimento e com sentimento de gratidão, ele acabou virando empregado do Cabeludo. Agora mesmo, a loja do concorrente e vizinho pegou fogo. O cara só tinha aquela loja e ficou na pior. Cabeludo deixou o cara vender o que sobrou de seus produtos no seu estacionamento e vem se mobilizando para ajudar o concorrente.

No meio da conversa, eu perguntei: "Cara, por que você vota em Bolsonaro?". E ele respondeu: "Não sei. Eu gosto dele!".

Eu argumentei que Lula era igual a ele. Nordestino, com pouco estudo (aliás, Cabeludo até hoje não sabe ler), que veio para o Sudeste fugir da fome e ganhar a vida. Que os dois, cada um em sua área, eram exemplos de sucesso. Nos despedimos, depois de dois litros de cachaça, com ele quase carregado pelo amigo e sócio Léo, um homem branco, com estudo e origem de classe média alta.

O segundo encontro que tivemos foi na sua loja no CEASA. Por acaso, o pai do Cabeludo, velho paraibano, estava de visita no Rio de Janeiro. Na Paraíba, vive feliz em um sítio que o filho próspero comprou para dar alegrias ao velho. Lulista doente,

sentenciou quando provoquei: "Já disse para esse abestado do meu filho que Lula é o melhor e que mudou a vida do povo pobre do Nordeste!".

A conversa se estendeu e me despedi do Cabeludo com ele já fazendo um " L" discreto, rindo e dizendo: "Olha que vou acabar votando no Lula!".

Uma semana depois, Cabeludo fez uma festança para todos os funcionários, cerca de quatrocentos, e seus familiares. Uma festa para umas mil pessoas, onde não só ele declarou voto no Lula e em mim, como abriu o microfone para eu falar e pedir voto para o presidente. Ou seja, foi uma vitória do diálogo sobre o ódio estimulado pela ultradireita fascista. Há vasta literatura da psicanálise, de Freud a Willem Reich ou Erick From, que dá conta de que o amor e o diálogo são os melhores antídotos para enfrentar o ódio e a violência estabelecida e estimulada pela extrema direita.

Mas a esquerda não aprendeu essa lição. Prova disso é episódio que conto agora. Léo, sócio e amigo do Cabeludo, de origem de classe média, embora tenha também se tornado um amigo querido, não foi convencido a não votar no Bolsonaro, apesar de ter perdido o preconceito contra o Lula e agora defender nosso governo. Um dia, em um jogo do Vasco em São Januário, a poucos dias do segundo turno, com a presença de um dos filhos do Bolsonaro no estádio, a torcida "saiu no pau" entre si. Vascaínos brigando com vascaínos devido à extrema polarização política e ao ódio disseminado no país. Foi nesta confusão que encontrei Léo, vascaíno e frequentador de São Januário como eu. Depois do jogo e da confusão, fomos beber no Restaurante do Almirante, que fica no nosso estádio e onde se come o melhor bacalhau do Rio de Janeiro.

No restaurante, um casal de eleitores do PT e do Lula pediu para tirar foto comigo e se sentou em nossa mesa, na qual estava meu amigo Léo, bolsonarista. Inevitavelmente, a conversa era

sobre política e o segundo turno das eleições, que aconteceriam nos próximos dias. Quando Léo, meio brincando e meio sem graça, declarou voto em Bolsonaro, a moça, eleitora do Lula e do PT, começou a gritar e a xingá-lo. Ele, em um gesto conciliador, foi dar um abraço na menina, dizendo que não queria briga. Ela levantou mais ainda a voz, chamando-o de machista e misógino.

Eu intervi na confusão e mandei a "petista" e seu esposo "de esquerda" saírem de minha mesa, porque não admitia que tratassem assim um amigo meu, independentemente se tinha ou não a nossa posição política.

Não está fácil viver no tempo da intolerância. Mais uma vez, eu digo: essa não deve ser uma prática de esquerda. A quebra do diálogo só interessa à extrema direita, que vive da violência sobre a inteligência. A tranquilidade, o argumento lógico e a troca de opiniões são mortais para o fascismo e para a ultradireita, que vive do confronto com o argumento sem argumento.

Mas a esquerda tem caído nessa esparrela da sociedade da lacração, onde o que vale é a performance ao estilo ping pong e não o argumento lento, dialógico e inteligente. Parando, chamando o oponente para a análise de cada ponto de seu argumento e de sua ideia, confrontando de forma lógica cada argumento do debate.

Passou, inclusive, a ser proibido fazer qualquer crítica política dentro de certos nichos de setores sacralizados. Fui, por exemplo, alvo de uma nota da Secretaria de Mulheres do PT quando fiz uma observação absolutamente política em relação à ex-presidenta Dilma. A ela escrevi uma resposta que julgo ser interessante para esse debate. Vejamos:

Olhem para cima!, por Washington Quaquá

Amanheci o dia com alguns xingamentos de alguns "militantes virtuais de esquerda de rede", acompanhados de algumas sentenças: Expulsa! Esfola! Pune! Só faltou o: Prende e arrebenta! Dos tempos da ditadura! Mas não ligo para esse pessoal que planta um "Pomar" que não dá frutos...

Tudo isso porque perguntado por um jornalista, num contexto da não ida da ex-presidenta Dilma no evento do grupo Prerrogativas, dando conta de que ela teria ficado chateada "com uma reunião com golpistas" e perguntando "qual o papel eleitoral dela na campanha do Lula", respondi:

"Não sou da coordenação (que aliás não foi formada) e não tenho influência sobre isso, mas 'a Dilma não tem mais muita densidade eleitoral para ter um papel eleitoral central na campanha do Lula'".

Portanto, como disse a presidenta Gleisi. Falei em meu nome e, obviamente, não em nome do PT. E também não só não falei nenhuma mentira como não desrespeitei em nenhum momento a ex-presidenta.

Depois, indagado sobre se não achava ruim o presidente Lula fazer aliança com quem apoiou o golpe, eu disse

"A direita brasileira e o centro romperam o pacto democrático de 1988, e isso foi uma tragédia pro Brasil. Deu no que deu! Mas também precisamos reconhecer que à presidente Dilma faltou habilidade para tratar com a base aliada no Congresso". Em que também não falei nenhuma mentira e não desrespeitei em momento nenhum a ex-presidenta.

Mas você não acha que é muito ruim uma aliança com quem apoiou o Golpe? Insistiu o jornalista!

Eu disse:

"Não! O passado é importante, mas não podemos cristalizar a história! Não vamos aceitar o voto do eleitor que votou no Bolsonaro? A esquerda precisa levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima!"

E pronto! Finalizou a conversa.

E, me digam, onde está o desrespeito à presidenta Dilma?

Sinceramente!

Todos reconhecemos o valor da integridade pessoal e da vida de combate da ex-presidenta Dilma. Não está em questão!

Mas não me venham, como alguns, me acusar de "misoginia", com a mesma facilidade e método que os bolsonaristas chamam os adversários de "comunistas"!

Quer dizer que agora não se pode mais fazer uma avaliação política? E se essa avaliação política é em relação a uma mulher, vira misoginia? Poupem-me! É burrice ou é mau-caratismo que se chama? O combate ao machismo e o apoio à luta feminista é indispensável ao projeto civilizatório! Mas a banalização da adjetivação sem critério não fortalece, antes desmoraliza a luta necessária das mulheres!

Eu nasci em favela e ajudei a construir um partido quando ainda morava na beira de um rio, o Rio Mumbuca, em Maricá. O PT é o partido que deu vez e voz aos pobres, como eu!

Quer dizer que agora meia dúzia de petistas querem calar a minha voz? A voz que o PT me deu e deu a milhões como eu? E ainda usando da prática da desqualificação acrítica e rasteira?

Não me filiei a um partido de quadros, stalinista, sem direito a crítica e sem a prática do debate!

Continuarei emitindo minhas opiniões, a não ser que o PT decida transformar opinião em crime e censurar o debate de ideias. Como isso não vai ocorrer, eu continuarei a falar o que penso!

Eu não queria sequer ser candidato a deputado federal, porque tive o mandato roubado pelo "low fare" da justiça. E juro que estou cansado dessa mediocridade da política! Decidi ser por conta da volta do Lula!

Lula para mim é prioridade absoluta, até mesmo sobre qualquer disputa eleitoral pessoal! Se precisar sacrificar minha candidatura pessoal, eu o farei. Mas não vou deixar de contribuir com o debate do que acho melhor para a sua volta ao comando desse país! O Brasil e, sobretudo, os brasileiros e brasileiras pobres precisam de Lula.

Lula precisa ganhar! Mas não precisa só ganhar! Precisa ter condições de governabilidade! Governabilidade para fazer mudanças e construir um pacto para melhorar a vida do povo! O futuro do Brasil, da democracia, do povo e da esquerda está sendo jogado nessa eleição presidencial!

É preciso ampliar as alianças para vencer as eleições. E vencer não será nem a principal batalha. Precisamos tomar posse e governar, porque a direita fará o que fez com Getúlio no segundo mandato.

Como nas palavras do canalha de então, Carlos Lacerda, que sentenciou, com relação a Getúlio: "Não pode ser candidato. Se for, não pode ser eleito. Se eleito, não pode tomar posse. Se tomar posse, não pode governar".

Alguns iludidos que caíram no buraco de Alice e vivem no País das Maravilhas, de mãos dadas com um coelhinho vermelho, dirão que temos que mobilizar o povo e a esquerda para sustentar as mudanças!

Não discordo que temos que primeiro organizar o povo e mobilizá-lo. Problema é que, no geral, quem vocifera isso não organiza uma kombi para uma atividade política na periferia. Vamos lá, um fusca...

E o Brasil não tem força popular organizada que altere a correlação de forças sociais e políticas para mudanças radicais. Aqui a mudança social precisa ser um processo de avanço na organização popular paulatina e crescente, para ir sustentando mudanças à medida que avançamos na alteração da correlação de forças.

A realidade, o tamanho e a complexidade do Brasil são muito maiores que essas vãs filosofias de botequim de classe média.

Precisamos primeiro ampliar ao máximo as alianças em direção ao centro. Estado por estado, porque o Brasil é grande e cada estado tem sua própria dinâmica política. Cada região é quase um país. E, de fato, maior que muitos em território, população e diversidade cultural. Sigamos o exemplo dos companheiros e companheiras do Nordeste, que consolidaram uma hegemonia popular e transformadora!

Depois, rachar as elites e atrair uma parte do empresariado para um programa econômico reformista, primeiro de baixa intensidade, que garanta comida na mesa e dignidade mínima ao povo, fortalecendo a dinâmica de construção do Estado de bem-estar social precário e inconcluso do Brasil. Rumo à construção de um Estado de bem-estar social pujante e verdadeiro, que avance a consciência popular e sua organização rumo a um socialismo democrático. Para isso é preciso construir um pacto que garanta por 30 anos três eixos essenciais para o país:

Fortalecimento da democracia e desmonte do Estado policial, com garantia das liberdades e direitos individuais, da participação e organização popular, do Estado de direito e da presunção da inocência no devido processo legal;

Fortalecimento da soberania nacional, com o controle das riquezas nacionais, sob comando do Estado, mesmo que aberto a parceria com o capital nacional e internacional, em especial controlando os resultados financeiros, industriais e tecnológicos das riquezas minerais, obviamente com critérios e cuidados ambientais;

Distribuição de renda e riqueza de forma paulatina, mediante a criação de uma Lei Geral de Desenvolvimento com distribuição de renda e riquezas, para que tenhamos uma Brasil cada vez mais

justo, sem fome e miséria e com oportunidades crescentes e melhores para cada geração.

O presidente Lula tem dito que quer fazer deste terceiro governo um governo melhor que os dois primeiros. Ele tem toda razão! E não o fará se for um governo de confronto, com muito desejo e pouco combustível.

Terá que fazer um pacto que lhe garanta forças. Forças no Congresso Nacional; forças sociais amplas (inclusive com parte da burguesia); força internacional (que ele tem muita!); força moral e política, que ele também tem de sobra, assim como sua imensa capacidade política e de atração e sedução.

E só Lula tem força pra construir um pacto de 30 anos de prosperidade! Prosperidade para o Brasil e para o povo brasileiro! Um pacto Lula +30!

Mas é um pacto para além do PT! Para além até da esquerda! Um pacto para além do próprio Lula biológico. Um pacto do Lula como grande figura nacional. Como símbolo da nacionalidade de baixo. Do povo brasileiro que nos ensinou Darcy Ribeiro. Lula é a síntese do sucesso desse povo brasileiro na arena da política.

E o que tudo que falei tem a ver com esse histerismo em relação a uma declaração simples e nada desrespeitosa que dei em relação a ex-presidenta Dilma?

Tem a ver que não podemos cometer os mesmos erros cometidos. E tem muita gente querendo cometer. Em essência esses que criticam o ato do grupo Prerrogativas e a foto do presidente Lula com Geraldo Alckmin.

Não podemos nem cometer os erros de:

- Não organizar o povo;
- Não fortalecer os partidos de esquerda e organizações populares;
- Escolher mal ministros de Supremo; STJ etc.;
- Dar autonomia político/persecutória/ilegal à PF;
- Deixar que uma corporação se autogoverne e faça o que quer, inclusive escolhendo seu procurador geral, como no caso do MPF;

- Criar leis como a do terrorismo; MP conduzir inquéritos e investigação; Delação premiada sem nenhum critério; etc. etc. etc.

E nem os erros de:

- Descuidar e tratar mal a base aliada no Congresso e não saber fazer conta na hora de disputar o comando da Câmara e do Senado;
- Não entender que o Congresso, para o bem e para o mal, representa a sociedade brasileira e suas virtudes e deficiências, e que nenhuma sociedade é uma loja de perfume francês, cheirosinha. E que é preciso fazer política com base na realidade existente; etc. etc. etc.

Então, meus companheiros e companheiras, fiquem certos de que eu continuarei dando minhas opiniões, no sentido de contribuir com o debate.

Eu nasci na favela do Caramujo, em Niterói, filho de uma família muito pobre. Meu bisavô veio de Portugal em 1913 para vender miúdos de porco no lombo de um cavalo e morreu fazendo isso; minha vó, uma negra neta de escravos.

Como já disse, e vou repetir, tenho muito orgulho de, com 14 anos, ter ajudado a fundar o PT já em Maricá, onde fui morar na beira do Rio Mumbuca, onde nem descarga nem chuveiro tinha no banheiro. Coisa que só conheci com 18 anos de idade.

Só o PT possibilita que gente como eu possa ter futuro. Seja dando dignidade a milhões, como fizemos em nossos governos, em especial nos do Lula e no primeiro da Dilma; e em vários estados e municípios; seja fazendo que pobres como eu pudessem ser prefeitos e mudassem a história de sua cidade, como fiz em Maricá!

Não ajudei a fundar um partido stalinista; autoritário e elitista. Não vai, no PT, ninguém me dizer a opinião que eu tenho que ter! Falo o que penso e o que quero! Dentro, obviamente, dos limites do respeito e do nosso ideário político macro.

Não desrespeitei a ex-presidenta Dilma. Fiz uma observação política crítica e outra objetiva. Onde está a mentira no que falei? Onde estava o desrespeito no que falei?

Até Prestes, Marighella e o velho e querido Apolônio de Carvalho erraram! Porque a presidenta, que tem grandes contribuições dadas as povo, eu sei, não pode errar?

Criticar Lula, ou Brizola, ou Mandela, é possível, como é com qualquer um ou uma... E isso é misoginia?

O setorial de mulheres fez uma nota tentando me acusar de misoginia! Poupem-me! Temos que tratar nos setoriais de organizar o povo! As mulheres, os negros e negras, os LGBTQIA+, os indígenas etc., para que suas reivindicações e direitos sejam organizados e ouvidos. Fazer com que o dinheiro de seus fundos eleitorais chegue a todos e todas com critérios igualitários e objetivos para crescer a representação política...

Enfim, vamos seguir a orientação que o comandante Rochinha, dirigente histórico de nossa tendência interna, a CNB, com sapiência e capacidade política dirigente, fez, com elegância e companheirismo. Ele o fez num dos grupos da CNB e respeito suas críticas.

Mesmo que não concordemos com tudo que um companheiro e companheira tenha dito. Ouça! Reflita! Leia primeiro o que foi dito! Depois debata com honestidade!

Não veja um filme na Netflix achando que ele fala de Trump, Bolsonaro e os bolsonaristas, porque ele pode estar falando também de você!

Olhe para cima! (Quaquá, 2022).

Acho interessante, às vezes, lembrar essas polêmicas para ver, modéstia à parte, o quanto estava certo num período difícil de debate no PT e na esquerda. Minha sorte foi que, dias depois, o presidente Lula fez uma observação em relação à ex-presidenta que fez com que alguns engolissem calados e tivessem de amenizar a sua *blitzkrieg* contra mim. Afinal, a valentia e a intolerância, no geral, são seletivas.

Eu dou minha vida pelo Lula e pelo PT. Porque sou socialista e vivo a mística da continuidade de uma longa trajetória histórica a qual tenho que honrar. Como dizia Walter Benjamim, nós tivemos que honrar a memória dos que lutaram antes de nós para que o mundo não fosse hoje insuportável. Como ele disse nas suas "Teses" sobre a filosofia da história: " Se o inimigo vencer nem os mortos estarão a salvo dele. E esse inimigo ainda não parou de vencer" (Benjamin, 1991, p. 156). Portanto, é uma honra viver no mesmo tempo histórico do Lula e ter convivência, companheirismo e certa amizade com ele. Mas odeio puxa-saquismo e bajulação. E, infelizmente, para além do respeito e da admiração imensa que todos temos que ter por ele, alguns vivem uma relação acrítica e de total bajulação. Isso não é coisa de militantes socialistas!

Na ocasião desse episódio, eu perguntei no grupo do diretório nacional se o setorial de mulheres agiria com o presidente Lula como agiu comigo, aprovando carta de repúdio. Caladas estavam, caladas ficaram! Até porque nem eu nem o presidente Lula fizemos nada demais, a não ser emitir uma opinião e uma avaliação política.

CAPÍTULO 3

O PT e o futuro do lulismo

Lula tem (em novembro de 2024) 78 anos. Apesar da sua ótima forma física, a história trabalha com décadas, e o político, embora seja imediatista, não vive desgarrado dela, até porque não rasga nota de cem nem joga o futuro pela janela. Então, cada vez mais teremos que trabalhar com a convivência entre o Lula físico e biológico e o Lula histórico e mítico.

Eu costumo dizer que o lulismo é, inexoravelmente, a síntese de todos os movimentos históricos de tentativa de construção da nação brasileira.

Nesse movimento que Brizola e os trabalhistas do fim do século XX chamavam de " o fio da história", ao qual davam como marco inicial a Revolução de 30 e a Era Vargas, eu, com todas as concessões e aspas necessárias, acrescentaria a contribuição inegável do imperador Dom Pedro II para o esforço de construção de um país onde se constituía apenas um implemento colonial.

Há uma tensão dialética nos compromissos e legados deixados por Dom Pedro II, Getúlio, JK, Jango, mesmo por parte contraditória do regime militar e pelo lulismo. Mas, de certa maneira, há um fio da história, que se dá com avanços e recuos, com mais, menos ou nenhum compromisso popular. Todos esses personagens e seus períodos são marcados pela tentativa de

construção de uma nação brasileira com sua devida autonomia e seu projeto endógeno.

Nessa fase da história brasileira, é o lulismo, e toda a sua densidade e o seu simbolismo social, político e histórico, que sintetiza essa busca de construção de uma nação autônoma e soberana no Brasil. E, por sua extração social, seus compromissos políticos e sua história, Lula é a figura central desse projeto histórico, o personagem que sintetiza essa busca e que comandará por décadas esse projeto inconcluso. Lula será cada vez mais no Brasil o que é Perón na irmã e vizinha Argentina.

E o PT, com suas neuroses, precisa entender esse momento histórico, aceitando, inclusive, que não vivemos mais no século XX do fordismo e da classe trabalhadora ainda como a classe revolucionária e líder do bloco histórico da revolução social. Da fundação do partido (1980) até hoje, tudo mudou no mundo e, obviamente, no Brasil.

O sentido estrutural dado por Marx à classe operária como a classe revolucionária permanece, mas apenas no plano simbólico, porque vivemos no tempo em que " os fusos vão fiar sozinhos". E já estão fiando.

> Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se, com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável,

> como papel-moeda posto fora de circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada, inunda, por outro lado, todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrota o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. Para os trabalhadores pauperizados, deve ser grande consolo acreditar, por um lado, que seu sofrimento seja apenas "temporário" [*a temporary inconvenience*], por outro, que a maquinaria só se apodere paulatinamente de todo um setor da produção, ficando reduzida à dimensão e a intensidade de seu efeito destruidor. Um consolo bate o outro. Onde a máquina se apodera paulatinamente de um setor da produção, produz miséria crônica nas camadas de trabalhadores que concorrem com ela. Onde a transição é rápida, seus efeitos são maciços e agudos. A história mundial não oferece nenhum espetáculo mais horrendo do que a progressiva extinção dos tecelões manuais de algodão ingleses, arrastando-se por décadas e consumando-se finalmente em 1838. Muitos deles morreram de fome, muitos vegetaram com suas famílias (Marx; Engels, 1996, p. 62).

O excedente humano, formado por pessoas que simplesmente não servem mais para o funcionamento do sistema e para o processo de acumulação do capital, que Marx já apontava como tendência estrutural do capitalismo, virou uma tendência absolutamente hegemônica, fazendo com que a velha contradição entre as forças produtivas, cada vez mais produtivas, esteja em brutal contradição com as relações de produção — mais injustas e desumanas.

Portanto, embora o trabalho humano ainda continue importante para produzir mercadorias, é ainda mais relevante a inteligência humana aplicada à produção (tecnologia) que gera mais-valia relativa, aumentando brutalmente a produção sem, ou com pouca, interferência humana direta.

A grande questão hoje, que Marx levantou e continua mais do que atual, é a capacidade imensa de o capitalismo produzir riquezas e mercadorias com valor de troca (e, obviamente, também de uso), mas, ao mesmo tempo, a incapacidade que tem de distribui-las para que todos tenham uma vida digna. Portanto, permanece a contradição essencial do sistema, que é a relação injusta entre a capacidade das forças produtivas e suas relações sociais de produção.

O que não há mais são os exércitos operários cada vez maiores em contingente e organizados nas linhas de produção no interior das fábricas, que eram os ambientes propícios para o surgimento da consciência e da organização de classe. A mecanização, a robotização e a atomização das unidades de produção, e mesmo agora o advento da inteligência artificial, mudaram completamente a dinâmica de organização produtiva, social e política.

A fórmula política que estava no radar da criação do PT — o fordismo e seu modelo de produção e organização social, sindical e política — foi superada, trazendo novos desafios para a luta do povo e dos socialistas. Devemos reinventar toda a nossa organização sem perder nossos compromissos éticos e políticos com a construção de uma sociedade socialista e radicalmente democrática.

E, nesse processo, não temos que sentar na calçada e chorar. O PT tem tudo para liderar o processo histórico brasileiro e ser o herdeiro de todas as lutas socialistas, nacionalistas e progressistas do passado. Esse denso e complexo fenômeno social que é o lulismo deve ser, pode ser, e será, por meio de nossa força, nossa

história e nosso enraizamento social e geográfico, o líder de um amplo bloco histórico da nação brasileira, que tenha no compromisso com o imenso "sevirariado" nacional sua razão de ser.

O PACTO LULA DE 30 ANOS: DEMOCRACIA, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E SOBERANIA

Até aqui, Lula já é legado histórico, já é imortal. Mas falta mais! Até mesmo porque ele está aí, ativíssimo, "Vivinho da Silva". Sua obra foi interrompida com o golpe que resultou no impeachment da presidenta Dilma, mas precisa mais do que ser retomada, precisa se consolidar com o oferecimento à nação de um pacto de longo prazo, que seja moral e politicamente tão forte que nenhum sucessor oponente tenha força política para barrar.

Esse pacto deve envolver as mais amplas forças políticas, econômicas e sociais. Só assim ele terá lastro e validade. Deve ser uma síntese do pensamento médio da sociedade, forçando a barra e as portas da equidade social, desatando nós e amarras do crescimento econômico, garantindo o domínio da nação sobre suas riquezas sem xenofobia burra de um lado nem entreguismo vil de outro, com o propósito de enriquecer e desenvolver o povo e a nação, com absoluto respeito ambiental, baseado em critérios técnicos sérios e universais, mas sem os "não me toques" que privam o povo e a nação de recursos já acumulados e reelaborados pelas nações ricas.

Também é fundamental "re-construir" a institucionalidade democrática brasileira, para que os erros institucionais que, inclusive, levaram à prisão ilegal do próprio presidente Lula não possam mais ser cometidos, reforçando o Estado Democrático de Direito e as garantias e direitos individuais dos cidadãos. Que se chame, através do Congresso Nacional e dos tribunais

superiores, uma ampla discussão sobre as leis e a institucionalidade brasileira, forjada numa sociedade que, como dizia nosso querido professor Antonio Candido, vive em dois hemisférios. Acima, o hemisfério norte das elites, onde as leis são duríssimas e muito bem elaboradas e fundamentadas, mesmo sendo "para inglês ver". Embaixo, no hemisfério sul, vivem os pobres, com o rigor da lei e a dureza das penas, que só são praticadas como método de contenção social coletiva. As exceções são usadas para legitimar o método — e, mesmo assim, quando é conveniente para os que verdadeiramente mandam. Vale reproduzir este belo trecho de Antonio Candido:

> O tipo de gente que o enunciava sentia-se confirmada por ele na sua própria superioridade. Essa gente era cônscia de ser branca, brasileira e livre, três categorias bem relativas, que por isso mesmo precisavam ser afirmadas com ênfase, para abafar as dúvidas num país onde as posições eram tão recentes quanto a própria nacionalidade, onde a brancura era o que ainda é (uma convenção escorada no cooptação dos "homens bons"), onde a liberdade era uma forma disfarçada de dependência. Daí a grosseria agressiva da formulação, feita para não deixar dúvidas: eu, brasileiro nato, livre, branco, não posso me confundir com o homem de trabalho bruto, que é escravo e de outra cor; e odeio o português, que trabalha como ele e acaba mais rico e mais importante do que eu, sendo, além disso, mais branco. Quanto mais ruidosamente eu proclamar os meus débeis privilégios, mais possibilidades terei de ser considerado branco, gente bem, candidato viável aos benefícios que a Sociedade e o Estado devem reservar aos seus prediletos. Se estiver na camada de cima, asseguro deste modo a minha posição e desmascaro os que estão por baixo: portugueses pobres, gente de cor, brancos do meu tipo que podem cobiçar o meu lugar. Se estiver em

> camada inferior, devo gritar ainda mais alto, para me fazer como os de cima e evitar qualquer confusão com os que estão mais abaixo. Por isso eu empurro o meu vizinho de baixo e sou empurrado pelo de cima, todos querendo sofregamente ganhar o direito de serem reconhecidos nos termos implícitos do dito espirituoso. Uma espécie de brincadeira grossa de gata-pariu, onde cada um procura desalojar o vizinho e da qual saem sempre expulsos o mais fraco, o menos branco, o que se envolve mais pesadamente no processo de produção. Sórdido jogo, expresso neste e outros mots d'esprit [a piada dos pês], que formam uma espécie de gíria ideológica de classe, com toda a tradicional grosseria da gente fina (Candido, 2015, p. 115).

Como nos explica o professor Antonio Candido, essa estrutura de privilégios é historicamente construída e se enraíza em hierarquias simbólicas e sociais, perpetuando distinções raciais e de classe. Os discursos e práticas, que consolidam desigualdades, se sustentam pela repetição de valores que dividem o país em camadas rígidas de poder e exclusão. Reconhecer essa realidade é fundamental, mas não basta.

Mudanças sociais de tamanha envergadura não são para quatro nem oito anos, não são projetos de governo, mas projeto de nação. E é isso que o presidente Lula deve propor ao povo e ao país. E chamar todas as instituições públicas, privadas, sociais e populares para assumir juntas esse compromisso.

A nação brasileira é uma obra inconclusa, nos alertava Darcy Ribeiro. Fomos feitos um implemento colonial, com o objetivo de servir aos interesses estrangeiros, primeiro do Reino de Portugal, depois da Inglaterra e, por último, dos Estados Unidos. Nossas elites sempre se contentaram com o papel de gerentes ou sócios minoritários dos negócios coloniais, servos da metrópole

de plantão. Nunca tiveram a capacidade de pensar, organizar e hegemonizar a construção de um projeto nacional autônomo.

Para ampliar essa discussão, trago aqui um trecho de "O Povo Brasileiro", do "maricaense" de coração Darcy Ribeiro:

ORDEM VERSUS PROGRESSO
ANARQUIA ORIGINAL

A contraparte dialética da intencionalidade do projeto colonial é o caráter anárquico; selvagem e socialmente irresponsável da expansão dos núcleos brasileiros. Atuando sobre uma realidade diferente, que obrigava a buscar soluções próprias ajustadas à sua natureza e agindo longe das vontades oficiais, a ação do colono exerceu-se quase sempre improvisadamente e ao sabor das circunstâncias. Sendo imprevisível, ela crescia desgarrada até que, por reiteração, constituísse uma pauta de ação suscetível de ser copiada e regulada. Em muitos campos a regra jamais vingou. Um bom exemplo é a fornicação com as índias na gestação prodigiosa de mestiços fora de qualquer regra canonizável que se teve de admitir e generalizar.

Outro exemplo nos dá a bandeira, como operação guerreira de preia de escravos índios para usar e para vender. O bandeirante, agente de uma violência privada, passa a ser agente da Coroa. É ele quem viabiliza, por sua ação e com seus meios, a vida econômica nas regiões pobres e a apropriação física do Brasil. Embora a ilusão oficial fosse dar aos índios o nobre destino copiosamente alegado nos documentos oficiais, a metrópole jamais opôs qualquer obstáculo sério ao cativeiro. Mais tarde, quando os bandeirantes tropeçam com ouro e, depois, com diamantes nos ermos onde andavam, é que vem a Coroa legalizar a posse das catas, impondo formas de exação cada vez mais escorchantes.

No caso dos diamantes — tal como ocorrera antes com o tabaco e o sal — decreta o monopólio real para que ninguém mais lucrasse com a riqueza nova, convertendo os garimpeiros

em contrabandistas condenados pelo furor fiscal ao exercício clandestino de suas atividades. Nós somos resultantes do embate daquele racionalismo burocrático, que queria executar na terra nova um projeto oficial, com esse espontaneísmo que a ia formando ao deus-dará, debaixo do poderio e das limitações da ecologia tropical e do despotismo do mercado mundial. Quem somos nós, os brasileiros, feitos de tantos e tão variados contingentes humanos? A fusão deles todos em nós já se completou, está em curso, ou jamais se concluirá? Estaremos condenados a ser para sempre um povo multicolorido no plano racial e no cultural? Haverá alguma característica distintiva dos brasileiros como povo, feito que está por gente vinda de toda parte?

Todas essas arguições seculares têm já resposta clara encontrada na ação concreta. Nesse campo de forças é que o Brasil se fez a si mesmo, tão oposto ao projeto lusitano e tão surpreendente para os próprios brasileiros. Hoje somos, apesar dos lusos e dos seus colonizadores, mas também graças ao que eles aqui nos juntaram, tanto os tijolos biorraciais como as argamassas socioculturais com que o Brasil vem se fazendo. Assim é que, embora embarcados num projeto alheio, nos viabilizamos ao nos afirmar contra aquele projeto oficial e ao nos opor aos desígnios do colonizador e de seus sucessores.

Pela vontade deles, os índios, os negros e todos nós, mestiços deles, recrutados pela empresa colonial, prosseguiríamos na função que nos foi prescrita de proletariado de ultramar, destinado a produzir mercadoria exportável, sem jamais chegar a ser gente com destino próprio. Às vezes penso que continuamos cumprindo esse desígnio mesmo sem os portugueses, debaixo do guante da velha classe dominante de descendentes dos senhores de escravos que se seguiu a eles no exercício do poder e das novas elites cujo setor predominante é, hoje, o corpo gerencial das multinacionais.

Os mesmos tecnocratas ainda meninos, mas já aconselhando governos se afundam ainda mais no espontaneísmo do mercado e na irresponsabilidade social do neoliberalismo. O maior susto que tiveram os portugueses, no passado, foi ver a força de trabalho

escrava, reunida com propósitos exclusivamente mercantis para ser desgastada na produção, insurgir-se, pretendendo ser tida como gente com veleidades de autonomia e autogoverno.

Do mesmo modo, a grande perplexidade das classes dominantes atuais é que esses descendentes daqueles negros, índios e mestiços ousem pensar que este país é uma república que deve ser dirigida pela vontade deles como seu povo que são. Não é tarefa fácil definir o caráter atípico de nosso processo histórico, que não se enquadra nos esquemas conceituais elaborados para explicar outros contextos e outras sequências. Com efeito, surgindo no leito do cunhadismo, estruturando-se com base numa força de trabalho africana, o Brasil se configura como uma coisa diferente de quantas haja, só explicável em seus termos, historicamente. Velhas questões institucionais, não tendo sido resolvidas nem superadas, continuam sendo os principais fatores de atraso e, ao mesmo tempo, os principais motores de uma revolução social.

Com efeito, a grande herança histórica brasileira é a façanha de sua própria constituição como um povo étnica, nacional e culturalmente unificado. É, também, o malogro dos nossos esforços de nos estruturarmos solidariamente, no plano socioeconômico, como um povo que exista para si mesmo. Na raiz desse fracasso das maiorias está o êxito das minorias, que ainda estão aí, mandantes. Em seus desígnios de resguardar velhos privilégios por meio da perpetuação do monopólio da terra, do primado do lucro sobre as necessidades e da imposição de formas arcaicas e renovadas de contingenciamento da população ao papel de força de trabalho superexplorada.

Como não há nenhuma garantia confiável de que a história venha a favorecer, amanhã, espontaneamente, os oprimidos; e há, ao contrário, legítimo temor de que, também no futuro, essas minorias dirigentes conformem e deformem o Brasil segundo seus interesses; torna-se tanto mais imperativa a tarefa de alcançar o máximo de lucidez para intervir eficazmente na história a fim de reverter sua tendência secular. Esse é nosso propósito (Ribeiro, 1995, p. 245-248).

No Brasil, essa obra proposta por Darcy Ribeiro será realizada pelas classes populares, levando em conta seus interesses, ou não se realizará. Portanto, o nacionalismo e a construção nacional são necessariamente bandeiras populares e devem ser assumidas pela esquerda. Do contrário, não passará de uma farsa de gente que veste a camisa da seleção brasileira, presta continência para a bandeira dos Estados Unidos da América, e se porta política e culturalmente com absoluta subserviência ao império americano.

O nacionalismo tem que ser muito mais do que utilizar e se reapropriar das cores e dos símbolos nacionais, que são importantes, mas é preciso transformá-los em um novo projeto nacional desenvolvimentista.

Um neonacional-desenvolvimentismo tem que ser obra de um grande bloco político e histórico, liderado pelas forças populares e hegemonizado pelo PT. E a grande figura histórica capaz de cimentar esse bloco político e histórico é Lula e seu legado: o lulismo. Essa é a grande tarefa do PT.

Esse pacto tem que contemplar quatro grandes eixos de realização, que será obra para mais de um governo e mais de uma força política, com espectro ideológico mais amplo possível, que una a esquerda e a centro-direita democrática com compromisso nacional. Esses eixos são:

1. A defesa da democracia e seu aprimoramento, impedindo todo tipo de autoritarismo e ataque aos direitos e garantias individuais, e a defesa intransigente do Estado Democrático de Direito, da presunção da inocência e do devido processo legal. Por isso, devemos ser implacáveis com o lavajatismo que acomete a direita e a esquerda;
2. Devemos ter como prioridade a preservação dos espaços públicos e democráticos de decisão, a valorização da

atividade política, dos mandatos parlamentares e suas prerrogativas de foro e dos mandatos eleitos para todos os níveis, defendendo a soberania do voto popular e ampliando sempre os espaços de participação popular com novos espaços de disputa cidadã, como foi o exemplo dos conselhos tutelares, que são belas experiências que devemos aprimorar e buscar inventar outras;

3. A garantia de uma vida moderadamente boa para todos os brasileiros e brasileiras, com direito a emprego e seguridade, habitação digna, saúde gratuita de qualidade, educação pública, gratuita, de tempo integral e de qualidade, cultura e lazer e uma vida minimamente feliz, organizando um processo de distribuição de renda satisfatório, de longo prazo, mas paulatino e efetivo ao longo de uma, duas e três décadas;
4. A garantia da soberania brasileira sobre suas riquezas e a inserção soberana do Brasil no mundo, a partir da nossa liderança no processo de integração e desenvolvimento sustentável e justo da América Latina, do Caribe e em parceria com a África. Precisamos retomar nosso desejo-destino de potência do sul do hemisfério, a "nova Roma" que sonhou e anunciou Darcy Ribeiro, e temos que trabalhar ativamente para torná-lo realidade. Potências se consolidam com unidade interna máxima e ação externa coordenada, sem medos e pruridos. Isso se faz com foco e vontade de Estado. Precisamos construir esse processo no Brasil com o nosso povo, a parte mais dinâmica do nosso empresariado e as instituições e as classe políticas que tenham coragem e visão nacional.

A figura do Lula tem uma saga mítica desde as dificuldades de dona Lindu, sua mãe, que é a mãe típica do Brasil: depois de abandonada pelo marido, sai do Nordeste seco e sem futuro e leva os filhos no pau de arara para o Sudeste dinâmico e capitalista.

Ali, vive em barraco, passa todas as dificuldades da vida, mas cria com rigidez moral, amor e honestidade os filhos.

Lula é cuidado por mãe e irmãos mais velhos, que se juntam na solidariedade das dificuldades. Trabalha desde sempre, estuda e torna-se torneiro mecânico. No setor mais dinâmico do capitalismo brasileiro, fruto da industrialização de Vargas, da indústria automobilística de JK, do sindicalismo de Jango e do milagre econômico da ditadura empresarial-militar, Lula frequenta o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Primeiro, para usufruir dos benefícios sociais e das estruturas de lazer do sindicalismo tradicional. Popular, entra para a diretoria. Ousado e assertivo, vira presidente do sindicato. E, a partir daí, o filho de dona Lindu vira o líder Lula.

Ele é uma figura que sintetiza essa espécie de sonho brasileiro. Escrevi isso no artigo que recupero abaixo:

QUAQUA 1313

Home Biografia Medicos Fale comigo

Artigo: Lula e Alckmin, mais que uma chapa, por Washington Quaquá

Parafraseando o General De Gaulle, se o Brasil fosse um país com uma elite séria, Lula seria considerado um patrimônio nacional.

Digo isso porque, como disse o ex-governador de SP Geraldo Alckmin, no seu discurso de filiação ao PSB: "Temos que ter olhos abertos para enxergar, a humildade para entender aquele que melhor reflete e interpreta o sentimento de esperança do povo brasileiro. Aliás, Lula representa a própria democracia porque é fruto da democracia".

Lula é o símbolo de uma espécie de 'sonho brasileiro'. A construção nacional é um projeto inconcluso no Brasil, como nos ensinou Darcy Ribeiro.

Um homem que nasceu no Nordeste enfrentando a seca com a mãe e os irmãos, abandonados pelo pai; se despenca para São Paulo em um "caminhão pau de arara" em busca de sobreviver; no centro do capitalismo tardio, injusto e desigual; vive em barracos e vende bala e frutas para ajudar a sustentar a família; estuda em escola pública e se forma em torneiro mecânico no Senai.

Em umas das cidades/regiões mais industrializadas do mundo, se emprega em fábricas metalúrgicas e acaba atraído pela organização sindical. Diferente dos militantes das organizações de esquerda, como bom malandro brasileiro (tinha tudo pra ser carioca), entra no sindicato pelo futebol e pela assistência, sem brigar com a pelegada.

Sua ação revolucionária não é feita no planejamento estratégico e nem pensada em comitê central. É fruto do "deixa vida me levar..." do bom brasileiro. Das demandas reais da vida e da solidariedade que brota do compromisso espontâneo com os seus.

Lula é um revolucionário de estilo e compromisso ético presente no evangelho de Cristo.

Não porque é um militante marxista, leninista, trotskista, maoísta, ou feito em qualquer forma pré-concebida.

Lula é Curupira, é Sacy Pererê, Cuca, Boto, Negrinho do Pastoreiro... é uma invenção genuinamente brasileira, que desperta em nós os desejos da nacionalidade necessária e inconclusa.

Ele é a superação dialética do getulismo, em forma de síntese e de aprofundamento de seu caráter nacional-popular. É fio da história, da tentativa inacabada de construção da nação brasileira. Da inclusão do povo na nação e na tentativa sempre capenga e trôpega de se construir um Estado de Bem-estar Social e de se afirmar um projeto democrático e popular de nação (Quaquá, s/d).

Como disse acima, Lula não é mais uma pessoa de carne e osso. Ele virou uma ideia de nação; e o PT precisa, urgentemente, se preparar para estar à altura deste legado. Inicialmente, precisamos fazer uma grande terapia psicanalítica para tirar os esqueletos dos séculos XIX e XX de nosso armário.

Ainda agimos como aquele partido que foi fundado nos estertores da ditadura empresarial-militar, mas que catalisou as energias da luta contra ela, inclusive a luta armada. Um partido inovador, que uniu marxistas tradicionais das mais diversas matizes (stalinistas, trotskistas, maoístas, guevaristas e castristas foquistas etc.); sindicalistas da nova safra de lutadores que surgia do embate da crise do milagre econômico; e uma imensa base cristã e popular, surgida da militância católica da teologia da libertação. Um incrível e fantástico partido, democrático, horizontalizado e plural, que foi se forjando na luta social combinada com a nascente institucionalidade.

Nascemos como força frágil e tivemos que nos cotovelar com os comunistas de um lado e com os trabalhistas herdeiros do getulismo de outro, até que a eleição de 1989, a primeira presidencial pós-ditadura, pôs Lula e o PT como força hegemônica da esquerda brasileira. Daí em diante, não mais Leonel Brizola, mas Lula se tornou o principal líder da esquerda brasileira.

No entanto, foi só depois de 2002 e das ações concretas de seus primeiro e segundo governos que Lula se tornou não mais só um líder de esquerda, mas um líder de todo o povo brasileiro. O maior líder popular da história do Brasil. E, para a esquerda brasileira, em toda a sua história, ter o maior líder nacional popular não é pouca coisa. É um elemento histórico de construção de hegemonia política para as classes populares sem paralelo na história brasileira. E deverá a esquerda brasileira, sob a liderança do PT — ampliando sempre para as forças nacionais e democráticas de centro —, constituir para as próximas décadas um bloco de disputa de poder e projeto de construção da nação soberana, democrática e mais justa, que melhore a vida do povo de forma paulatina e permanente.

Acho interessante reproduzir aqui um texto que escrevi sobre o lulismo em um debate do diretório nacional para a discussão na corrente interna majoritária do PT, CNB, da qual faço parte:

O LULISMO E O SEU TERCEIRO GOVERNO[3]

Luiz Inácio Lula da Silva é um gênio da raça humana. É daquelas pessoas que a humanidade não produz em série. É obra do artesanato divino, para nós que professamos uma fé no transcendente, no meu caso a fé cristã e católica.

Autoelogio não é boa prática para pessoas ou para organizações. Mas é necessário afirmar que o nosso Presidente Lula é um fenômeno político e social único. Há dois anos estava trancado em uma masmorra em Curitiba, tendo sido linchado dia e noite por toda a mídia nacional e internacional, condenado e preso injustamente.

Hoje reassumiu a Presidência da República e já lidera a América Latina e o Caribe no caminho da unidade em busca do desenvolvimento econômico e social. Lula é um símbolo maior da brasilidade e uma esperança para que a nação brasileira incorpore seu povo ao processo civilizatório.

O Brasil vive nesse momento a retomada do projeto democrático, popular e nacional, sob a liderança do Presidente Lula, e esse momento requer esforços adicionais e bastante complexos para o PT e para a esquerda brasileira.

Não é à toa que o PT; o partido do Lula, guardião do que será conhecido na história do Brasil como "lulismo", tanto como ainda é o peronismo na Argentina, é o maior partido político de fato do Brasil e foi campeão na preferência dos brasileiros e brasileiras mesmo no pior momento.

O governo do Presidente Lula começou bem e é fundamental que comece bem. Ele tem dito que não foi candidato e não foi eleito para fazer menos do que já fez. E se trata disso. O governo Lula tem que dar mais certo do que os outros anteriores, que já foram muito bons. Do sucesso dos próximos quatro anos dependerá o "lulismo", o PT, a esquerda e a vida do povo brasileiro.

---

3 Texto não publicado.

A aprovação da Emenda Constitucional que garantiu o Bolsa Família de 600 reais e mais 150 por criança; o aumento do salário-mínimo acima da inflação; e deu capacidade de investimento no primeiro ano do governo, representou uma imensa vitória política e mostrou grande capacidade de articulação política do governo e de nossos líderes e interlocutores no Congresso Nacional. Uma política ampla, correta e realista de alianças no parlamento nos leva a vitórias que mudam a vida real do povo. A estreiteza só nos levou e levará a derrotas.

O PT foi o primeiro partido de esquerda na história do Brasil que soube fazer alianças com o centro e a direita sem renunciar ao comando da política, dos rumos do governo, da condução da nação. Por isso foi quem mais deu contribuições na mudança real da vida do povo. E essa política vitoriosa continuará a dar rumos ao Brasil.

Não vivemos um momento histórico qualquer. O bolsonarismo é um fenômeno histórico e ao mesmo tempo contemporâneo. Ele é fruto das imensas desigualdades e brutalidades da história do Brasil. É guardião da casa grande e do chicote da senzala. Do preconceito e conservadorismo dos setores médios urbanos, desde o Império, sócios minoritários das rebarbas da sociedade escravocrata. Da economia da dependência externa e da extração primária e desmedida das riquezas naturais para enriquecer o negócio colonial, com seus gerentes internos em sociedade com os patrões externos.

Mas também é articulado ao que a pós-modernidade produziu com suas redes sociais e seus algoritmos, controlados pelos poucos multibilionários donos das empresas controladoras das redes sociais, que passaram a controlar corações e mentes através da Big data que organiza a loucura e o ódio coletivo. O arcaico e o pós-moderno se articulam contra a democracia e os melhores ganhos da civilização.

Portanto, o bolsonarismo não é um fenômeno isolado, e Bolsonaro, com suas tosquisses e suas ações desumanas e repugnantes, representa um pedaço grande de um país marcado por iniquidades, desigualdades, preconceitos e violências.

Portanto, cabe ao Presidente Lula, com todo o tamanho de sua autoridade política, social e moral, reconstruir o tecido social, defender e vigorar a democracia no Brasil. E isso não é tarefa para a uma eleição e um mandato; nem para dois. Isso é tarefa de longo prazo, para duas e três gerações, como fez a China pós-Mao. Cabe ao Presidente Lula, como estadista que é, propor um pacto de desenvolvimento econômico e social para o país, que seja seguido por 30 anos, por várias gerações, rumo ao Brasil potência sonhado por gerações de desenvolvimentistas brasileiros. Esse pacto deve girar em torno de três questões essenciais para a construção da nação brasileira:

A questão democrática como prioritária

Desde o chamado "Mensalão", depois seu filhote maior, a "Lava Jato" e seu produto "Bolsonaro", está mais que claro que a criminalização da política e a destruição da democracia é um projeto. Um projeto articulado de fora, numa guerra "soft" envolvendo redes sociais, mídias variadas e parte cooptada do judiciário brasileiro, cuja maior expressão foi o juiz Sergio Moro e sua quadrilha de procuradores. É preciso forjar na Câmara e no Senado um pacto de ampla maioria que una todos os democratas e forças amplíssimas que se oponham ao Estado policial e ao complexo de poder que tenta criminalizar a política e destruir a democracia, reconstruindo marcos legais e aprofundando o Estado de Direito e as garantias individuais liberais e democráticas.

A questão nacional e a retomada de ideia força do Brasil potência

Gerações anteriores, desde Getúlio Vargas e seu nacional-desenvolvimentismo e seus discípulos, sonharam com um Brasil soberano e inserido no mundo de forma independente, com uma economia industrializada e moderna tecnologicamente, com o que há de mais diversificado e contemporâneo no mundo, como potência do sul, liderando o desenvolvimento latino-americano.

Esse sonho precisa ser resgatado para o imaginário popular e para a agenda da política. Cabe ao governo Lula colocar essa questão no centro da agenda, com seu poder de articulação no mundo, o que de fato já começou a fazer com sua ida na COP 27 e na reunião da Argentina, mas que precisa também ser assumida pelo PT e pela esquerda brasileira, buscando ampla aliança com forças nacionais e democráticas, inclusive nos meios militares e acadêmicos.

A questão da justiça social e o Estado de bem-estar social

O Estado de bem-estar social brasileiro é uma obra inconclusa. Precisamos avançar passos largos para sua consolidação. Não é admissível que tenhamos retrocedido tanto, depois dos governos Lula e Dilma terem tirado o Brasil do mapa da fome, termos regredido tanto. A fome voltou aos lares brasileiros e a degradação humana e a violência tomaram conta de nossas cidades. É preciso que a questão social seja a essência desse pacto. A aprovação definitiva do Bolsa Família de 600 reais com 150 reais por criança e a política permanente de aumento real do salário-mínimo pelo governo Lula antes mesmo da posse, foi uma vitória imensa. Palmas para nossos negociadores no Congresso Nacional. Consolidar o SUS; garantir escola de tempo integral da creche ao ensino médio; avançar no ensino técnico e ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior; avançar rumo à renda básica de cidadania para os mais pobres; enfim, garantir padrões civilizatórios dos principais países do mundo em um pacto cumulativo e progressivo de distribuição mais equânime da renda e das riquezas nacionais é uma prioridade que deve envolver todos os setores da sociedade e amplas forças políticas.

Depois da deposição da presidenta Dilma, o PT de certa forma se desburocratizou, vida nova entrou, voltamos a ocupar e disputar as ruas e a juventude voltou a bater em sua porta, e o partido sobreviveu à tempestade e se reinventou. Há cinco anos, com

Lula preso e o PT acuado, realizando uma campanha heróica com Fernando Haddad defendendo com absoluta capacidade e aguerrimento o legado petista e lulista, quem imaginaria que, quatro anos depois, o presidente Lula seria candidato, ganharia a eleição e estaria novamente iniciando seu governo para mudar para melhor o Brasil e a vida de nosso povo?

Não se pode agora, que retomou o governo, repetir o erro da burocratização e da cantilena dos "gestores" e "republicanos". A república, a política, o governo e a democracia são essencialmente palco da luta de classes. Palco da disputa de interesses econômicos e sociais. E as classes em luta precisam se fortalecer econômica, cultural, social e politicamente para tornarem-se força política hegemônica. Bolsonaro soube unificar os piores sentimentos da classe média ressentida em torno de um projeto desumanizador e autoritário. O PT precisa ser o intelectual coletivo, a escola de humanização, que organize um "exército" libertador de milhões de militantes nas favelas e periferias; na agricultura familiar e nas universidades; nas escolas e nas fábricas...

Organizar o partido e transformar os comitês de luta em núcleos de mudança sociais e núcleos do PT. Organizar nossa rede de formação política: unificar a ação de seus ministros e dirigentes de estatais e direções de governo petistas, no sentido de organizar o povo a partir das políticas transformadoras do governo, são tarefas essenciais e prioritária do período.

Só um PT forte e um povo organizado sustentarão um longo ciclo de transformações sociais profundas no Brasil nos próximos 30 anos. Só o PT, guardião do patrimônio do Lulismo será capaz de conduzir a nação brasileira no rumo da democracia, da soberania e da justiça social para liderar a América latina e o Caribe no mesmo rumo, nos inserindo como a grande pátria continental de forma soberana no sistema mundial como potência feliz, justa e democrática.

DEMOCRACIA, REFORMA E REVOLUÇÃO

A mudança social só é possível se for obra das maiorias. Seja por meio de vitórias políticas no regime liberal democrático, seja por meio de processos de ruptura violenta do poder em decorrência de um golpe ou de uma revolução.

É possível fazer revoluções violentas e insurrecionais nos dias de hoje? Até é. Mas a grande dirigente, teórica socialista e revolucionária alemã Rosa Luxemburgo já nos ensinava, bem no início do século XX, que a obra de destruição do regime antigo é mais fácil; mais difícil é a construção do novo.

Reproduzo a seguir esse primor de texto e análise que ela fez na cadeia, em 1918, criticando as medidas de fechamento da Assembleia Constituinte Russa e de restrição democrática implantadas por Lenin e Trotsky na Rússia revolucionária, pré-stalinista. Mesmo compreendendo o contexto duro de luta política que levou seus companheiros e amigos bolcheviques a tomar tais medidas, Luxemburgo faz um alerta com incrível capacidade de análise e surpreendente antecipação das consequências — que afinal desembocaram na experiência stalinista que se sobrepôs às vontades de Lenin e Trotsky.

> As tarefas gigantescas que os bolcheviques enfrentaram, com coragem e determinação, exigiam precisamente a mais intensiva formação política das massas e acúmulo de experiências... [Liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido — por mais numerosos que sejam —, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade de quem pensa de modo diferente. Não por fanatismo pela "justiça", mas porque tudo quanto há de vivificante, salutar, purificador na liberdade política depende desse caráter essencial e deixa de ser eficaz quando a "liberdade" se torna privilégio.]

(...)

Muito longe de ser uma soma de prescrições prontas, que bastaria aplicar, a realização prática do socialismo como sistema econômico, social e jurídico é uma coisa totalmente envolta nas brumas do futuro. O que temos em nosso programa são apenas alguns grandes marcos orientadores que indicam em que direção é preciso procurar as medidas a tomar, indicações aliás de caráter sobretudo negativo. Sabemos mais ou menos o que suprimir primeiro para deixar o caminho livre à economia socialista; em contrapartida, nenhum programa de partido socialista nem nenhum manual de socialismo esclarecem de que tipo serão as milhares de medidas concretas, práticas, grandes e pequenas, que é preciso tomar a cada passo para introduzir os princípios socialistas na economia, no direito, em todas as relações sociais. Não é uma lacuna, mas, ao contrário, é justamente a vantagem do socialismo científico sobre o utópico. O sistema social socialista não deve nem pode ser senão um produto histórico, nascido da própria escola da experiência, na hora da sua realização, nascido da história viva fazendo-se, que, exatamente como a natureza orgânica, da qual faz parte em última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, junto com uma necessidade social real, os meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo que a tarefa a realizar, a sua solução. E assim sendo, é claro que o socialismo, por sua própria *natureza*, não pode ser outorgado nem introduzido por decreto. Ele pressupõe uma série de medidas coercitivas — contra a propriedade etc. Pode-se decretar o negativo, a destruição, mas *não* o positivo, a construção. Terra nova. Mil problemas. Só a experiência [é] capaz de corrigir e de abrir novos caminhos. Só uma vida fervilhante e sem entraves chega a mil formas novas, improvisações, mantém a *força criadora*, corrige ela mesma todos os seus erros. Se a vida pública dos Estados de liberdade

> limitada é tão medíocre, tão miserável, tão esquemática, tão infecunda, é justamente porque, excluindo a democracia, ela obstrui a fonte viva de toda riqueza e de todo progresso intelectual. (Prova: o ano de 1905 e os [meses] de fevereiro a outubro de 1917.) No plano político, mas também econômico e social. É preciso que toda a massa popular participe. Senão o socialismo é decretado, outorgado por uma dúzia de intelectuais fechados num gabinete (Luxemburgo, 2017, p. 96).

Rosa Luxemburgo fez uma correta observação: o método de construção é essencial na tarefa de edificação de uma nova sociedade, e ele deve ser sempre pela radicalização da democracia e pela elevação da experiência e do nível cultural e político das massas. Esse processo insurgente era possível nas sociedades do início do século XX, nas quais o atual modelo de democracia não tinha ainda sido plenamente realizado, e a participação popular não era tão extensa e universal como é hoje — embora hoje a democracia ainda seja imperfeita e requeira muitas reformas revolucionárias para que possa substantivamente ser chamada assim.

Mas, mais ainda no nosso período histórico, há uma hegemonia militar e cultural que dificulta rupturas violentas de regime. Além de a tecnologia militar e informativa tornar muito mais difícil essas lutas insurrecionais, os traumas econômicos e sociais deixados internamente nas sociedades que optam pelo caminho da luta violenta e de rupturas excessivamente traumáticas nos mostra a conveniência do caminho democrático para a revolução socialista.

Sabendo que a política é sempre o fio da navalha, temos que ter capacidade autocrítica para transitar entre a participação no regime liberal capitalista, nas regras eleitorais e nos seus meandros sem, contudo, nos acomodar com seu *status quo*. Até porque,

embora a democracia tenha sido mais desenvolvida e teorizada a partir das revoluções burguesas contra o regime absolutista, seus pressupostos atuais, como o sufrágio universal e o respeito aos direitos de organização sindical e partidária, só foram efetivados e criados com a pressão do movimento dos trabalhadores e das massas populares — sendo, portanto, instrumentos de lutas por direitos universais socialmente majoritários.

Aqui, cabe novamente citar o nosso saudoso companheiro e grande disseminador de Gramsci e do chamado eurocomunismo no Brasil, o filósofo Carlos Nelson Coutinho, com quem tive a honra de coabitar no PT das décadas de 1980 e 1990 no Rio de Janeiro. Cabe, sobretudo, trazer à luz um texto seu de 1978, anterior à fundação formal do PT e ainda sob a ditadura empresarial-militar brasileira.

> Todavia, há correntes e personalidades que revelam ter da democracia uma visão estreita, instrumental, puramente tática; segundo tal visão, a democracia política — embora útil à luta das massas populares por sua organização e em defesa dos seus interesses econômico-corporativos — não seria mais, em última instância e *por sua própria natureza,* do que uma nova forma de dominação da burguesia, ou, mais concretamente, no caso brasileiro, dos monopólios nacionais e internacionais.
>
> Essa visão estreita se baseia, antes de mais nada, numa errada concepção da teoria marxista do Estado, numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa. Mas implica, em segundo lugar, ainda que por vezes implicitamente, uma concepção equivocada das tarefas que se colocam atualmente ao conjunto das forças populares brasileiras: essas tarefas não podem ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo, mas sim com um combate

> árduo e provavelmente longo pela criação dos *pressupostos* políticos, econômicos e ideológicos que tomarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso país (Coutinho, 2023).

Lembro bem desse período, quando ainda era muito jovem e sectário trotskista — e olhe bem que digo "sectário trotskista", e não "como Trotsky", que foi uma figura de inteligência e coragem superior na história do movimento socialista — das lições que meu grande mestre Vladimir Palmeira tentava me dar, dizendo: a democracia tem uma imensa vantagem, porque possibilita que a esquerda organize o povo em larga escala, os governos nos permitem isso e também criar condições políticas, culturais e organizativas para o avanço da consciência, da organização e dos movimentos populares. Por outro lado, ela nos cobra o preço da integração ao regime, da degeneração e do corrompimento que causa a nós e a nosso movimento.

Relembro bem também, enquanto escrevo este texto, de uma saudação dada por Vladmir, líder de 1968 e nosso líder no PT, a Carlos Nelson Coutinho, em um debate ocorrido logo que ele entrou no PT: "Fico feliz, Carlos Nelson, por sua entrada no PT para animar nosso debate. Pelo menos que venha alguém que leu o Manifesto Comunista".

E, obviamente, ultrapassada a ironia, vale reler esse texto antigo de Coutinho para precisar o debate sobre a questão da democracia na luta pelo socialismo e na sua estratégia de construção:

> Quando, em polêmica com Kautsky, Lênin afirmou que não existia "democracia pura", que a democracia era sempre ou burguesa ou proletária, não se punha em discussão o que Berlinguer chama hoje de valor universal da democracia política. O que Lênin tinha em vista, contra o formalismo oportunista de Kautsky, não era

negar a validade do *substantivo* democracia, mas lembrar que — no plano do conteúdo concreto — ele aparece sempre adjetivado. Em outras palavras: fiel ao ensinamento de Marx e Engels, Lênin afirmava não poder existir — salvo em breves períodos de transição — regime estatal sem conteúdo de classe determinado, sem que uma classe fundamental no modo de produção determinante exerça através desse regime (não importa por meio de quantas mediações) sua dominação sobre o conjunto da sociedade.

(...)

Portanto, se quisermos ser fiéis ao *método* de Lênin, temos de chegar à seguinte conclusão: é verdade que o conjunto das liberdades democráticas em sua forma moderna (o princípio da soberania e da representação popular, o reconhecimento legal do pluralismo etc.) tem sua *gênese histórica* nas revoluções burguesas, ou mais precisamente, nos amplos movimentos populares que terminaram (mais ou menos involuntariamente) por abrir o espaço político necessário à consolidação e reprodução da economia capitalista; mas é igualmente verdade que, para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre *gênese* e *validade*. Lênin certamente conhecia a observação de Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal — e inclusive sua função de modelo — com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui sua necessária gênese histórica.

Se, como acreditamos, a observação de Marx tem alcance metodológico geral (malgrado as concretizações que devem ser feitas em cada esfera concreta do ser social), podemos extrair dela uma conclusão acerca da questão da democracia: nem objetivamente, com o desaparecimento da sociedade burguesa que lhes serviu de gênese, nem subjetivamente, para as forças empenhadas nesse desaparecimento, perdem seu valor universal inúmeras

> das objetivações ou formas de relacionamento social que compõem o arcabouço institucional da democracia política.
>
> (...)
>
> Portanto, para aqueles que, em nome dos interesses histórico-universais dos trabalhadores, lutam pelo socialismo, a democracia política não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade (Coutinho, 2023).

Se o socialismo — e, em última instância, em longa marcha civilizatória e culturalmente avançada, o comunismo — é o nosso objetivo utópico, o processo constante de mudança social com a busca da igualdade mínima, garantindo uma vida moderadamente boa para todos, é nosso objetivo prático e sempre imediato. Então, os fins devem estar presentes no DNA de todas as nossas ações, seja de forma mais intensa, quando a conjuntura e a correlação de forças sociais e políticas permitirem, seja de forma menos intensa, em momentos de maior dificuldade política. O fundamental é que não podemos nunca perder de vista nossos objetivos essenciais. Esse compromisso popular civilizatório é inegociável.

Retomando a questão democrática e de nossa atuação para aprimorá-la e radicalizá-la, vale citar o primeiro-ministro conservador inglês Winston Churchill, herói da resistência ao nazismo ao lado de Stálin e Roosevelt, que disse: "A democracia é o pior dos regimes políticos, mas não há nenhum sistema melhor que ela"[4]. É muito o que nos alerta Rosa Luxemburgo naquele texto de 1918 sobre a Revolução Russa.

---

4 Discurso proferido na Câmara dos Comuns em 1974.

Na verdade, fora da arte há pouca coisa da construção humana que não tenha defeitos razoáveis. E, quanto mais coletiva é a empreitada, mais defeitos tende a ter. No entanto, são justamente esses defeitos as suas maiores virtudes, pois somos seres dotados de inteligência e individualidade, e a média tende sempre a uniformizar padrões, desagradando uma parcela do todo. Então, e pelo menos, o desejo e os interesses das maiorias podem ser ouvidos e atendidos na arena da democracia.

A democracia surgiu na humanidade, de fato, com a luta contra o autoritarismo do estado absolutista, embora inspirada na filosofia e na prática grega clássica da Antiguidade, que era assentada sobre a escravidão e praticada apenas pela elite econômica e socialmente minoritária. Na Modernidade, em seu Renascimento no iluminismo oitocentista, ela, forjada na filosofia que brotou da aliança das classes populares com a burguesia, em oposição à nobreza e ao estado absolutista, foi equipada com instrumentos de preservação também dos interesses das minorias.

O modelo liberal clássico da democracia compreendeu: a instituição do voto universal; a separação entre os poderes, independentes mas harmônicos, com seus pesos e contrapesos, com o objetivo de evitar a hipertrofia de um sobre outro; a preservação de direitos e garantias individuais, como a inviolabilidade dos lares, dos dados e informações pessoais, do direito à privacidade e à opinião; o direito à propriedade para todos e sem monopólio; o direito a justiça e a um julgamento justo, com a presunção da inocência e com o amplo direito a defesa, tendo a privação de liberdade como recurso último e excepcional; entre outras coisas.

Todos estes princípios, consagrados pelas revoluções inglesa, francesa e americana, e aprofundados pela social-democracia com o acoplamento do *welfare state* — o estado de bem-estar

social — nos países desenvolvidos, garantindo emprego, aposentadoria, melhores salários e melhores condições de vida para as classes trabalhadoras, constituíram um imenso avanço para a humanidade.

Mas, com o extraordinário avanço científico e tecnológico dos anos 1980 e 1990 do século XX e o consequente aumento da produtividade da economia, ao invés de a humanidade avançar no caminho de novas formas de organização societária, o que se viu foi um imenso retrocesso.

Primeiro, as grandes corporações financeiras sequestraram e monopolizaram a economia, a cultura, as sociedades e o sistema político. Mais recentemente, essas mesmas corporações passaram a controlar grandes empresas de tecnologia da informação; e suas redes sociais passaram a sequestrar as mentes, a opinião e, por fim, a democracia, já combalida pelo domínio das finanças e do capital sobre ela.

Sob a ideologia do combate ao terrorismo, potencializada com os ataques de 11 de setembro contra os EUA, se corroeu a liberdade. Todo um modelo de controle sobre as liberdades individuais foi instituído globalmente, reforçando a xenofobia e instituindo um Estado policial. Houve uma hipertrofia do judiciário e uma crescente criminalização do espaço público e da política, associada à sua mercantilização e sua desmoralização.

Com 53 anos de idade e 38 anos de militância organizada na esquerda, todos eles no PT, eu não demonizo mais Stalin e reconheço suas contribuições para a luta socialista e a humanidade. Para citar uma delas: a derrota do nazismo e o desaparecimento de Hitler e sua quadrilha, com a tomada de Berlim e o fim da Segunda Guerra. É inegável, no entanto, que a sua hegemonia por décadas na esquerda mundial fez um tremendo mal ao movimento socialista ao exportar seu modelo estatizante e autoritário para todo o mundo.

Não vejo no mundo outro partido nem outro lugar que possa conduzir a experiência de um socialismo democrático, que não perca de vista um longo caminho, não para o futuro produtivista e evolucionista, mas, no caso latino-americano, em respeito e homenagem ancestral, que caminhe rumo ao comunismo da terra-sem-males dos nossos antepassados indígenas.

Então, eu que sou conhecido como dirigente do PT pelo pragmatismo, absolutamente necessário a quem faz política e não dogma religioso, preciso deixar claro e afirmar: não apenas os objetivos utópicos mais elevados não são incompatíveis com o pragmatismo tático e mesmo estrutural-estratégico, mas a luta real e concreta pela realização da utopia não avança sem o necessário pragmatismo político.

Passemos, então, a discutir os agentes reais da mudança social. Quem são os agentes reais da revolução brasileira? A quem, com trabalho, criatividade e visão empreendedora, caberá e interessará construir uma nação soberana, desenvolvida, justa, solidária e feliz?

CAPÍTULO 4

O "sevirariado"

Uma das principais características da formação econômico-social do Brasil é que somos, na maioria, um povo de excluídos, de seres humanos no limite da sobrevivência como espécie, que "se viram" para sobreviver. Somos o país do "sevirariado".

Aqui, quando os portugueses aportaram, o fizeram com interesse meramente mercantil. Destruíram as civilizações originárias para construir uma empresa pré-capitalista, baseada no genocídio e na escravidão das maiorias. Uma empresa colonial para drenagem dos recursos locais para atender interesses externos, com enriquecimento compartilhado de uma pequena elite de sócios-gerentes internos.

Esse modelo se mantém de pé até hoje. E é a alma da organização societária brasileira: violenta, desigual, concentradora de riqueza e prestígio social, patriarcal, machista, racista, discriminatória com os pobres, desvalorizadora do trabalho.

Uma parte dos humanos do território eram (e são) incorporados à engrenagem econômica do engenho. No topo da pirâmide social, os proprietários, sócios/gerentes de arranjos estrangeiros, são uma ínfima minoria numérica do conjunto dos humanos. Logo abaixo, cerca de 15% de funcionários graduados ou intermediários dos grandes negócios: profissionais liberais, pequenos

e médios comerciantes e rentistas herdeiros de patrimônios pequenos e médios etc.

No andar de baixo temos os trabalhadores formados em nível superior ou médio profissionalizante, especializados, absorvidos pelo sistema e de alguma forma beneficiados por algum nível de proteção estatal ou associativa. Mais abaixo, há uma imensa massa de seres humanos empobrecidos e sem muito vínculo com as estruturas econômicas formais. É o que chamo de "sevirariado". Aqueles que de fato "se viram" para sobreviver.

Essa é a imensa massa do povo: que vende água no engarrafamento, picolé na praia, e bolinho com café no ponto de ônibus; corta cana nos engenhos sazonalmente, nos períodos de colheita; roça terrenos; limpa piscinas; trabalha como pedreiro ou servente — quando encontra trabalho; atualmente, entrega comida por aplicativo etc. etc. etc.

Qual é a classe social revolucionária no Brasil? Gosto muito da reflexão de Darcy Ribeiro a respeito dessa questão:

> Nossa tipologia das classes sociais vê na cúpula dois corpos conflitantes, mas mutuamente complementares. O patronato de empresários, cujo poder vem da riqueza através da exploração econômica; e o patriciado, cujo mando decorre do desempenho de cargos, tal como o general, o deputado, o bispo, o líder sindical e tantíssimos outros. Naturalmente, cada patrício enriquecido quer ser patrão e cada patrão aspira às glórias de um mandato que lhe dê, além da riqueza, o poder de determinar o destino alheio.
>
> Nas últimas décadas surgiu e se expandiu um corpo estranho nessa cúpula. É o estamento gerencial das empresas estrangeiras, que passou a constituir o setor predominante das classes dominantes. Ele emprega os tecnocratas mais competentes e controla a mídia,

conformando a opinião pública. Ele elege parlamentares e governadores. Ele manda, enfim, com desfaçatez cada vez mais desabrigada.

Abaixo dessa cúpula ficam as classes intermediárias, feitas de pequenos oficiais, profissionais liberais, policiais, professores, o baixo-clero e similares. Todos eles propensos a prestar homenagens às classes dominantes, procurando tirar disso alguma vantagem. Dentro dessa classe, entre o clero e os raros intelectuais, é que surgiram mais subversivos em rebeldia contra a ordem. A insurgência mesmo foi encarada por gente de seus estratos mais baixos. Por isso mesmo mais padres foram enforcados que qualquer outra categoria de gente.

Seguem-se as classes subalternas, formada por um bolsão da aristocracia operária, que tem empregos estáveis, sobretudo os trabalhadores especializados, e por outro bolsão que e formado por pequenos proprietários, arrendatários, gerentes de grandes proprietários rurais etc.

Abaixo desses bolsões, formando a linha mais ampla do losango das classes sociais brasileiras, fica a grande massa das classes oprimidas dos chamados marginais, principalmente negros e mulatos, moradores das favelas e periferias da cidade. São os enxadeiros, os boias-frias, os empregados da limpeza, as empregadas domésticas, as pequenas prostitutas, quase todos os analfabetos e incapazes de se organizar para reivindicar. Seu desígnio histórico é entrar para o sistema, o que sendo impraticável, os situa na condição de classe intrinsecamente oprimida, cuja luta terá de ser de romper com a estrutura de classes. Desfazer a sociedade para refazê-la.

Essa estrutura de classes engloba e organiza todo o povo, operando como um sistema autoperpetuante da ordem social vigente. *Seu comando natural são as classes dominantes.*

*Seus setores mais dinâmicos são as classes intermediárias. Seu núcleo mais combativo, as classes subalternas. E seu componente majoritário são as classes oprimidas****, só capazes de explosões catárticas ou de expressão indireta de sua revolta. Geralmente estão resignadas com seu destino, apesar da miserabilidade em que vivem, e por sua incapacidade de organizar-se e enfrentar os donos do poder.

Aí estão seus quatro estratos superpostos, correspondentes às classes dominantes, aos setores intermediários, às classes subalternas e às classes oprimidas. Os primeiros, cujo número é insignificante, detém, graças ao apoio das outras classes, o poder efetivo sobre toda a sociedade. Os setores intermediários funcionam como um atenuador ou agravador das tensões sociais e são levados mais vezes a operar no papel de mantenedores da ordem do que de ativistas de transformações.

As classes subalternas são formadas pelos que estão integrados regularmente na vida social, no sistema produtivo e no corpo de consumidores, geralmente sindicalizados. Seu pendor é mais para defender o que já tem e obter mais, do que para transformar a sociedade. O quarto extrato, formado pelas classes oprimidas, é o dos excluídos da vida social, que lutam por integrar-se no sistema de produção e pelo acesso ao mercado. Na verdade, é este último corpo, apesar de sua natureza inorgânica e cheia de antagonismos, que cabe o papel de renovador da sociedade como combatente da causa de todos os outros explorados e oprimidos. Isso porque só tem perspectiva de integrar a vida social rompendo toda a estrutura de classes. Essa configuração de classes antagônicas mas interdependentes organiza-se, de fato, para fazer oposição as classes oprimidas — ontem escravos, hoje sub assalariados — em pavor-pânico que infunde a todos a ameaça de uma insurreição social generalizada (Ribeiro, 1995, p. 208-210).

Um esforço de Darcy Ribeiro que considero genial foi buscar criar instrumentos interpretativos originais com base nos paradigmas brasileiros e de nossa realidade, obviamente sem descartar as contribuições das ciências sociais europeias e ocidentais. É claro que não podemos jogar fora instrumentos de análise bastante robustos e eficazes criados na Europa, como os clássicos do Renascimento, do iluminismo ou, posteriormente, do avanço das ciências humanas durante a Revolução Industrial e tecnológica.

Nossa sociedade foi fundada sobre o massacre de uma sociedade indígena com níveis extraordinários de civilidade e equidade e sobre um desterramento de escravos negros para mover a máquina dos engenhos coloniais — inclusive, depois, sua 'criação' e exportação como mercadoria será a gênese do próprio negócio colonial. Essa sociedade, com seu sentido de progresso (e de progressista), não pode ser tratada da mesma forma como a 'evolução' de um esquema que vai do tribal ao capitalismo como elemento de evolução da espécie humana.

Esse modelo não pode ser aceito nem consumido como o único ou como o parâmetro válido em todas as análises de 'evolução' societária. É preciso trabalhar nesses trópicos com conceitos e valores diferenciados.

É verdade que, nas sociedades ocidentais clássicas, hegemônicas culturalmente, com a escassez de recursos naturais, de um lado, e o esgotamento da capacidade do planeta suportar padrões de energia e de consumo consagrados pela Revolução Industrial, por outro, cresce cada vez mais a busca por novos padrões de crescimento e valores de consumo e acumulação de riquezas.

Mas o sentido pelo qual buscamos caminhos e teorias alternativas de análise e de construção de soluções de viver coletivamente em sociedade tem outras razões fundantes. Tem a ver com nossa gênese histórica.

CAPÍTULO 5

A economia das pessoas e das famílias e o mercado

A economia desde os primórdios sempre foi centrada na transformação da natureza em bens de uso. Os seres humanos ou coletavam produtos da própria natureza, ou cultivavam, ou transformavam matéria-prima em mercadoria com o objetivo de suprir suas necessidades de vida.

Com o aumento da produtividade do trabalho e da terra e com a consequente produção de excedente ao que a família necessitava para sua sobrevivência, a produção passou a ter como objetivo suprir as necessidades da comunidade do entorno. Surgia aí o mercado.

Ao longo do tempo, a humanidade foi aperfeiçoando as tecnologias e as aplicando à produção de mercadorias e a serviços, com o objetivo de melhorar a vida dos que tinham acesso a elas. Essas tecnologias foram possibilitando um grande aumento da produtividade e, consequentemente, a acumulação de riquezas e o estabelecimento de desigualdades entre famílias e pessoas que tinham acesso a essas inovações.

Com a fixação dos seres humanos em áreas propícias à agricultura e a necessária criação e expansão de forças militares de segurança, que visavam proteger as atividades agrícolas de saques e roubos, foi necessário criar tecnologias de organização

social que dessem conta dessa realidade. Surgia aí o Estado, com base na necessidade de proteção militar.

A humanidade inventou quatro grandes tecnologias sociais: o mercado, a democracia, o planejamento público/estatal e a equidade social.

O MERCADO

Um velho ditado diz que "as crises são momentos de oportunidades". Certamente são. Mas, para o empreendedor, sempre é momento de oportunidades.

O mercado, embora não tenha sido criado pelo capitalismo, existindo desde os tempos mais remotos, foi por este apropriado e utilizado como elemento que possibilita o desenvolvimento amplo da criatividade e da inteligência do ser humano como empreendedor.

Por fim, o capitalismo virou inimigo do mercado que ele próprio utilizou e propagandeou como sua característica essencial. Hoje, o capitalismo monopolista vem sufocando a ideia original de mercado. Os poucos bilionários do país e do mundo — os banqueiros, os fundos de investimentos, de pouquíssimas famílias riquíssimas, controladoras de cadeias inteiras de comércio, comunicações, logística etc. — estabeleceram um monopólio que sufoca o pequeno empreendedor e mata a criatividade dos muitos para premiar os poucos escolhidos.

Talvez fosse interessante recuperar as ideias e a perspectiva de análise e ação prática do sociólogo e economista Karl Polanyi. Em artigo escrito em 1947, que resume o eixo do seu pensamento, intitulado "Nossa obsoleta mentalidade de mercado", ele critica tanto os liberais quanto os marxistas por entrarem na lógica ideológica da sociedade do capital, do mercado autorregulador e da economia como centro da vida social.

> A primeira fase da idade da máquina chegou ao fim. Envolveu uma organização da sociedade que derivou seu nome de sua instituição central: o mercado. Esse sistema está em declínio. No entanto, nossa filosofia prática foi maciçamente moldada por esse episódio espetacular. Novas concepções sobre o ser humano e a sociedade tornaram-se correntes e adquiriram o estatuto de axiomas. Ei-las: no que concerne ao homem, fomos levados a aceitar a heresia de que suas motivações podem ser descritas como "materiais" e "ideais", e os incentivos sob os quais se organiza a vida quotidiana provêm das motivações "materiais". Tanto o liberalismo utilitarista quanto o marxismo vulgar favoreceram essas ideias. Em relação à sociedade, propôs-se a doutrina afim de que suas instituições são "determinadas" pelo sistema econômico. Essa opinião foi ainda mais popular entre os marxistas que entre os liberais.
>
> Numa economia de mercado, é claro, ambas as afirmações eram verdadeiras. Mas apenas nesse tipo de economia. Em relação ao passado, essa visão não ia além de um anacronismo. Em relação ao futuro, era um simples preconceito. Contudo, sob a influência das atuais escolas de pensamento, reforçada pela autoridade da ciência e da religião, da política e dos negócios, esses fenômenos estritamente delimitados no tempo passaram a ser vistos como atemporais, como algo que transcende a era do mercado. Superar essas doutrinas que nos cerceiam a mente e a alma e tornam muito mais difícil a adaptação necessária à nossa sobrevivência, talvez requeira nada menos que uma reforma da nossa consciência (Polanyi, 2012, p. 209-210).

A perspectiva de observação e as consequências que podemos tirar das ideias de Polanyi são sensacionais. Ele joga luz sobre um mundo de possibilidades na luta pelo socialismo, que podem

ou não dialogar com o marxismo, mas certamente não dialogam com uma interpretação mecanicista e economicista deste — o que, aliás, sempre foi muito comum em várias de suas vertentes.

Dialoga, por exemplo, com Marx na denúncia da velha, permanente e atual contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção e distribuição produzidas pelo capitalismo. Mas esse fantástico pensador húngaro viveu mais tempos e viu mais coisas se consolidando do que nosso mestre alemão. Portanto, viu uma série de características monopolistas do capitalismo se desenvolver, como também viu o surgimento do socialismo real e do estado de bem-estar social, levado a cabo pela social-democracia.

Polanyi coloca mesmo em cheque a capacidade criativa do capitalista, muito presente no Marx do "Manifesto Comunista", que um século depois já desviava para uma lógica monopolista.

O mais central na perspectiva de Polanyi é a ideia de que o capitalismo trouxe para a vida humana uma novidade perversa, o que podemos chamar de "mercadorização" da vida. Uma poderosa força ideológica que mudou completamente a forma de os homens se organizarem em sociedade.

> Só muito gradualmente nos damos conta do que nos aconteceu há tão pouco tempo, apenas um século atrás.
>
> A economia liberal, essa primeira reação do homem à máquina, foi uma ruptura violenta com as condições que a precederam. Iniciou-se uma reação em cadeia: o que até então eram simples mercados isolados converteu-se num sistema autorregulador de mercados. E com a nova economia nasceu uma nova sociedade. Foi este o passo crucial: o trabalho e a terra foram transformados em mercadorias, isto é, tratados como se fossem produzidos para venda. É claro que não eram mercadorias de

> fato, uma vez que não eram produzidos (como a terra), ou, quando eram, não eram produzidos para a venda (como o trabalho). Mas nunca se concebeu uma ficção mais completamente eficaz. Com a compra e a venda livres do trabalho e da terra, o mecanismo do mercado tornou-se aplicável a eles. Passou a haver oferta de trabalho e procura de trabalho; passou a haver oferta e procura de terra. Por conseguinte, surgiu um preço de mercado para o uso da força de trabalho, chamado salário, e um preço de mercado para o uso da terra, chamado renda. O trabalho e a terra passaram a ter os seus próprios mercados, a semelhança das mercadorias propriamente ditas, que eram produzidas com a ajuda deles. Podemos avaliar o verdadeiro alcance desse passo se recordarmos que trabalho é apenas outro nome para homem, e terra, para natureza. A ficção da mercadoria confiou o destino do homem e da natureza à ação de um autômato que segue seus próprios rumos e é regido por suas próprias Leis.
>
> Jamais se vira nada semelhante. No regime mercantil, embora houvesse uma pressão deliberada pela criação de mercados, o princípio oposto ainda vigorava. O trabalho e a terra não eram ainda confiados ao mercado. Faziam parte da estrutura organiza da sociedade (Polanyi, 2012, p. 211-212).

Como alertou Polanyi, o capitalismo transformou a vida em comunidade, multidimensional, numa vida meramente econômica, e o homem virou um *homo economicus*, quando nascemos *homo sapiens*. O ser humano e a natureza foram reduzidos à condição de mercadoria, e a comunidade, com seus laços culturais, de parentesco e de solidariedade, foi reduzida a relações de mercado.

A pandemia do coronavírus, por exemplo, não só expôs o caráter perverso e injusto do sistema, como evidenciou a necessidade de construir uma nova economia e um novo modo de organizar a vida, a assistência médica, a assistência social, o governo, as comunicações, o fluxo de mercadorias e a relação entre os seres humanos.

Uma nova economia, no rastro de uma nova sociabilidade, é possível. Aliás, é necessária! Por que o motorista tem que pagar 25% de sua corrida para a Uber, uma empresa dona do aplicativo, que não possui um carro mas é a "dona" da maior frota de carros no mundo? Não podem os motoristas organizarem uma cooperativa e fazer seu próprio aplicativo, se libertando da exploração? Não podem os jovens da cidade organizar uma cooperativa de motoqueiros e fazer o aplicativo de entrega de comida, pizzas, remédios etc., sendo os donos de seu próprio negócio? Para que se deixar explorar pelos 'aplicativos' privados?

É necessário manter escritórios para que dezenas de pessoas levem duas horas em ônibus, barcas e metrôs lotados para chegar? Não dá para, na maior parte da semana, o trabalhador de escritório trabalhar em casa realizando suas tarefas e tendo mais tempo pros filhos, família e lazer?

Em um mundo onde bancos e poucas corporações lucram trilhões de dólares, no Brasil a dívida pública que alimenta menos de quinhentas mil pessoas retira do governo mais de quinhentos bilhões todos os anos em juros. Seria mais do que possível e necessário pagar uma renda básica de 230 reais a cada cidadão que vivesse com menos de três salários de renda familiar, eliminando a fome.

É também possível garantir a melhoria da saúde pública, do SUS, devolvendo os vinte bilhões de reais que foram cortados por ano desde o governo Temer, o que se tornou trágico sob Bolsonaro. É possível garantir UTIs em todas as cidades e ampliar

a formação de médicos, dando oportunidades aos pobres de se formarem nas faculdades de medicina.

Enfim, a pandemia expôs as falhas, misérias e injustiças do sistema. Ficou claro o pandemônio que é essa sociedade injusta. Cabe, agora, a nós construirmos as mudanças. É possível, a partir das cidades, das nossas prefeituras, construir um movimento que reorganize na base a economia e a sociedade.

A nova economia do imaterial, da inteligência, e a busca do belo, do específico, contra a padronização e o fácil (os fusos estão fiando sozinhos...) precisam estar a serviço da superação da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. É preciso "desmercadorizar" as comunidades e, a partir delas, toda a sociedade.

Até mesmo as democracias liberais estão morrendo, porque as grandes corporações (os fundos de investimento controlados pelos bancos, em suma, os poucos bilionários e trilionários do mundo) controlam a economia e a política. Essa gente se apelidou de "mercado", deturpando-o, e passou a dominar os países e submetê-los aos interesses de uma ínfima minoria e seus privilégios.

Por mais paradoxal que seja, cabe às maiorias populares e à esquerda a defesa substantiva de dois princípios da revolução burguesa: a democracia e o mercado — verdadeiros. Construindo uma nova concepção societária; o mercado como espaço democrático e amplo de criatividade econômica e de trocas de mercadorias; a democracia como espaço da soberania popular e das maiorias sociais sobre os governos e as decisões de estado, mas com respeito às individualidades e aos cidadãos singulares.

Portanto, uma sociedade que não se submeta à economia, mas que tenha a economia como parte dela. Junto com a cultura, a criatividade, a política, o esporte, a religião e a religiosidade, a contemplação da natureza e as várias formas de bem viver, que seriam

parte de um todo da vida em comunidade. Essa sociedade não só é possível, é necessária. E nós podemos e devemos construi-la.

Não se trata de uma revolução apoteótica e carnavalesca, retirada das páginas distantes e improváveis dos "Dez dias que abalaram o mundo", nas quais parte da esquerda continua aprisionada. Tão distante como a fé no paraíso pós vida na Terra, a fé religiosa. Trata-se de uma disputa prática, cotidiana, em que cada conquista no caminho da "desmercadorização" da sociedade e do avanço da consciência política e do estoque cultural do povo, bem como das suas condições materiais de existência e sobrevivência, significa passos adiante na longa marcha revolucionária.

PROSPERIDADE E EMPREENDEDORISMO

Tenho dito que precisamos construir no dia a dia o que chamo de "economia das pessoas e das famílias", por um lado; e, por outro, tratar de "desmercadorizar" as sociedades, a começar pelas localidades (bairros, favelas, municípios), para chegar ao nível dos países e das sociedades. Não se trata de acabar com a economia capitalista como objetivo de curto prazo, até porque o dinamismo das iniciativas individuais e empresariais é altamente positivo. O capitalismo foi o regime na história que mais criou riquezas, como disse o próprio Marx no "Manifesto Comunista", mas seu grande e definitivo defeito é não saber distribui-las. Para isso, é preciso repensar a economia e a sociedade de forma a garantir a convivência de uma economia de mercado com uma economia das pessoas e das famílias e uma sociedade com espírito de comunidade, que garanta, como afirmou Xi Jinping na abertura do 19º Congresso do Partido Comunista da China,

"uma vida moderadamente abastecida" para todos[5]. Seria garantida, assim, uma convivência positiva entre as diversas formas de produção pelo longo prazo de transformações culturais solidárias na base e no topo das sociedades.

Veja que Lenin, no fundo, no fundo, foi — a partir das formulações de Bukarin e Preobrajenski — o precursor do que hoje acontece na China. Foi a base teórica da virada chinesa proposta por Deng Xiaoping. Vamos às palavras de Lenin:

> Ainda não houve, parece-me, uma única pessoa que ao ocupar-se da questão da economia da Rússia tenha negado o carácter de transição dessa economia. Nenhum comunista negou, parece-me, que a expressão 'República Socialista Soviética' significa a decisão do Poder Soviético de realizar a transição para o socialismo, mas de modo algum o reconhecimento da actual ordem económica como socialista.
>
> Mas o que significa a palavra transição? Não significará, aplicada à economia, que no regime actual existem elementos, partículas, pedaços de capitalismo e de socialismo? Todos reconhecem que sim. Mas nem todos, ao reconhecerem isto, reflectem sobre precisamente que elementos das diferentes estruturas económicas e sociais existem na Rússia. E nisto está toda a essência da questão.
>
> Enumeremos esses elementos:

5 A íntegra do discurso feito por Xi Jinping, em 18 de outubro de 2017, na abertura do 19º Congresso do Partido Comunista da China (PCCh) encontra-se disponível em: **https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/leia-integra-do-discurso-de-xi-jinping-na-abertura-do-19o-congresso-do-partido-comunista-da-china/**. Acesso em: 20/03/2024.

1. economia camponesa, patriarcal, isto é, natural em grau significativo;
2. pequena produção mercantil (isto inclui a maioria dos camponeses que vendem cereais);
3. capitalismo privado;
4. capitalismo de Estado;
5. socialismo.

A Rússia é tão grande e tão variada que nela se entrelaçam todos esses tipos diferentes de estrutura económico-social. A peculiaridade da situação consiste precisamente nisso.

(...)

Todo o operário consciente dirá: se eu pudesse dar 300 dos 1000 como preço da criação de uma maior ordem e organização, com gosto daria trezentos em vez de duzentos, pois com o Poder Soviético reduzir esse 'tributo', digamos, a até cem ou cinquenta será uma tarefa perfeitamente fácil, desde que se implantem a ordem e a organização, desde que seja quebrado definitivamente o torpedeamento pelos pequenos proprietários de todo o monopólio de Estado.

(...)

A classe operária, depois de aprender a proteger a ordem estatal da anarquia do pequeno proprietário, depois de aprender a estruturar uma grande organização nacional da produção segundo princípios capitalistas de Estado, terá então nas mãos — desculpem-me a expressão — todos os trunfos, e a consolidação do socialismo estará assegurada.

O capitalismo de Estado é incomparavelmente superior, do ponto de vista económico, à nossa economia actual, isto em primeiro lugar. E em segundo lugar, nada há nele

de temível para o Poder Soviético, pois o Estado soviético é um Estado onde está assegurado o poder dos operários e dos pobres...

(...)

Diga-se entre parênteses: é o mesmo erro teórico que fez perder o juízo dos melhores homens do campo do Nóvaia Jizn e do Vperiod: os piores e medianos dentre eles arrastam-se, obtusos e indecisos, na cauda da burguesia, assustados por ela; os melhores não compreenderam que os mestres do socialismo não falavam gratuitamente de todo um período de transição do capitalismo para o socialismo e não sublinhavam em vão as 'longas dores de parto' da nova sociedade, e, além disso, esta nova sociedade é também uma abstracção, que só pode encarnar na vida através de uma série de tentativas concretas, imperfeitas e variadas, para criar este ou aquele Estado socialista.

(...)

Pois bem, e na Rússia Soviética, depois da tomada do poder pelo proletariado, depois do esmagamento da resistência militar e da sabotagem dos exploradores, não é evidente que se criaram algumas condições do tipo das que podiam ter-se criado há meio século na Inglaterra se ela tivesse então começado a passar pacificamente para o socialismo? A submissão dos capitalistas aos operários na Inglaterra poderia então ter sido assegurada pelas seguintes circunstâncias:

1. o mais completo predomínio dos operários, dos proletários, entre a população devido à ausência de campesinato (nos anos 70 havia na Inglaterra indícios que permitiam esperar êxitos extraordinariamente rápidos do socialismo entre os operários agrícolas);

2. excelente organização do proletariado em sindicatos (a Inglaterra era então o primeiro país do mundo neste sentido);
3. nível cultural relativamente alto do proletariado, educado pelo desenvolvimento secular da liberdade política;
4. o longo hábito dos capitalistas magnificamente organizados da Inglaterra — eram então os capitalistas melhor organizados de todos os países do mundo (hoje essa primazia passou para a Alemanha) — para resolver as questões políticas e económicas por meio de um compromisso.

Eis em virtude de que circunstâncias podia então surgir a ideia da possibilidade da submissão pacífica dos capitalistas da Inglaterra aos seus operários.

No nosso país, essa submissão é assegurada no momento actual por determinadas premissas concretas (triunfo em Outubro e esmagamento, desde Outubro até Fevereiro, da resistência militar e da sabotagem dos capitalistas). No nosso país, em vez do mais completo predomínio dos operários, dos proletários, entre a população e do seu alto nível de organização, o factor da vitória foi o apoio do campesinato pobre e rapidamente arruinado aos proletários. Por último, no nosso país não existe nem um elevado nível cultural nem o hábito dos compromissos. Se se reflectir nestas condições concretas, tornar-se-á claro que podemos e devemos conseguir agora a combinação dos meios de repressão implacável contra os capitalistas incultos, que não aceitam qualquer 'capitalismo de Estado', que não concebem qualquer compromisso e continuam a torpedear as medidas soviéticas por meio da especulação, do suborno dos pobres, etc., com os meios do compromisso ou do resgate em relação aos capitalistas cultos, que aceitam o 'capitalismo de

Estado', que são capazes de o aplicar e que são úteis ao proletariado como organizadores inteligentes e experientes das maiores empresas, que de facto abastecem de produtos dezenas de milhões de pessoas.

Bukhárine é um economista marxista magnificamente instruído. Por isso recordou que Marx tinha profundíssima razão quando ensinava aos operários a importância de preservar a organização da grande produção precisamente para facilitar a transição para o socialismo e que era completamente admissível a ideia de pagar bem aos capitalistas, de lhes pagar um resgate, se (a título de excepção: a Inglaterra era então uma excepção) as circunstâncias fossem tais que obrigassem os capitalistas a submeter-se pacificamente e a passarem de uma maneira organizada e culta para o socialismo com a condição do resgate.

(...)

Ou (última política possível e a única razoável) não procurar proibir ou bloquear o desenvolvimento do capitalismo, mas tentar orientá-lo para a via do capitalismo de Estado. Isto é economicamente possível, porque o capitalismo de Estado existe — sob uma outra forma, num ou noutro grau — em toda a parte onde existem elementos do comércio livre e do capitalismo em geral.

Será possível a combinação, a união, a compatibilidade do Estado soviético da ditadura do proletariado, com o capitalismo de Estado?

Claro que é possível. Era isto precisamente que eu procurava demonstrar em Maio de 1918. É isto que eu espero ter demonstrado em Maio de 1918. Mais ainda: demonstrei também então que o capitalismo de Estado é um passo em frente em comparação com o elemento

> pequeno-proprietário (pequeno-patriarcal e pequeno-burguês). Comete-se uma infinidade de erros ao contrapor ou comparar o capitalismo de Estado apenas com o socialismo, enquanto situação político-económica presente é obrigatório comparar também o capitalismo de Estado com a produção pequeno-burguesa.
>
> Toda a questão — tanto teórica como praticamente — consiste em encontrar os métodos correctos de como se deve orientar precisamente o inevitável (até certo ponto e por um determinado prazo) desenvolvimento do capitalismo para a via do capitalismo de Estado, em que condições fazê-lo e como assegurar num futuro próximo a transformação do capitalismo de Estado em socialismo (Lenin, 1921).

O caso ou o exemplo mais simples de como o Poder Soviético dirige o desenvolvimento do capitalismo para a via do capitalismo de Estado, como "implanta" o capitalismo de Estado, são as concessões. Agora todos estão de acordo que são necessárias, mas nem todos refletem sobre sua importância. O que são as concessões no sistema soviético, do ponto de vista das estruturas econômico-sociais e da correlação entre elas? São um acordo, um bloco, uma aliança do poder de Estado soviético, isto é, proletário, com o capitalismo de Estado contra o elemento pequeno-proprietário (patriarcal e pequeno-burguês). O concessionário é um capitalista. Dirige as coisas à maneira capitalista, com o objetivo de obter lucros, e estabelece um acordo com o poder proletário a fim de obter lucros extra, superiores aos habituais, ou um tipo de matéria-prima que doutro modo não (ou dificilmente) poderia conseguir.

O Poder Soviético obtém vantagens sob a forma de desenvolvimento das forças produtivas e do aumento imediato — ou a mais breve prazo — da quantidade de produtos. Temos, por

exemplo, uma centena de explorações, minas ou florestas. Nós não podemos explorar tudo: não temos máquinas, víveres, meios de transporte suficientes. Pelo mesmo motivo exploramos mal os restantes setores.

Em consequência da má e insuficiente exploração das grandes empresas, reforça-se o elemento pequeno-proprietário em todas as suas manifestações: enfraquecimento da economia camponesa vizinha (e depois também de toda a economia camponesa); declínio das suas forças produtivas; diminuição da sua confiança no Poder Soviético; pilhagem e pequena especulação em massa (a mais perigosa) etc. "Implantando" o capitalismo de Estado sob a forma de concessões, o Poder Soviético reforça a grande produção contra a pequena, a avançada contra a atrasada, a mecanizada contra a manual; aumenta a quantidade de produtos da grande indústria nas suas mãos (a sua quota-parte da produção); e reforça as relações econômicas reguladas pelo Estado como contrapeso às relações pequeno-burguesas anárquicas.

A política das concessões, aplicada com medida e prudência, ajudar-nos-á, sem dúvida, a melhorar rapidamente (até certo grau, não muito elevado) o estado da produção e a situação dos operários e dos camponeses — à custa, naturalmente, de certos sacrifícios, da entrega aos capitalistas de dezenas e dezenas de milhões de puds de produtos valiosíssimos. A determinação da medida e das condições em que as concessões são vantajosas e não representam perigo para nós depende da correlação de forças e resolve-se pela luta, porque também as concessões representam um aspecto da luta, a continuação da luta de classes sob outra forma, e de modo nenhum a substituição da luta de classes pela paz de classes. Os métodos de luta a aplicar serão definidos pela prática.

O capitalismo de Estado sob a forma de concessões constitui talvez a forma mais simples, nítida, clara, precisamente determinada, em comparação com outras formas do capitalismo de Estado dentro do sistema soviético. Temos aqui um contrato directo, formal, escrito, com o capitalismo mais culto e avançado, o da Europa Ocidental. Conhecemos exactamente as nossas vantagens e as nossas perdas, os nossos direitos e os nossos deveres, conhecemos precisamente o prazo pelo qual fazemos a concessão, conhecemos as condições do resgate antes do prazo, se o contrato prevê o direito de resgate antes do prazo. Pagamos um certo "tributo" ao capitalismo mundial, "resgatamo--nos" dele sob determinados aspectos, obtendo imediatamente em certa medida a consolidação da situação do Poder Soviético e a melhoria das condições de gestão da nossa economia. Toda a dificuldade no que se refere às concessões resume-se a que é preciso pensar e pesar tudo ao concluir o contrato da concessão, e depois saber vigiar o seu cumprimento. Existem aqui indubitavelmente dificuldades, e os erros serão aqui certamente inevitáveis nos primeiros tempos, mas essas dificuldades são mínimas em comparação com os outros problemas da revolução social, particularmente em comparação com as outras formas de desenvolvimento, de admissão e de implantação do capitalismo de Estado.

(...)

A circulação de mercadorias é a liberdade de comércio, é o capitalismo. Ele é-nos útil na medida em que nos ajudar a lutar contra a dispersão do pequeno produtor e, até certo ponto, contra o burocratismo. A experiência, a prática, estabelecerão a medida. Não há nisso nada de terrível para o poder proletário enquanto o proletariado mantiver firmemente o poder nas suas mãos, mantiver firmemente nas suas mãos os transportes e a grande indústria.

A luta contra a especulação deve ser transformada em luta contra os roubos e contra as tentativas de eludir a vigilância, o registo e o controlo do Estado. Com esse controlo dirigiremos o capitalismo, inevitável em certa medida e necessário para nós, para a via do capitalismo de Estado.

Desenvolver em todos os sentidos, por todos os meios e a todo o custo, a iniciativa e a autonomia locais no estímulo da circulação de mercadorias entre a agricultura e a indústria. Estudar a experiência prática neste aspecto. Torná-la tão variada quanto possível.

Apoiar a pequena indústria que serve a agricultura camponesa e a ajuda a reerguer-se; ajudá-la, até certo ponto, também pela distribuição de matérias-primas do Estado. O mais criminoso é deixar matérias-primas por transformar.

Os comunistas não devem recear "aprender" com os especialistas burgueses, incluindo os comerciantes, os pequenos capitalistas sócios de cooperativas, os capitalistas. Aprender com eles duma forma diferente, mas no fundo do mesmo modo que aprendemos e nos instruímos com os especialistas militares. Os resultados do "ensino" deverão ser verificados apenas pela experiência prática: fazei-o melhor do que o faziam ao vosso lado os especialistas burgueses, sabei alcançar duma ou doutra forma o ascenso da agricultura, o ascenso da indústria, o desenvolvimento da circulação de mercadorias entre a agricultura e a indústria. Não regateeis o preço da "lição": não devemos olhar ao preço, desde que a lição seja proveitosa (Lenin, 1987, p. 144-180).

Enfim, retomar leituras feitas em conjunturas anteriores e sob a hegemonia de velhos pensamentos nos ajuda a ver novos ângulos, a vencer preconceitos e a abrir a cabeça para novas reflexões. Sobretudo, nos ajuda a exercitar a crítica da realidade para não cairmos em dogmas que embaçam e engessam a ação na e sobre a realidade.

Desde que o PT foi fundado, na década de 1980, o mundo mudou muito. Vivíamos ainda sob a guerra fria entre União Soviética e Estados Unidos, e a economia era baseada no modelo de imensas linhas de produção que concentravam milhares de operários. Essa era a força dinâmica das economias e esse era o agente central da mudança social revolucionária: a classe operária. A base da produção material de mercadorias mudou. Não está mais em imensas unidades de produção com formação de estoques e concentração de operários produtores. O tempo em que "os fusos vão fiar sozinhos" chegou, só que sem a mudança nas relações sociais de produção, aprofundando ainda mais a desigualdade e pulverizando a classe que detinha a exegese revolucionária.

Uma nova construção revolucionária deve levar em conta essa realidade. A produção foi pulverizada em unidades menores, com máquinas e robôs que substituem os humanos. Esses já não são necessários à produção capitalista em larga escala. A eles cabem, cada vez mais, as atividades mais simples e degradantes ou mais complexas, especializadas e individualizadas. Há uma atomização das relações sociais e uma hierarquização de funções que põem em xeque o lócus econômico como palco revolucionário.

A ação transformadora requer cada vez mais organização e disputa social e cultural comunitária, ao invés de atividade nas linhas de produção. Então, a disputa cultural e a construção de novas formas de sociabilidade e de sobrevivência econômica, criando na prática uma economia das pessoas e das famílias, são o caminho da consciência coletiva que move a construção

de uma sociedade diferente, solidária, democrática e socialista. Passa pela "desmercadorização" da vida social e comunitária. Direitos básicos como alimentação (moeda social associada à agricultura familiar), saúde, educação, transporte (tarifa zero) e renda básica são formas de garantir para todos a vida "moderadamente abastada" que Xi Jinping vem estabelecendo como meta para os chineses, e que nós devemos construir no Brasil.

Podemos ir construindo esse novo Estado do bem-estar social no Brasil agora, a partir da volta do Lula ao poder. O povo brasileiro só quer oportunidade para crescer. O presidente Lula já provou saber fazer e tem liderança moral e política para isso. Nosso novo governo precisa estabelecer logo esse caminho! Como dizia Heráclito, o grego: "Nenhum homem pode banhar-se duas vezes na água do mesmo rio... Porque na segunda vez o rio já não é mais o mesmo, nem tão pouco o homem". Mas o rio São Francisco, apesar do poeta, não vai virar mar, e só foi transposto porque o presidente Lula teve a coragem e a disposição política de fazê-lo. Todos sabemos que ele sabe consertar o Brasil e a maneira de fazê-lo é dialogando com todos, unindo o país, evitando confrontos desnecessários, sem perder o compromisso de melhorar sempre e crescentemente a vida dos mais pobres, o que significa avançar em políticas de distribuição de renda e riquezas, de "desmercadorização" da vida. Essa é a base para a construção do socialismo.

Precisamos focar nas energias do povo, na sua capacidade empreendedora, na sua vontade de trabalhar e conquistar uma vida melhor: emprego para seus filhos e para seus familiares; renda básica que permita que a fome e a desesperança não contaminem o ânimo do povo e da nação; crédito barato e com carência para seu pequeno negócio; creche e escola boas para seus filhos; profissões qualificadas; escolas técnicas e universidades acessíveis a todos e todas; bancos populares e moedas

locais que impulsionem os pequenos negócios e cooperativas e deem dinamismo às comunidades; assistência técnica, contábil e desburocratização para que todos possam crescer tendo o Estado como parceiro e amigo.

É preciso construir uma grande teia de economia solidária que atinja as famílias e as pessoas desde a produção, a comercialização e o consumo, retirando da lógica meramente econômica a economia e a subordinando a uma lógica comunitária e de sociabilidade, que junte as pessoas como produtores e *homo sapiens*, e não só como *homo faber* e meras mercadorias. A construção do socialismo democrático passa pela construção de uma ampla rede de produtores e de atores econômicos, culturais, sociais e políticos nas comunidades da base da sociedade. Fazer isso é tarefa cotidiana e urgente. Não o fazer é incorrer nos erros de sempre. Esquerda, menos discurso e mais ação prática!

CAPÍTULO 6

O futuro da humanidade está aqui

Darcy Ribeiro foi quem melhor levantou os grandes desafios e a importância do Brasil para a construção de uma humanidade mais humana, justa e solidária. O grande sociólogo italiano, pensador e figura da reflexão contemporânea Domenico De Masi, que há pouco nos deixou, escreveu um de seus muitos livros, "O futuro é agora", baseado em Darcy. Nele, De Masi fala sobre a civilização brasileira como o grande exemplo para a humanidade, comparando as diversas civilizações da história.

Sem xenofobia ou nacionalismo estéril, mas sem medo de cultuar nossos macunaímas e nossas qualidades, a volta ao poder desse grande personagem que o Brasil deu à humanidade, o presidente Lula, deve e precisa servir para que organizemos nossos papéis interno e externo. Está em jogo uma possibilidade real de fundação de uma ordem mais plural e solidária no mundo, em cuja construção o presidente brasileiro, Lula, tenha um papel moral essencial. Não podemos renunciar a isso!

Essa é uma obra de artesanato político e geopolítico que devemos assumir. Não podemos fazer mais do mesmo. Não no sentido de políticas públicas anoréxicas, sem conteúdo. Mas no sentido político e ideológico, no sentido de que temos um rumo que é a mudança social em direção ao socialismo democrático.

Para isso, como um dia na Lapa nos provocou Mano Brown — e parece que não ouvimos, ou, se ouvimos, não aprendemos a lição —, precisamos voltar a estar presentes nas favelas, nas periferias, nas quebradas, nas comunidades. E estar presentes organizando a comunidade em todas as suas dimensões, de forma solidária e cooperativa, como sempre foi a vida do povo. Economia e empreendedorismo, esporte, cultura, samba, rap, balé, música clássica, funk, artes plásticas, artesanato, gastronomia, moda etc. Organizando a política e todas as dimensões da vida, como as religiões.

Nosso grande empreendimento — sob a imagem, o imenso poder e a liderança da figura potente do Lula — é organizar esse legado lulista para o mundo, a partir de uma ação revolucionária real, baseada na sua figura e no seu exemplo prático. Nosso Perón operário. Que nos conduz e nos conduzirá para um pacto societário solidário e justo rumo a um socialismo democrático no Brasil que seja exemplo para o mundo.

MARICÁ COMO LABORATÓRIO

O tamanho e a escala do governo Lula não permitem ações, decisões e fazeres rápidos. Por outro lado, a ação do PT, com seus impasses internos, encontra dificuldades de consolidar um núcleo dirigente hegemônico que pense e tenha um projeto de longo prazo para o Brasil. Para além disso, portanto, temos a pretensão, enquanto na escala nacional não é ainda possível, de fazer de Maricá o grande laboratório da mudança social no Brasil e no mundo.

Mesmo sabendo que não é da vontade de uma parte do PT e da esquerda, por razões menores de disputas internas, propagandear ou chancelar o que é feito em Maricá. Por honestidade

política e intelectual e por compromisso prático efetivo com a mudança social, é preciso que trabalhemos para aprimorar nossa ação política local e, ao mesmo tempo, levar nossa experiência para conhecimento dos povos em todos os cantos do Brasil e do mundo.

A primeira "queimação" que sofremos foi o fato de o presidente Lula ter perdido as eleições presidenciais em 2020 em Maricá no primeiro e no segundo turnos. Claro que não vamos jogar problemas e erros do nosso governo municipal e do PT local para debaixo do tapete. Mas, duas questões maiores e estruturais, digamos assim, precisam ser levadas em conta. Primeiro, a tática de lançar uma candidatura a governador só de esquerda, sem diálogo com o eleitorado de centro e mais conservador, delimitou um muro de pedra difícil de transpor no estado do Rio de Janeiro. Esse fato tornou-se mais difícil na medida em que Maricá viveu e vive uma explosão demográfica brutal. Nossa população efetivamente mais que dobrou em oito anos!

Então, há uma migração em massa de pessoas que não conheceram Maricá antes do PT e que já viram a "receita pronta" de políticas sociais. Que chegam a cada ano e não têm contato imediato com qualquer movimento social, político e cultural que possam refazer sua concepção de mundo. Mais uma vez, eu digo: é claro que há erros do governo e do partido em não universalizar e palmear cada pedaço do território para desenvolver em cada dimensão da vida a educação, a organização política e a disseminação cultural diária e ativa, necessárias para se contrapor ao poder de difusão das redes sociais empresariais e todo o seu poder cultural.

Muito mais do que #MaricáéMeuPaís — bordão que tomou conta do coração dos maricaenses, dialogando com as mudanças que o prefeito Fabiano Horta aprofundou e que eu comecei em 2009, que já duram quase 16 anos —, Maricá é o mundo que eu

sonho e que gerações de esquerda sonharam sendo realizado na prática. Modéstia à parte e sem medo de parecer arrogante, temos alguns ensinamentos a mostrar para a esquerda brasileira e mundial nesses tempos de lacração, sectarismo e burrice.

O PT, em especial, e a esquerda brasileira utilizam pouco e conhecem pouco a experiência que construímos em Maricá. De um lado, há uma falha comunicativa de nossa parte, do governo municipal, que comunica e divulga pouco ou insuficientemente o que faz. Mas, de outro, há também uma certa dose de ciúme e mesquinharia interna, que acha que, divulgando Maricá, fortalecerá a corrente A ou B na disputa interna do PT. Perde-se com isso a utilização pela esquerda de um grande exemplo de governo que transforma de verdade a vida concreta das pessoas.

AVANTE, PORQUE FOGUETE NÃO DÁ RÉ

Maricá, como qualquer projeto político de esquerda, não pode estagnar e viver de suas realizações do passado. Lembrar o passado é fundamental, e deixar clara e visível a memória do que se transformou e fez a vida das pessoas mudar concretamente é um patrimônio que precisa ser polido e mostrado a todo momento e sempre. Mas a revolução é processo permanente de mudança e aprimoramento. Ou ela se renova permanentemente ou envelhece e morre. É por isso que estamos, em Maricá, preparando uma terceira geração de mudanças.

O texto a seguir é uma análise que escrevi no Hospital Municipal Dr. Ernesto Che Guevara, quando estava me recuperando de uma internação por Covid que quase me levou a vida, e Deus e os profissionais da saúde me salvaram. Ao final dos 16 dias de sofrimento, já com minha vida de volta, resolvi fazer essas reflexões sobre Maricá que, penso, dão conta de nossas tarefas.

Foi um texto que o prefeito Fabiano Horta aprovou e circulou apenas entre alguns dos principais dirigentes do governo, mas que serve para analisar o que passou, passa e passará na cidade no final da gestão do Fabiano e durante a minha, que o sucederei a partir de 2025, como foi da vontade dos eleitores maricaenses:

> O processo de mudança política desencadeada pelo PT em Maricá tem uma força magistral. Força hegemônica que se enraizou na cidade e que se espalhou pela região do entorno, e começou a sensibilização de todo o estado e do país. O projeto petista de governar Maricá vai se tornando modelo de gestão. Não gestão técnica e asséptica. Gestão da transformação social! Gestão popular e revolucionária!
>
> Para efeito didático, para melhor inteligibilidade do processo, vamos classificar esse projeto do PT em Maricá como tendo três fases. Nós estamos nos preparando para entrar na terceira fase.
>
> A primeira fase foi a da construção do PT como partido no município (1986), da conquista do governo (2008) e da sua consolidação (2012), com a subsequente derrota dos adversários políticos e de classe e a consolidação de um modelo de governar que fosse inteligível para o povo comum. Essa longa marcha, como diria Mao Tse Tung, começou pelos anos 1980, adentrou os 1990, e se consolidou na década de 2000, sobretudo com a vitória do Quaquá para a prefeitura, em 2008, e a dificílima reeleição de 2012. Foi nesse período que as antigas classes dominantes da cidade viraram pó. E a classe política tradicional desapareceu. A empresa de ônibus Nossa Senhora do Amparo, que era dona da cidade, não apita mais um apito de sabiá. Os velhos prefeitos, outrora caciques políticos imbatíveis, foram varridos do mapa político. Não elegem mais vereador! Foi nessa fase que o exoesqueleto

do projeto de cidade foi constituído. Vermelhinho; moeda social; educação de qualidade; creches; Che Guevara; Instituto Federal Fluminense; Cine Henfil; centenas de quilômetros de asfalto nos bairros; Ceu Mumbuca; etc.

A segunda fase foi a do aprofundamento e da hegemonia acachapante do projeto. Inicia com a vitória de Fabiano Horta para prefeito em 2016 e tem forte consolidação em seus primeiros quatro anos de governo. Fabiano acelerou o processo que já tinha sido fixado, mas elevou a autoestima da cidade a níveis estratosféricos, além de ter consolidado, no plano cultural e simbólico, direitos práticos, como: a dinamização do vermelhinho; a generalização e ampliação da Mumbuca, transformada em renda básica; e a criação do passaporte universitário, que tem não apenas um impacto imediato na vida do povo, mas mudará em médio prazo a estrutura de classes sociais da cidade. Uma família pobre levaria duas, três, quatro gerações até formar médicos, engenheiros, advogados etc. no seio de sua família. O Passaporte Universitário coloca isso em imediato. Acelera a mudança da estrutura de classes na base da sociedade e opera uma revolução de mobilidade social. É revolução de fato. Mudança real na estrutura de classes. Aliado isso ao Mumbuca Futuro, com economia solidária e empreendedorismo popular, estamos falando em uma mudança estrutural de grande monta.

Gramsci dizia que "não há fato mais importante do que quando um povo passa a perceber a realidade de forma única e coerente". E isso o mandato do Fabiano consolidou.

A terceira fase vai se iniciar agora! Diria que será a fase mais estruturante e revolucionária de todas! Será a fase da mudança estrutural na economia, nas classes sociais e na cultura profunda da sociedade, das pessoas comuns. Isso já ocorre, como observado acima, mas

agora é o período da consolidação definitiva. Porque é um processo amplo, mas ainda não hegemônico. Precisa se tornar hegemônico. Essa terceira fase tem dois objetivos básicos a responder: 1) solucionar o problema do financiamento da cidade pós-petróleo; 2) Alterar definitivamente a base econômica da sociedade e operar via essas mudanças uma reestruturação ampla de classes sociais em Maricá.

A Codemar (Companhia de Desenvolvimento de Maricá) é elemento central deste processo. A Companhia é um desenho institucional flexível que permite ser a grande gestora do Fundo Soberano da cidade no caminho de se construir uma potente política de desenvolvimento econômico que sustente uma vigorosa política de desenvolvimento social. A gestão do Fundo Soberano deve ser feita sob o comando do desenvolvimento. Dinheiro do Fundo Soberano não é para ficar rendendo juros sem gerar empregos, desenvolvimento e economia real. Claro que há reserva técnica de contingência, mas ela tem que ser reserva percentual e não política geral de entesouramento. A Codemar deve se aparelhar técnica e humanamente para ser a grande gestora do desenvolvimento de Maricá.

Quando um pesquisador ou um jornalista, ou mesmo um cidadão comum opinar sobre Maricá, dizendo: e quando acabar o petróleo, o que vocês vão fazer? Nó vamos fazer o que os países nórdicos da Europa fizeram. Construir uma nova economia socialmente justa. Aqui será construída uma cidade baseada no socialismo democrático e avançado. Usando bons exemplos da estratégia de planejamento e desenvolvimento chinês; usando da capacidade de mobilização democrática e civilizatória escandinava; usando a generosidade e o idealismo romântico cubano. Mas usando, sobretudo, a nossa própria inteligência e a

nossa capacidade de interpretar originalmente a nossa cidade, para transformá-la no melhor lugar para nosso povo viver.

Então, o primeiro objetivo estratégico é garantir a sustentabilidade das potentes políticas sociais de caráter igualitaristas desenvolvidos pela Prefeitura de Maricá. Levando em conta que o custeio do Vermelhinho, do Passaporte Universitário, da Renda Básica Mumbuca, do Mumbuca Futuro e do Hospital Che Guevara custam, numa aproximação grosseira, em torno de 300 milhões, a estratégia econômica da Codemar deverá ser criar e/ou se associar a empresas que garantam esse lucro anual para a municipalidade todos os anos. Neste caso, é preciso desenhar um plano quinquenal e decenal que preveja a criação de 20 empresas que deem ao município lucro líquido de 15 milhões/ano, cada uma.

São esses os parceiros institucionais estratégicos que a prefeitura, sob a liderança do prefeito Fabiano Horta, mobilizará para a boa execução dessa tarefa de reestruturação econômica, social e cultural: Ictim, Economia Solidária, Somar, Cultura, Turismo, Educação, Esportes etc.

Antes de finalizar a presente análise dos caminhos a serem trilhados pelo município, sob o ponto de vista da estrutura econômica e empresarial, é preciso ressaltar o segundo aspecto das mudanças, que são os da composição das classes sociais e da mudança cultural profunda. Porque, além de tudo, a mudança na base econômica da sociedade não deve se dar só no topo da pirâmide das classes sociais, deve se democratizar e democratizar a sociedade, mudando de pirâmides em direção a um diagrama mais igualitário. Evitando a reprodução da brutal desigualdade e da concentração de riquezas operada despudoradamente no Brasil.

Por isso, é estratégico socializar o empreendedorismo. Classes sociais são construções teóricas que nos servem para classificar as diferenças e semelhanças entre os grupos humanos. Sua difícil classificação, por mais sofisticação que exija, precisa sempre levar em conta a posição do ser humano dentro da estrutura econômica da sociedade estudada. Mas, não é só o econômico que determina a "posição, pertencimento e situação de classe". O grande sociólogo francês Pierre Bourdieu nos dá um arsenal classificatório extraordinário em sua teoria da distinção. Então, muitos elementos socioculturais se amalgamam a posições econômicas para determinações da estrutura de classes.

Agir no sentido de construir uma estrutura de classes sociais mais igualitária na cidade significa agir na ação econômica do cidadão, mas também agir na cultura, na socialização, na sensibilidade, na alma da cidadania.

Então, significa buscar construir uma cultura de empreendedorismo popular. Dar condições de micro e pequeno crédito para quem queira empreender. Construir uma potente estrutura de qualificação e assessoria técnica para encubação de micro, pequenos e médios negócios. Criar uma verdadeira escola de negócios e uma agência de fomento do micro e pequeno negócio, em que deve se transformar o Banco Mumbuca. Fortalecer e estender para toda a rede de ensino o Mumbuca Futuro significa capacitar, apoiar, dotar e garantir condições para que os jovens das classes populares passem a ter condição de montar seu próprio negócio individual ou cooperativo e possa mudar as bases econômicas de sua vida. Esta política operará uma mudança estrutural na composição das classes sociais da cidade, e, portanto, na dinâmica da luta de classes.

> Que aqui nessa linda cidade, que nesse grupo político revolucionário, do PT mais criativo e revolucionário do Brasil (e pretensioso! Risos) se geste um mundo novo, cheio de sonhos utópicos, práticos, reais....

No fim do texto, eu propus a criação de uma série de empresas no caminho da construção de uma nova proposta de economia, baseada na economia criativa e na ideia da economia das pessoas e das famílias.

O texto acima põe em causa uma questão que reputo essencial para qualquer ação transformadora da política, que é a mudança na base econômica da sociedade. A esquerda precisa propor novas formas de organizar a vida do povo.

Mudança social é processo. É ato de "fazimento" (como dizia Darcy) multidimensional. Não há uma receita pronta ou um dogma inabalável, mas há caminhos, sentidos e compromissos que fazem parte e aparecem no nosso palco de ações e que não devemos deixar de aproveitar de forma mais ou menos intensa, dependendo das possibilidades da conjuntura e sua correlação de forças sociais e políticas.

Ainda, e sobretudo, não podemos ser sócios do *status quo*. Nossa ação institucional em todos os níveis, desde o mandato de vereador da menor cidade, passando pela administração das prefeituras até a posse da imensa máquina do governo federal, com seus grandes recursos e capacidades organizativas e transformadoras, não pode abrir mão de nosso compromisso revolucionário. E isso não é uma palavra vazia ou um conjunto de palavras vazias. Ser revolucionário é agir no sentido de construir e potencializar o agente humano revolucionário: o povo.

O partido da transformação social no Brasil é o PT. E o será enquanto não trair seu projeto histórico, que é fazer das classes trabalhadoras e do seu "sevirariado" a classe revolucionária,

dando a ela dignidade material e capacidade cultural de analisar de forma crítica a realidade da vida e da sociedade, melhorando cotidianamente a vida do povo.

Em Maricá, tratamos como prioridade a "desmercadorização" da comunidade. É nossa tarefa prática e nosso rumo político. Aqui, conciliamos a grande empresa privada, a empresa estatal, a economia mista, a parceria público-cooperativa, a rede de empreendedores com apoio do banco público... Enfim, a construção de uma economia de parceria e de disputa de hegemonia. Agimos, também, no campo da cooperação internacional e nas brechas de desenvolvimento do contrafluxo da hegemonia americana em Cuba, Europa, África etc. Temos o MST como parceiro e construímos alianças econômicas variadas. Sem preconceitos seguimos no rumo do que nos ensinou o mestre "maricaense" Darcy Ribeiro. Termino este capítulo homenageando-o com essa bela passagem de "Viva o Povo Brasileiro":

> Nosso destino é nos unificarmos com todos os latino-americanos por nossa oposição comum ao mesmo antagonista, que é a América anglo-saxônica, para fundarmos, tal como ocorre na comunidade europeia, a Nação Latino-Americana sonhada por Bolívar. Hoje, somos 500 milhões, amanhã seremos 1 bilhão. Vale dizer, um contingente humano com magnitude suficiente para encarnar a latinidade em face dos blocos chineses, eslavos, árabes e neobritânicos na humanidade futura.
>
> Somos povos novos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também muito mais bela e desafiante.

> Na verdade das coisas, o que somos é a nova Roma. Uma Roma tardia e tropical. O Brasil é já a maior das nações neolatinas, pela magnitude populacional, e começa a sê-lo também por sua criatividade artística e cultural.
>
> (...)
>
> Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da futura civilização, para se fazer uma potência econômica, de progresso autossustentado. Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra (Ribeiro, 1995, p. 454-455).

CAPÍTULO 7

O governo LULA 3 e o PT precisam mudar

Já são dois anos desse nosso terceiro governo Lula, o que se convencionou chamar de "LULA 3". Só o fato de ter ganho a eleição depois de um processo brutal e violento de calúnias, injúrias e difamação, além de ter amargado 580 dias de uma prisão ilegal e injusta, já seria suficiente para atestar o tamanho político e a importância histórica desse personagem ímpar da história do país: Luiz Inácio Lula da Silva. Poucos personagens do mundo, em todos os tempos, teriam condições de resistir ao que ele resistiu e se tornar de novo presidente da República.

Mas a luta social, a política, a história e a vida cobram mais daqueles que não detêm o poder e a hegemonia dos regimes políticos — e, portanto, controlam as narrativas da história. Para nós, das classes subalternizadas e defensores da mudança social, é necessário ter sempre em conta que a luta política e o curso revolucionário da vida devem ser permanentes.

Como dizia o filósofo alemão Walter Benjamim, em suas "Teses sobre a filosofia da história": "Se o inimigo vencer nem os mortos estarão a salvo. E o inimigo não parou de vencer".

É preciso, então, cuidar permanentemente de nosso legado histórico e de nosso líder maior. Esse governo LULA 3, como ele mesmo diz, não pode ser igual ou pior, mas deve ser melhor que os dois primeiros.

O presidente Lula assumiu seu terceiro mandato com o Brasil em terra arrasada, com o desmonte da Petrobras e da maioria das políticas sociais; a forte redução da capacidade indutora e gerencial do Estado brasileiro; a "autonomia" do Banco Central em relação ao interesse público; a privatização da Eletrobrás; e um parlamento minoritariamente alinhado ao programa do governo vitorioso nas urnas.

Mesmo assim, o governo LULA 3 conseguiu dar conta de tarefas essenciais nesses dois primeiros anos:

- Formou um acordo com o centrão, maioria no Congresso, que deu uma estabilidade mínima ao governo, conseguindo aprovar as questões mais essenciais no parlamento;
- Regularizou o buraco de mais de 200 bilhões de reais nas contas deixadas por Bolsonaro;
- Aprovou o novo marco fiscal e a reforma tributária, que estava há décadas parada.

Então, apesar de todos os contratempos, a relação política do governo com a Câmara e o Senado foi absolutamente positiva. Isso possibilitou ao governo retomar programas importantes para o povo brasileiro, recompondo a (ainda frágil) arquitetura do insipiente estado de bem-estar à brasileira, fundamental para nosso processo civilizatório e revolucionário.

No momento em que eu escrevo essas linhas, o Banco Central eleva a previsão de crescimento do PIB deste ano de 2024 para mais de 3%. O ministro Haddad conseguiu conjugar crescimento econômico com inflação baixa, desempenho fiscal satisfatório e aumento do emprego para os melhores níveis históricos. Para quem pegou um país quebrado, isso não é pouco. Embora seja motivo de comemoração e reconhecimento, podemos e devemos

fazer muito mais. O presidente Lula precisa fechar seu legado com uma indelével marca na história da nação, algo que esteja à altura de sua figura histórica.

Daqui a dois anos, em 2026, será a última vez que o presidente Lula estará presente com sua foto e seu imenso carisma nas urnas. Isso muda tudo para o PT e para a esquerda brasileira. Ou nos preparamos para o futuro ou nosso projeto histórico pode sofrer uma grave crise de continuidade. Esta preparação é urgente e tem duas dimensões: o ajuste e a clarificação do papel estratégico deste final do governo LULA 3 e do início do necessário governo LULA 4; e o retrofit a que devemos submeter o Partido dos Trabalhadores, para utilizar um termo emprestado da engenharia e da arquitetura.

Com todo respeito ao PT, mas é preciso de uma vez por todas que o partido faça um esforço coletivo para atualizar seu programa e estabelecer um norte estratégico que nos sirva de bússola para seguir sendo o agente condutor da revolução brasileira.

Aliado a isso, precisamos fazer um mutirão organizativo que tire o partido, seus filiados e dirigentes da zona de conforto dos ambientes de poder e faça uma imersão na vida real do povo — nas periferias, nas favelas e nos grotões do país —, para que sejamos a voz e a casa do povo brasileiro.

Em relação ao governo LULA 3, em que pesem os pontos positivos já pontuados, não podemos deixar de ressaltar que seus feitos ainda são insuficientes se quisermos deixar para a nação a figura extraordinária do PRESIDENTE LULA como o maior estadista da nossa história — e não apenas porque ele é o futuro da esquerda e da luta do povo brasileiro, como já disse antes.

E futuro porque Lula já está com 79 anos! Futuro porque o lulismo, mais que um fenômeno do presente, é um processo histórico que unificará por muitas décadas a luta do povo brasileiro e o imaginário de todos aqueles que ainda lutarão para fazer

deste país uma grande nação, justa, democrática, inclusiva e feliz. E o lulismo tem tudo para ser o farol político do Brasil do futuro, se o governo fizer as escolhas certas nos próximos seis anos.

A primeira coisa a fazer é efetivar o slogan adotado pelo governo desde o seu começo: "União e Reconstrução". O país não aguenta mais essa polarização idiota e artificial de "irmãos matando irmãos", de gente que vive, de um lado e do outro, de lacração nas redes sociais.

Nossos verdadeiros inimigos são a fome, a ignorância, a sub habitação, o subdesenvolvimento, o atraso tecnológico... Nosso grande aliado é o desenvolvimento econômico e tecnológico com distribuição de renda e saberes.

E só quem pode levar o país à união e à reconstrução em torno destes temas, metas e objetivos é o presidente Lula. Só ele pode tecer junto ao empresariado nacional uma rede de investimentos internos e em toda a América Latina, Caribe e África que coloque o Brasil na vanguarda do desenvolvimento do Sul Global e nos dê condições de dar um salto na acumulação de recursos para que essa quase metade do mundo possa se realizar a partir da liderança do nosso país.

Temos que deixar a ultradireita rosnando sozinha e chamar o Brasil para um pacto de longo prazo em torno de desenvolvimento com distribuição de renda.

Por mim, o presidente Lula perdoaria todos os presos e culpados por vandalismo e tentativa de golpe brancaleone no 8 de janeiro, em troca de um pedido de desculpas público e o compromisso de não mais realizar qualquer ato desta natureza. Seria o melhor gesto em busca da tão importante união e reconciliação nacional.

Temos, sim, que chamar o país à união para desenvolver o Norte e o Nordeste; reconstruir as periferias e favelas como espaços de urbanização, civilidade, paz, criatividade e cultura; e

criar uma agroeconomia industrializada e tecnicamente elaborada no campo, seja na agricultura familiar ou na grande empresa do agronegócio.

Quem disse que não podemos extrair minério na Amazônia, ou em áreas indígenas, com técnicas modernas, expulsando bandidos garimpeiros, e organizando um plano de manejo com universidades, comunidades locais e uma estatal criada especificamente para isso?

É obrigatório que os grandes projetos acima de um bilhão de reais levem décadas para serem aprovados, parados na mesa de burocratas sem mandato, representação ou sensibilidade popular? Concurseiros de Estado que mandam no país?

Que tal criar um Conselho de Desenvolvimento da República responsável por aprovar os grandes projetos, depois de analisá-los tecnicamente, em prazo não maior que dois anos?

É sempre bom deixar claro que a palavra "república" vem do latim "coisa PÚBLICA", ou melhor, "DO POVO". Só que esse republicanismo que impera na esquerda e nos liberais, hegemonizados pelo espírito da classe média, não é neutro. Antes de mais nada, ele quer colocar nos setores intermediários das classes sociais o poder "técnico" na definição de problemas que são gerais e políticos. Essa racionalidade weberiana, fruto do seu tempo como burocrata do Estado autoritário prussiano, é feita para deslocar as decisões de interesse nacional e levá-las para a esfera da burocracia.

Temos que romper com esse ciclo! Mas, para isso, é necessário que tanto o PT quanto o núcleo político do governo LULA 3, coisa que sequer existe, sejam constituídos com o objetivo de consolidar uma visão e um projeto de país que chamem a sociedade para se unir em torno desse pacto. Puxa-sacos de Palácio e de poder não vão dar rumo a nada, são remadores de canoas furadas!

Precisa-se constituir urgentemente no governo um núcleo político apartidário para que a política, e não as intrigas e mediocridades comuns aos ambientes palacianos, comande o país.

Agora mesmo, nas eleições municipais de 2024, o resultado do PT e da esquerda brasileira foi pífio. Nas grandes cidades fomos amplamente derrotados. O PT tem perseguido no discurso, nos programas, nas prioridades políticas e na estética a política de classe média. O comportamento do partido se sobrepõe à necessidade. Mais luta de classes! Menos luta de comportamento! É esse giro no discurso e na prática política que precisamos para voltar a ter presença maciça nas periferias das grandes cidades. O povo pobre é progressista na visão do Estado como estado de bem-estar social, mas é absolutamente conservador nas questões comportamentais.

E nós, como toda classe média, nos comportamos como se estivéssemos em Paris, na Zona Sul do Rio ou nos Jardins, em São Paulo — civilizados e modernos, num país arcaico que não deixou de ser um engenho colonial. Como dizia Cazuza: "Suas ideias não correspondem aos fatos". É por isso que a linguagem bruta e tosca de Bolsonaro e Marçal encanta muito mais a população das classes mais populares do que a sofisticação técnica e refinada das lideranças de esquerda (excetuando, obviamente, o presidente Lula).

Precisamos melhorar muito o governo e nos organizar na operação política, e não apenas para reeleger Lula em 2026, o que é vital e necessário, mas é muito pouco!

Eu já disse que a maior vitória eleitoral da esquerda neste pleito se deu com a vitória de Eduardo Paes na capital do Rio de Janeiro. Aí me perguntam: "Mas por que da esquerda, se o Paes não é um político estritamente de esquerda?". É exatamente por isso, porque precisamos reaprender a fazer política ampla, o contrário do que fizemos em São Paulo, ao lançar Guilherme

Boulos, do PSOL. Ao fazê-lo, repetimos o erro de ter lançado Marcelo Freixo candidato a governador do Rio, em 2022. São políticos que só dialogam com um terço da sociedade, os eleitores de esquerda. É a crônica da morte anunciada!

Se o PT quer de fato comandar o Brasil, deve realizar as seguintes iniciativas:

- Voltar a fazer política ampla — coisa que abandonou no governo Dilma e nos levou ao golpe — e encarar o centro como uma representação do povo brasileiro, que precisa ser respeitado e chamado pra um acordo sincero, pragmático e programático;
- Priorizar as pautas econômicas e sociais e deixar em segundo plano pautas de comportamento que não são consensuais nem entre nós, da esquerda, mas que os "pós-modernos" querem enfiar goela abaixo de toda a sociedade;
- Voltar para o trabalho político com, entre e para os pobres e as periferias, construindo redes políticas e culturais não apenas digitais, mas físicas e reais, lá onde o povo está.

Sei que a esquerda, que está se tornando cada vez mais intolerante a críticas e ao pensamento crítico, novamente vai querer me crucificar na Praça São Salvador. Mas alguém tem que alertar que essa burrice continuada vai nos levar mais pra baixo que a derrota eleitoral. É uma passagem expressa para a aniquilação política, o gueto!

REFERÊNCIAS

A. B. Sob 'fogo amigo' do PT, Cardozo pede demissão do Ministério da Justiça e aumenta crise do Governo. *El País*, 29 de fevereiro de 2016. Disponível em: **https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/29/politica/1456761183_914555.html**. Acesso em: 19/02/2024.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Teses sobre a Filosofia da História.* In: KOTHE, Flávio R. (Org). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1991.

BRIZOLA, Leonel. Como a direita gosta. *Folha de S.Paulo*, 27 de fevereiro de 1994. Disponível em: **https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/2/27/painel/1.html**. Acesso em: 27/10/2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão aprova abertura do processo de impeachment da presidente Dilma. *Câmara dos Deputados*, 11 de abril de 2016. Disponível em: **https://www.camara.leg.br/noticias/485251-comissao-aprova-abertura-do-processo-de-impeachment-da-presidente-dilma/**. Acesso em: 19/02/2024.

CANDIDO, Antonio. O Discurso e a cidade. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2015.

CNN BRASIL. O que foi a Operação Lava Jato. *CNN Brasil*, 19 de outubro de 2022. Disponível em: **https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-foi-a-operacao-lava-jato/**. Acesso em: 19/02/2024.

CONJUR. "Lava jato" chega a Lula, com busca e apreensão em casa e instituto. *Consultor Jurídico*, 4 de março de 2016. Disponível em: **https://www.conjur.com.br/2016-mar-04/ex-presidente-lula-alvo-fase-operacao-lava-jato/**. Acesso em: 19/02/2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Jacobina*, 28 de junho de 2023. Disponível em: **https://jacobin.com.br/2023/06/a-democracia-como-valor-universal/**. Acesso em: 21/02/2024.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

ESTADÃO. Dilma deixa Lula e ala majoritária do PT de fora do núcleo do novo governo. *Estadão*, 30 de dezembro de 2014. Disponível em: **https://www.estadao.com.br/politica/dilma-deixa-lula-e-ala-majoritaria-do-pt-de-fora-do-nucleo-do-novo-governo/**. Acesso em: 19/02/2024.

ESTADÃO. Os insaciáveis glutões da República. *Estadão*, 29 de setembro de 2023. Disponível em: **https://www.estadao.com.br/opiniao/os-insaciaveis-glutoes-da-republica/**. Acesso em: 19/02/2024.

FILOMENO, Felipe Amin. O sentido político da "faxina" de Dilma. *Outras palavras*, 26 de agosto de 2011. Disponível em: **https://outraspalavras.net/sem-categoria/o-sentido-politico-da-faxina-de-dilma/**. Acesso em: 19/02/2024.

JOSÉ, Emiliano; CORRÊA LEITE, José. Entrevista: Carlos Nelson Coutinho. *Fundação Perseu Abramo*, 23 de abril de 2006. Disponível em: **https://fpabramo.org.br/2006/04/23/entrevista-carlos-nelson-coutinho/**. Acesso em: 19/02/2024.

LENIN. *O significado da Nova Política Econômica e suas condições*. In: BERTELLI, Antônio Roberto (Org.). *A nova Política Econômica (NEP): Capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global, 1987.

LENIN. *Obras Escolhidas Em Três Tomos*. Lisboa: Editorial "Avante!", 1977, v. III, p. 492-520. Disponível em: **https://www.marxists.org/portugues/lenin/escolhidas/index.htm**. Acesso em: 10/01/2024.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa / Rosa Luxemburgo*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Limitada, 1963, p. 208-210.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, K. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: *Obras Escolhidas*, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1980.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. In: POLANYI, Karl. *Nossa obsoleta mentalidade de mercado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

QUAQUÁ, Washington. Entre ser de esquerda e se dizer de esquerda. *Brasil 247*, 11 de agosto de 2020. Disponível em: **https://www.brasil247.com/blog/entre-ser-de-esquerda-e-se-dizer-de-esquerda**. Acesso em: 19/02/2024.

QUAQUÁ, Washington. Olhem para cima. *PT Piauí*, 04 de janeiro de 2022. Disponível em: **https://ptpiaui.org.br/2022/01/04/olhem-para-cima-por-washington-quaqua/**. Acesso em: 30/10/2024.

QUAQUÁ, Washington. Artigo: Lula e Alckmin, mais que uma chapa. *Site do Quaquá*, s/d. Disponível em: **https://quaqua1313.com.br/2022/07/18/artigo-lula-e-alckmin-mais-que-uma-chapa-por-washington-quaqua/**. Acesso em: 27/07/2024.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHNAIDERMAN, Boris et al. *Maiakóvski Poemas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

TERRA. Analistas: 'faxina ética' de Dilma ameaça coalizão do governo. *Terra*, 18 de agosto de 2011. Disponível em: **https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/analistas-faxina-etica-de-dilma-ameaca-coalizao-do-governo,3a8ccc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html?utm_source=clipboard**. Acesso em: 07/11/2024.

1ª edição	dezembro 2024
impressão	rotaplan
papel miolo	pólen bold 90g/m²
papel capa	cartão triplex 300g/m²
tipografia	greta e roboto

WASHINGTON QUAQUÁ tem formação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Foi prefeito de Maricá-RJ por dois mandatos (2008-2011/ 2012-2015), deputado federal e foi eleito prefeito de Maricá pela terceira vez (2025--2028). Em suas gestões criou a moeda social Mumbuca — combatendo a desigualdade através da distribuição de renda e valorizando a economia local — e implantou um serviço de ônibus gratuito na cidade, usando recursos dos royalties pela exploração de petróleo — Maricá foi o primeiro município brasileiro com mais de 100 mil habitantes a adotar um programa de transporte público gratuito. Já publicou *Da favela ao "poder"* (Mais Comunicação, 2017) e *Cabeça nas nuvens* (Mórula, 2023).

É quando se colocam períodos de mudança revolucionária, que exigem fortes movimentos culturais, organização política popular, mudanças estruturais na economia e nos modos de viver e sobreviver. Quando essas condições se reúnem, é que sabemos quem, qual partido e que movimento é, de fato, revolucionário. É nesse contexto que se distingue quem estará a serviço das transformações radicais de vida em busca de um mundo justo e verdadeiramente democrático dos que ficaram do lado do *status quo* e dos conservadores.

mórula
EDITORIAL

ISBN 978-65-6128-066-2